

R\$ 6,00

www.etm.com.br

ISSN 0101-7993

218



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

500 ANOS

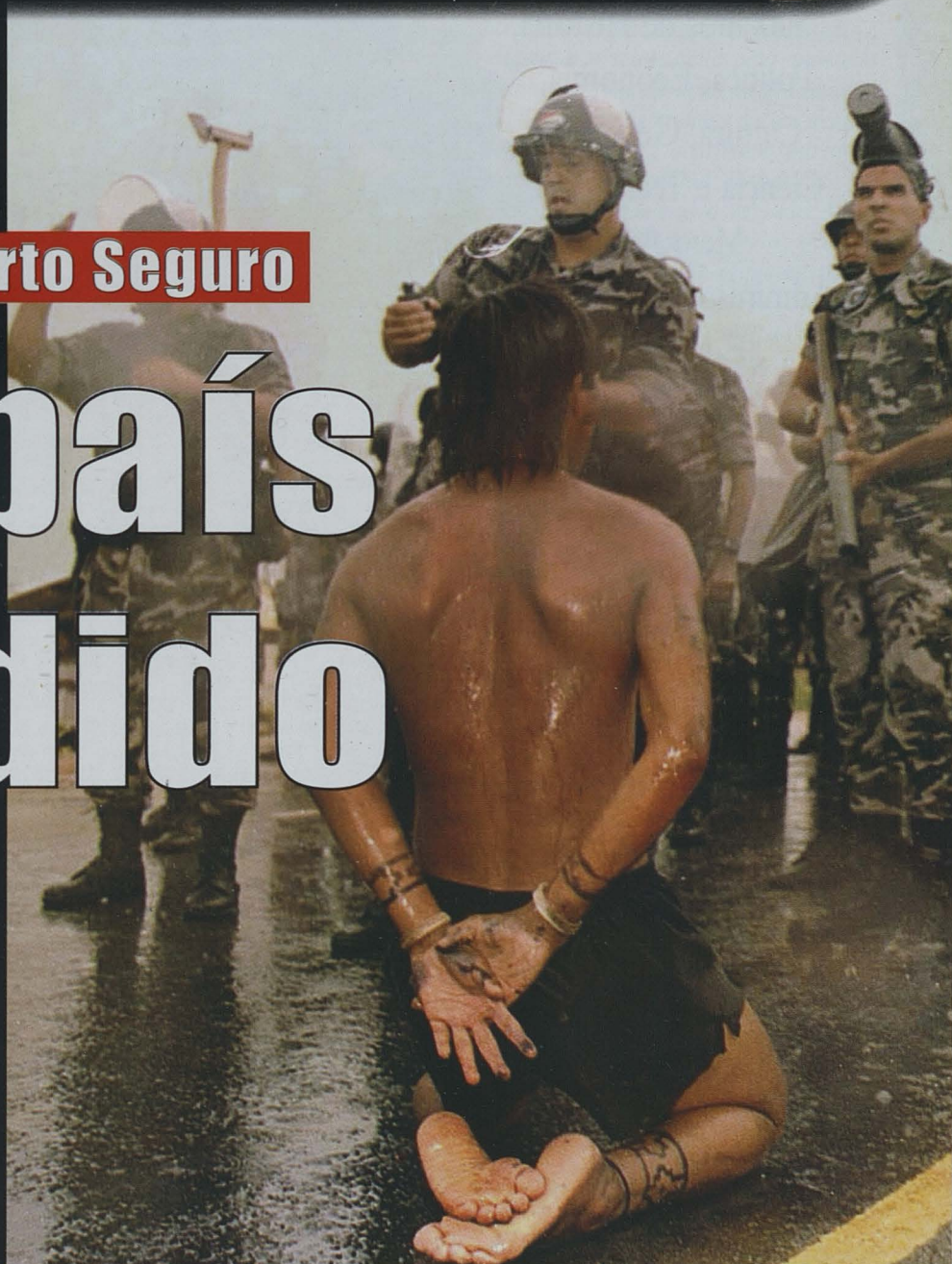
O drama de Porto Seguro

Um país dividido



**Xanana
Gusmão**

Construindo os
alicerces de uma
nova nação



**BRASIL AVANÇA COM
SUBMARINO NUCLEAR**

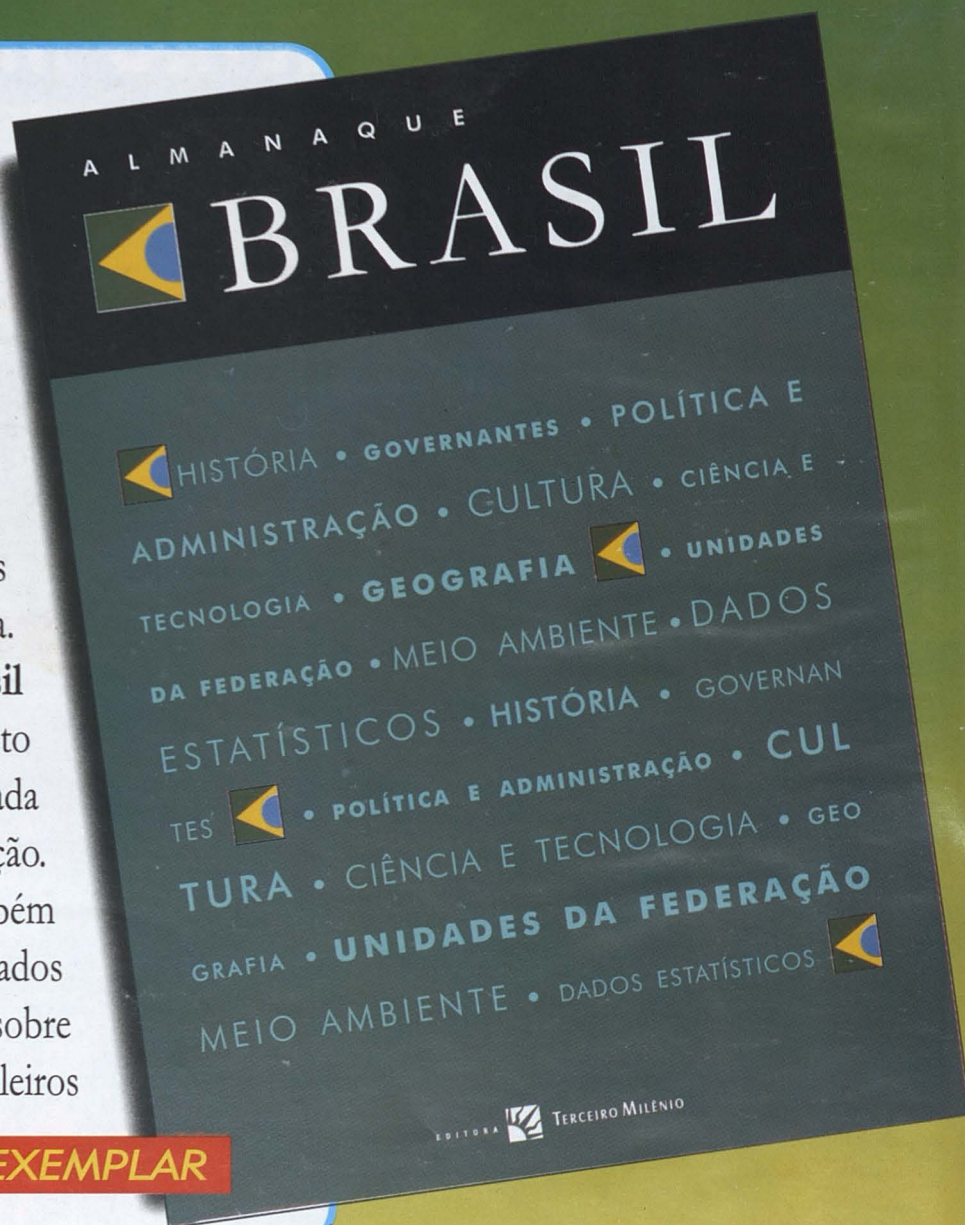
Se você quiser entender o Brasil esta é a obra que não pode faltar em sua casa

ALMANAQUE BRASIL

Valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos

500 anos de História,
Política, Economia,
Cultura, Geografia,
Ciência e Tecnologia,
Meio Ambiente,
Administração Pública,
Educação, Saúde,
Qualidade de Vida,
População, Dados
sobre Violência.

O **Almanaque Brasil**
lhe dá ainda um completo
panorama de cada
unidade da Federação.
Você se informará também
através de textos selecionados
de especialistas sobre
assuntos brasileiros



RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

LANÇAMENTO EM BREVE !



TERCEIRO MILÊNIO

Tel.: (0xx21) 221-7511

Fax: (0xx21) 252-8455

e-mail: etm@etm.com.br

Natureza autoritária

O país de 500 anos de idade soprou velinhas em tumulto, mostrando que à volta da mesa os comensais recebem tratamento desigual: há quem mereça pratos refinados e quem só receba pão seco. O pessoal do pão seco resolveu espernear, aproveitando o momento festivo em que todos, por acaso, tinham que se encontrar para soprar velinhas: eram índios, negros, morenos, mais ou menos, brancos de todos os tons e das variadas cores de olhos - parecia uma Babel, mas todos se sabiam irmãos na mesma sorte, a falta de sorte.

Queriam dizer isso, em nome de mais de 90% da população do país dos 500 anos. Queriam dizer que as soluções não são complexas, quando se trata de salvar dezenas de milhões de pessoas e quando tudo depende, fundamentalmente, do próprio ser humano. Afinal, os males não são impostos por um deus vulcão, por um diabo terremoto, por uma praga do deserto ou por forças insuperáveis da natureza. Esta, pelo contrário, é aqui propícia, as águas são boas e abundantes, a gente é bonita, alegre e hospitaleira - já resumira o primeiro repórter da terra, um tal Pero Vaz de Caminha.

Afinal, no país dos 500 anos os males não são da terra, mas provêm dos homens. E, mais uma vez, os homens que mandam mostraram seu espírito resoluto: para impedir o encontro de 3 mil índios e outro tanto de trabalhadores sem-terra e a entrada conjunta em Porto Seguro desse painel

dos problemas nacionais, valeu de tudo, especialmente uma dura e desnecessária repressão.

O leitor encontrará uma análise dos acontecimentos, a proclamação indígena e o relato feito pelo deputado José Dirceu, testemunha e vítima da ação da PM baiana.

Ainda nesta edição, trazemos notícias de um avanço científico e tecnológico marcante: o próximo início da fase comercial da produção de urânio enriquecido no país. A polêmica fonte de energia é alvo, há mais de 15 anos, das pesquisas coordenadas pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo e que envolvem diversas universidades e institutos científicos.

A Marinha persegue seu objetivo de construir um reator nuclear capaz de equipar submarinos, o que os estrategistas consideram fundamental para a defesa da extensa costa nacional. A entrevista do comandante do CTMSP, almirante Wilson Jorge Montalvão, descreve o projeto e seus objetivos, demonstrando, igualmente, como o Brasil possui capacidade para estruturar suas próprias metas.

Na seção internacional, o destaque é a entrevista que o líder timorense Xanana Gusmão concedeu a Beatriz Bissio em sua recente passagem pelo Brasil em busca de ajuda para a reconstrução de seu país. Homem de luta e de esperanças, Xanana mostra com realismo a dramática herança da ocupação indonésia mas deixa uma mensagem de fé no futuro.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 218 - Mar / Abr 2000

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano
(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -
Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140

Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Guerra civil

Há muito tempo venho sentindo que já existe um processo de "guerra civil" não-declarada no Brasil, em especial nos últimos cinco anos com o agravamento do desemprego. O alerta feito pela revista foi uma contribuição importante para que a sociedade acorde no intuito de resolver os problemas que estão na causa primeira desta violência que atinge em especial as pessoas mais carentes.

Marco Aurélio de Patricio Ribeiro
Fortaleza-CE
mpatricio@fariasbrito.com.br

Chê Guevara

Já faz algum tempo que li pela primeira vez uma matéria da **cadernos do terceiro mundo**. Desde então, não consegui mais ficar sem ler uma edição desta revista que, para mim, é sinônimo de responsabilidade e respeito. Lembro e guardo com muito cuidado, por considerar uma relíquia histórica, a edição número 202 que, na minha opinião, é uma das melhores, pois nela está uma matéria muito especial sobre Guevara. Chê foi uma pessoa importante para a nossa história, mas no Brasil parece que poucos ousam tocar em seu nome para mostrar o que fez de bom pela humanidade em vida e o que continua fazendo, mesmo não estando mais entre nós.

Eu, por exemplo, sabia muito pouco sobre ele. Na verdade, sabia aquilo que a maioria queria que eu soubesse. Até hoje, tento convencer pessoas de que Ernesto Chê Guevara não é o monstro que criaram por conveniência. É sensível a preocupação que vocês têm em mostrar a realidade dos fatos sem maquiagens, o que demonstra a responsabilidade e o respeito ao cidadão que busca por informações sérias e, no mínimo, imparciais. (...) Para mim é um orgulho fazer parte desta história que **cadernos do terceiro mundo** está ajudando a "reconstruir". Seria perfeito se todos os cidadãos tivessem acesso as suas páginas.

Andrea Cristina Pereira Carneiro
andreacp@bol.com.br

Truculência na Bahia

Um batalhão de mais de 200 policiais militares invadiu a terra indígena Coroa Vermelha e destruiu o monumento construído pelos pataxós em memória dos índios massacrados durante os 500 anos de invasão. O monumento seria inaugurado durante a Conferência Indígena que ocorre na área de Coroa Vermelha, entre 18 e 22 de abril. Consistiria em um mapa da América Latina, desenhado no solo em pedra. Por dentro, os artesanatos indígenas simbolizariam a ocupação da terra antes da chegada dos portugueses.

O "Monumento à Resistência" estava sendo erguido próximo à cruz de aço inoxidável colocada pelo governo federal, no dia 17 de março, em substituição à de madeira, que estava no local desde a década de 30. As irregularidades na ação começam com a própria entrada na área, visto que a polícia militar não tem competência para atuar em terra indígena.

Nenhuma ordem judicial foi apresentada para justificar a truculência da polícia. Uma barreira policial foi formada para impedir a aproximação das pessoas que protestavam contra a ação. O cacique Carajá, da comunidade pataxó, denunciou que foi ameaçado com uma metralhadora. Desde que foi iniciada a construção do "Monumento à Resistência", o poder público tentou impedir a continuidade das obras. As primeiras tentativas foram de intimidação direta à comunidade indígena. (...) A ação é política. Os governos estaduais e federal não aceitam o monumento indígena no local da festa oficial. As atitudes intimidatórias são uma amostra de como será truculento o tratamento dos órgãos públicos aos povos indígenas que discordem do discurso ufanista oficial.

As obras construídas pelo governo federal dentro da área violaram a Constituição Federal (artigo 231, parágrafo 6º), que exige para a realização de tais obras comprovação de "relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar". Revoltados, os pataxós exigem providências por parte do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça a fim de que a Polícia Militar seja punida pela invasão e os direitos indígenas sejam respeitados.

Conselho Indigenista Missionário - Cimi
cimipara@amazon.com.br

Da prisão I

Sou interno do presídio Evaristo de Moraes no qual cumprio pena recluso. Sei que a minha situação não diz respeito a essa editora, entretanto tomei a liberdade de escrever na esperança de tocar na nobreza da consciência dessa empresa.

Com muita força de vontade e com a ajuda das pessoas que trabalham na humilde escola existente nesta unidade prisional, fiz o 1º e 2º graus e estou me preparando para ingressar em uma faculdade. Sei que tenho uma boa capacidade intelectual, um talento especial para a arte da escrita, dentre outras coisas. Desse modo, até me tornei professor dentro do cárcere, pois ajudo a escola nesse sentido, trabalhando com pessoas que têm vontade de se reeducar. Para que possa burilar todas as potencialidades, eu necessito de material mais "decente", pois os poucos livros velhos que possuo não são suficientes para que se faça um bom trabalho.

Por isso peço a doação de livros (especialmente os indicados no verso).

Peço a compreensão pela minha ousadia, mas sou pobre (a escola também) e não tenho mais ninguém a quem possa recorrer.

Reinaldo Teixeira de Siqueira
Presídio Evaristo de Moraes - R.J.

Da prisão II

Envio esta carta para solicitar um grande favor da Editora Terceiro Milênio. Li durante uma aula de geografia algumas páginas da *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* e fiquei perplexo e admirado com a quantidade de informações sobre vários países. Não recorro se são informações sobre 217 países ou 219 países. Por favor me concedam se for possível um exemplar da obra citada, pois não tenho condições de comprar.

Infelizmente errei na vida e hoje cumprio pena numa penitenciária, mas luto pacientemente para adquirir uma formação e qualificação profissional. Procuro estudar bastante, e foi nos estudos que aprendi a escrever cartas e hoje me sinto mais qualificado na vida. Por favor não me discriminem. Me dedico aos estudos e gosto muito de ler livros e me interessei pelos fatos e pelas informações da *Enciclopédia*. Que livro importante para desco-

brir tudo sobre os países do mundo! Por favor me ajudem.

Samuel Ribeiro Castro
Av. Vaz Filho, 4055 - CEP 14810-970
Araracuara, SP

Da prisão III

Me encontro recluso na Penitenciária do Estado Esmeraldino Bandeira, em Bangu - RJ, condenado por um crime ao qual me qualifico inocente. Tenho boa índole e formação moral, sendo casado há dezoito anos, com a mesma mulher, possuindo dois filhos adolescentes. Estou aguardando apelação em 2ª instância, com grande probabilidade de anulação de pena.

Devo ressaltar ainda que nosso sistema penitenciário, além de falho, não nos possibilita real ressocialização. Ante o exposto, peço a esta idônea empresa, caso haja solidariedade, o envio de algumas revistas, livros, etc., para aproveitamento e próspera amenização de sofrimento, pois esgotei todos os meus recursos financeiros, com advogado, justiça e manutenção familiar. Possam as bênçãos do nosso amigo Jesus iluminar a todos com sabedoria.

Sérgio M. L. Bandeira
Penitenciária Esmeraldino Bandeira
Bangu - RJ

Nota da redação

Dada a relevância social do trabalho educativo desenvolvido nas prisões, que abre para os presos novas possibilidades de reinserção na sociedade, e em função do interesse demonstrado pelos remetentes destas cartas no trabalho da nossa Editora, em caráter excepcional, foram atendidos todos os pedidos.

Sugerimos aos leitores de cadernos do terceiro mundo que porventura tenham em sua casa livros ou revistas que já não necessitem e que possam ser úteis na formação dos presos que também as enviem para os cárceres, aos cuidados dos remetentes destas cartas.

O pequeno Elián

Fiquei extremamente grato em ler o artigo em prol da devolução de Elián (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 216, seção Panorama Internacional). É de vital importância que muitos pronunciamentos deste tipo continuem a se desenvolver, pois só assim se alçará cada vez mais forte a opinião pública mundial, incluindo a norte-americana, contra as manobras desumanas da máfia de cubanos que vexa o garoto e ao mesmo tempo servirá de pressão ao governo dos Estados Unidos, que após ter tomado uma posição correta não se tem empenhado o suficiente em fazer com que o veredicto seja cumprido.

Embaixador de Cuba
Ramón Sánchez-Parodi

(Carta enviada pelo embaixador de Cuba ao deputado Neiva Moreira)

Parabéns

Desejo parabenizar os excelentes profissionais que militam em nossa heróica revista pelos artigos que nos provêm de informações e análises do mundo contemporâneo e suas relações.

Daqui, desta Casimiro de Abreu interiorana, para onde me trasladei do Rio de Janeiro há vários anos, venho torcendo por nossa brava publicação, que há tantos anos acompanho fervorosamente. Não dá para imaginar os obstáculos, as tensões, as lutas, certamente terríveis, que foram travadas... e vencidas com denodo e determinação, coragem e persistência.

Os méritos, sem dúvida alguma, são de toda a equipe que lutou e combate, de há muito, em profundo e vertiginoso mergulho em busca de soluções para a manutenção e o aperfeiçoamento de nossa querida **cadernos**, hoje na internet (espero em breve estar plugado também...) Meus parabéns do fundo do coração.

Cláudio de M. Ribeiro
Casimiro de Abreu, RJ

Salário mínimo

Gostaria que prestássemos solidariedade a todos aqueles que sofrerão por causa do salário mínimo de morte criado pela tríade Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan e Francisco Dornelles, por medida provisória, não por lei discutida e votada no Congresso Nacional.

De 136 reais (cerca de 77 dólares), congelados durante 12 meses, para 151 reais (aproximadamente 86,3 dólares) por mês, a ficar congelado pelos próximos 12 meses. Precisamos levantar nossa indignação contra o sistema de concentração de renda e riqueza mais injusto e desigual jamais erigido por um governo no Brasil.

Deveríamos também buscar os meios jurídicos para arrancar esta quadrilha, aliada aos banqueiros internacionais, do poder. É bom lembrar que os bancos privados brasileiros, que operam no mundo, também são transnacionais e estão entre os credores das dívidas interna e externa do Brasil.

Sendo assim, são os banqueiros e os políticos os principais responsáveis pelas dívidas social, política e ambiental. Quando é que nosso povo vai passar a cobrar deles, com juros, esta dívida?

Marcos Arruda
pacs@alternex.com.br

"Cadernos"

Fico muito feliz pelo meu país ter uma revista tão completa como a **cadernos do terceiro mundo**, que trata de assuntos tão importantes de maneira séria e sem esconder os problemas do Brasil, como é comum em outras publicações.

Pena que minha universidade (Universidade Federal de Uberlândia) não tenha mais verba para colocá-la à nossa disposição, pois há 2 meses a assinatura foi cancelada. Acreditando que ela voltará, eu só tenho a pedir que continuem com o mesmo trabalho.

Marcelo Lopes
marsd2@yahoo.com

Sumário

MAR / ABR • 2000 • Nº 218 • Ano XXVI

2 CARTAS

6 PLANALTO

9 NA MÍDIA

POLÍTICA

16 O novo MDB

Um grupo de parlamentares do PMDB lançou em grande estilo o Movimento Democrático de Base, defendendo um projeto alternativo para o Brasil

COMÉRCIO

20 Brasil - Iraque: As perdas do embargo

Ao retornar de Bagdá, deputados defendem o restabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Iraque

ENERGIA NUCLEAR

22 Urânio enriquecido: Brasil rompe mais uma fronteira

As pesquisas empreendidas pela Marinha em busca de seu submarino atômico começam a espalhar tecnologia para outros setores e garantirá, proximamente, através de acordo com a Indústria Nucleares do Brasil, autonomia de combustível para as usinas de Angra 1 e 2

SANEAMENTO

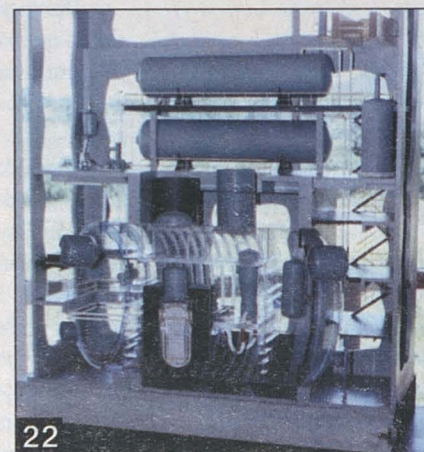
34 Mergulho social na Guanabara

Mais do que um espelho d'água atrofiado e contaminado, a baía de Guanabara é hoje o retrato do desastre socioeconômico e da crise institucional que o Brasil vive nos últimos 35 anos

RADIOAMADORISMO

38 "Hobby" que sobrevive

Radioamadorismo adaptou-se aos novos tempos e compete com a internet



Nos 500 Anos, o Protesto do Brasil

Índios, negros,
lavradores sem terra e

desempregados urbanos
fizeram eclodir no âmago
dos festejos oficiais
a realidade nacional crivada
de desafios sociais e
econômicos, gerando uma
resposta característica nesses
momentos: a descontrolada
ação repressiva policial,
marca do relacionamento
das elites com o povo que
reivindica, ao longo da
história nacional

10

BRASIL
500
ANOS



LIVROS

- 41 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais
ao alcance de nossos leitores

PANORAMA ECONÔMICO

- 44 Análise macroeconômica da situação atual do país

PANORAMA INTERNACIONAL

- 48 Os acontecimentos mais importantes do mês

GENTE

- 56 Personalidades e fatos da atualidade

NORTE-SUL

- 57 **Diplomacia: G-77**
A cúpula de Havana do Grupo dos 77 exige uma relação
mais justa com os países industrializados

EXCLUSIVO

- 58 **Timor Leste: Xanana Guzmão**

O presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense
percorre o mundo em busca de apoio para construir,
literalmente do zero, um Estado independente

CULTURA

- 64 **África: A minha raça é a humana**

O consagrado escritor angolano Pepetela lança *A gloriosa
família: o tempo dos flamengos*, seu quarto romance
publicado no Brasil

Arquitetura Hospitalar

Errata: O e-mail correto do arquiteto
Héctor Patrucco, autor da matéria
"Arquitetura hospitalar", publicada
no nº 216 é medarch@concentric.net

CNBB aponta novas formas de violência

A corrupção é uma das formas de violência que mais atingem os cidadãos. Este foi um dos pontos apresentados pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Raimundo Damasceno, na comissão especial da Câmara que analisa questões de violência no Brasil.

No seu discurso, ele disse que há uma necessidade imediata de "integração entre a comunidade e as forças policiais para que se crie um clima de confiança na sociedade".

Dom Damasceno listou algumas situações corriqueiras de violência, entre elas o desrespeito à faixa de pedestres. Disse ele que "há formas de violência que não se limitam apenas aos bens físicos e morais das pessoas, como a apropriação indébita dos recursos públicos, o tráfico de influências e a manipulação eletrônica de dados.

Estas formas de violência, quando praticadas por lideranças locais, regionais e nacionais, têm um efeito devastador sobre o conjunto da população, sobretudo se elas ficam impunes, pois passam a



Raimundo Damasceno, "Integração entre a comunidade e as forças policiais"

constituir um incentivo para que outros sigam este caminho", ressaltou.

Ao se referir à integração entre polícia e comunidade, o representante da CNBB sugeriu aos profissionais de todos os escalões "um comportamento exemplar, capaz de inspirar confiança na comunidade a que servem, e impor respeito pela dignidade de seu exemplo".

Taxação prejudica microempresas

A lei que instituiu a taxa de contribuição ambiental, aprovada pelo Congresso, "está causando uma revolta generalizada em todo o país". A informação é do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), para quem o novo tributo, "por sua abrangência, onera em demasia o orçamento de pequenas e microempresas, e o que está definitivamente errado nesta lei são os critérios da Taxa de Fiscalização Ambiental".

Num discurso irônico, Rigotto afirmou que a nova lei "considera como empresa de potencial poluidor as padarias, pizzarias, lojinhas que vendem tintas, e não podemos aceitar isso". Ele pregou a desobediência civil dos pequenos empresários, afirmando que estes não devem pagar as multas, "porque são absurdas".



Rigotto

Recursos para a Saúde

Com críticas ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que há três meses adia votação da proposta de emenda constitucional vinculando recursos para a área de Saúde, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) disse que os recursos destinados ao setor vêm sendo reduzidos a cada ano, citando o exemplo de Minas Gerais, onde estes recursos baixaram de 9% para 5,9%.

"Em reunião com líderes políticos e presidentes de entidades ligadas ao setor, verificamos a posição favorável do projeto da Câmara que, após sua aprovação em dois turnos, foi engavetada no Senado e lá se encontra há mais de três meses. Só o presidente do Senado é contra. Será que sua posição se explica porque seu estado investe pouco na Saúde?", indagou o deputado mineiro.

Em defesa da proposta de emenda à Constituição, Guerra afirmou que ela trará "melhorias, na medida em que todos os níveis de governo seriam beneficiados com os recursos vinculados". De acordo com esta proposta, o orçamento da área de Saúde seria acrescido em 3 bilhões de reais dos recursos federais e mais 2 bilhões de reais dos orçamentos estaduais, significando um aumento de 12%, segundo o deputado.

Controle de informações cadastrais

Depois de apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o projeto, que define normas para a proteção de informações pessoais contidas em bancos e órgãos públicos, deverá seguir para o plenário, onde será votado.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto quer limitar a divulgação de informações sigilosas, dados pessoais restritos, tais como religião, opiniões políticas, crenças, situação de saúde. Estes dados



Senador Lúcio Alcântara

estão cada dia mais acessíveis, segundo o senador, "por causa da rápida expansão dos sistemas de informática".

Legislação limitando a divulgação destes dados já está em vigor em 14 países europeus. E, de acordo com o projeto do senador cearense, os cadastrados terão acesso a todos os seus dados, podendo modificá-los ou corrigi-los. No caso da instituição negar o acesso ao interessado, ele terá direito ao seu *habeas-data*, garantia constitucional em vigor.

Punição para crimes na internet

Com a tipificação de 20 situações ilícitas, entre elas a quebra da inviolabilidade das informações pessoais, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto para punir crimes praticados na internet. Disse o senador que os cybercrimes já se transformaram em preocupação mundial e a internet "tem uma concepção anárquica, que pretende fugir a qualquer controle ou punição".

De acordo com o projeto, serão definidos como crimes a inviolabilidade de dados, contra a propriedade, contra o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a moral pública e a segurança nacional. O projeto prevê pena de prisão por seis meses para quem distribuir material injurioso e a pena será agravada, caso os crimes sejam cometidos contra concessionárias de serviços públicos, como distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas e serviços de distribuição de água.

Preocupa fusão do Basa

A fusão do Banco da Amazônia (Basa) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), transformando-se em agência de desenvolvimento para a região, preocupa o deputado de Tocantins, Pastor Amarildo (PPB).

Em defesa do Basa, o deputado disse que "uma agência de desenvolvimento dificilmente atingirá as comunidades interioranas, como faz o banco que está presente nas pequenas cidades de toda a região".

Além desse problema, o deputado disse também que a empresa holandesa Booz Allen, responsável pelo diagnóstico da fusão, "prevê a



Pastor Amarildo: "Mais crise social"

dispensa de funcionários, o que vai provocar mais uma crise social no país". De acordo com seus cálculos, 2.634 funcionários serão mandados embora e a fusão "prejudicará o financiamento de atividades produtivas nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas, Roraima, Amapá e Acre".

Garantia em caso de falência

Os créditos relativos à aquisição de unidades residenciais, bem como as questões trabalhistas, terão prioridade sobre créditos tributários, nas falências de construtoras ou incorporadoras. O projeto, estabelecendo esta prioridade, foi votado pelo Senado na última semana de março e evitará as cenas deprimentes vistas pelo Brasil, quando da falência da Encol.

Recomendação da CPI do Judiciário, este projeto vai permitir uma maior segurança para quem compra imóveis na planta. Indo a incorporadora à falência, os compradores não ficarão esperando por muito tempo pelo recebimento das parcelas pagas às construtoras falidas. Tanto estes créditos, quanto as dívidas trabalhistas, serão pagos de imediato. Na sua proposta, os integrantes da CPI do Judiciário argumentaram que a iniciativa deve favorecer a construção e o investimento em unidades residenciais para contribuir para a diminuição do déficit habitacional. O projeto seguiu para a Câmara, onde ainda será distribuído para análise das comissões.

Juruna homenageado

O ex-deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o primeiro índio a ter mandato no Parlamento brasileiro, foi homenageado numa sessão solene da Câmara. Juruna, que foi cacique da pequena aldeia de nomucurá (MT) até 1982, quando assumiu a cadeira de deputado pelo Rio de Janeiro, foi saudado pelo líder de seu partido, Miro Teixeira (RJ).

Em seu discurso, Miro afirmou que a presença do cacique representa "o símbolo da preocupação que devemos ter com as nações indígenas e com o meio ambiente". Miro destacou o projeto de crescimento da sociedade ocidental afirmando que "a preservação só existe onde não há a presença do homem branco, o que significa que o desenvolvimento pretendido pelo civilizado pode estar na contramão do desenvolvimento da humanidade".

Em nome do PT, o deputado Professor Luizinho (SP) citou dados do Conselho Indigenista Missionário (Ci-

mi) informando que há, no momento, 109 conflitos de terras nas áreas indígenas do Brasil e que Juruna "é o símbolo da luta pela preservação das etnias". Wilson Santos (PMDB-MG) depois de descrever a trajetória política do cacique xavante, lembrou que Juruna adotou o gravador como arma de cobrança das autoridades "porque não via resultados concretos dos acordos feitos".

Em sua cadeira de rodas, Juruna, que nos anos 80 compareceu ao Tribunal dos Povos em Rotterdã para denunciar a política etnocida do governo brasileiro contra os povos indígenas, apenas pediu apoio para a fundação que leva seu nome, dizendo também que hoje os índios do Brasil "estão todos divididos, porque a Funai criou muitas divisões para não lutarmos mais juntos".



Acima, o ex-deputado Mário Juruna, o primeiro índio a ter mandato no Parlamento brasileiro, homenageado em sessão solene na Câmara. Ao lado, o deputado Miro Teixeira, que em discurso afirmou ser o cacique o símbolo da preocupação com as nações indígenas e com o meio ambiente

Grilagem de terras indígenas

O senador Sebastião Viana (PT-AC) denunciou, em plenário, a venda de 3,2 milhões de hectares das terras indígenas dos caiapós do Pará para o grupo norte-americano Allied Cambridge LLC, que se associou à Worldwide Ecological Rimber Corporation. A área, que corresponde ao território da Bélgica, foi escriturada no cartório de São Félix do Xingu e, "apesar de totalmente ilegal, o negócio não foi desfeito e não recebeu qualquer punição da Justiça", disse o senador.



Senador Sebastião Viana: denúncia

"A grilagem é um dos mais poderosos e persistentes instrumentos de domínio e concentração fundiária do país e está na origem dos mais de 15 conflitos de terras indígenas dos últimos dois anos", afirmou ainda o senador. Na sua opinião, a entrada em cena de um grupo estrangeiro no esquema de grilagem "assume dimensões alarmantes, pois envolve a grave e difícil questão de fronteiras e soberania nacional".

Por sugestão do senador paraense Ademir Andrade (PSB), será encaminhado um pedido de informações ao Executivo sobre as negociações de venda destas terras numa das regiões de maior conflito fundiário do Brasil.

O que eles dizem...

"Só não fizemos sexo."

A frase é do senador Antonio Carlos Magalhães, referindo-se a uma reunião com o presidente Fernando Henrique na qual, segundo sua versão, selaram a paz política depois dos desentendimentos das últimas semanas

Veto oficial

O presidente Fernando Henrique Cardoso não gostou da imagem usada por ACM, de que os dois "só não fizeram sexo". Comentou com assessores que a frase não é compatível com o linguajar de um chefe de poder.

Coluna de Ricardo Boechat em O Globo

"Eu não sou uma pessoa ansiosa, mas posso dizer que os 20 minutos que eu passei não foram brincadeira."

Armínio Fraga, presidente do Banco Central referindo-se aos minutos que passou nas mãos de grupos que impediam o ingresso de representantes internacionais na reunião do FMI. Em face da grave situação, Fraga desistiu da reunião e foi direto ao aeroporto, retornando ao Brasil

"O FMI é fiador deste delírio. Caso todos resolvam comer dignamente e saciar necessidades elementares, o país quebra."

Mauro Kinijjik, presidente da Federação Comercial do Rio Grande do Sul (Federasul)

No relatório sobre a situação internacional, apresentado anualmente ao Congresso, o Departamento de Estado dos Estados Unidos considera que o salário mínimo e a absurda distribuição de renda no Brasil "violam os direitos humanos".

"O mínimo - acentua o documento - cobre apenas um pouco mais do que um quarto das necessidades de uma família

Para lembrar

"A Palavra foi dada ao homem para esconder o seu pensamento".

Príncipe de Talleyrand, ainda no século XIX

de quatro pessoas." "Todo ano é a mesma história: a desculpa para não aumentar o mínimo é a Previdência."

Mário Covas, governador de São Paulo

"A Santa Sé sempre reconheceu que o povo palestino tem o direito natural de ter uma pátria e poder viver em paz com os demais povos."

Papa João Paulo II

Depois de 30 anos, a esquerda francesa declara guerra ao desemprego. Mais de 220 mil jovens foram contratados, a partir da nova legislação. Vinte e dois mil acordos entre empresas e empregados e 150 mil empregos criados ou preservados. A nova lei formulada pelo governo socialista vai permitir ampliar esses resultados. Menos 513 mil solicitações de emprego junto às repartições correspondentes. O governo socialista não cessará sua luta pelo pleno emprego.

(Nota do semanário L'Hebdo des socialistes, de Paris, sobre o retrocesso do desemprego sob o governo Jospin)

"Tivemos o totalitarismo militar. Temos agora o totalitarismo da mediocridade. Há vítimas de um e de outro lado."

Carlos Heitor Cony, nosso mais novo imortal, na Folha de S. Paulo

"Este é um volume tão grande de recursos públicos que faz a turma de Collor e PC parecerem um bando de trombadinhas."

Miro Teixeira, líder do PDT na Câmara, ao defender a criação de uma nova CPI dos Precatórios não aprovada pela maioria

"A indústria farmacêutica nega a evidência, mas sua política de preços mata."

Relatório oficial da AIDS Act-UP Paris, organização que luta pelos direitos dos doentes franceses (Le Monde Diplomatique).

"Mais cedo ou mais tarde, vamos ter que lutar de novo. A coisa está passando dos limites, já deixamos muitas pilchas (roupa típica dos "gaúchos" uruguaios) e arreios pelo caminho. O ensino está entregue, todos os sindicatos estão nas mãos do inimigo. Isso é caótico e há muito pouco o que falar".

General Manoel Fernandez, então chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas do Uruguai, a propósito da luta que envolve o país pelo esclarecimento e as conseqüências jurídicas do desaparecimento das vítimas da luta armada contra os Tupamaros. A conseqüência imediata dessa declaração foi a demissão e a prisão do general pelo presidente Jorge Battle, que respondeu energeticamente a esse pronunciamento da direita militar uruguaia

O senador Antonio Carlos Magalhães acusou o presidente da Câmara de "bajulador do governo".

Resposta de Temer: "Quando disse essa frase, Antonio Carlos estava se olhando no espelho."

Índios, negros, lavradores sem terra e desempregados urbanos fizeram eclodir no âmago dos festejos oficiais a realidade nacional crivada de desafios sociais e econômicos, gerando uma resposta característica nesses momentos: a descontrolada ação repressiva policial, marca do relacionamento das elites com o povo que reivindica, ao longo da história nacional

Nos 500 Anos. o

Procópio Mineiro

AS COMEMORAÇÕES DOS CINCO SÉCULOS DE DESCOBRIMENTO DO PAÍS conseguiram superar o *Samba do crioulo doido*, aquele enredo fictício em que se embaralham os personagens da história - Tiradentes não é enforcado, D. Pedro I é democrata e D. Leopoldina é apenas uma estação de trem. A festa, segundo os críticos, foi planejada com excesso de governo e carência de povo, resultando num grande balão colorido que explodiu exatamente na hora dos parabéns, com todas as autoridades no palanque.

Assim, a Nau Capitânia - que seria o símbolo maior - sequer navegou, não suporta ondas, quebrou o mastro assim que içaram as velas e agora é objeto de prova em processo de malversação de fundos públicos. O ministro Rafael Greca, responsável pelo programa do quinto centenário, foi demitido e tem agora contra si vários processos. O presidente da Funai, Carlos Marés, homem do governo para assuntos indígenas, não só pediu demissão, como saiu atirando de todas as maneiras contra seus superiores, acusando-os de selvageria contra os índios. O presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães, que dias antes sofrera a ameaça de ser flechado por um cacique exaltado em pleno Senado, defendeu a repressão policial em Porto Seguro. Alguns bispos simplesmente se recusaram a participar da Missa dos 500 Anos, e os que participaram fizeram solene pedido de perdão aos índios, que o rejeitaram.





Protesto do Brasil

O índio ajoelhou-se e pediu sensatez, mas foi derrubado e acabou pisado pela tropa: era o governo reiterando a ação das elites nos 500 anos do país





Festejos e Protestos

Mais de 150 tribos brasileiras, negros e lavradores sem-terra condenaram os 500 anos de discriminação, mas não chegaram a Porto Seguro: tinham só arcos e flechas, seus peitos nus e uma verdade contra escudos, bombas e escopetas da tropa

O governo, que imaginara ter os festejos circulando pelo mundo como um cartão postal da administração, está até hoje arrepiado com o conjunto de fiascos que levaram a imprensa estrangeira a abrir manchetes desairosas,

frente, onde só tinha indígenas. Eu fui tentar conversar com a polícia. Aí, eles começaram a jogar bombas. A democracia foi a grande derrotada." A descrição é do indigenista Carlos Marés, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, na qual analisou os acontecimentos e concluiu que o ocorrido na festa dos 500 anos foi emblemático do autoritarismo que caracteriza estes cinco séculos de relacionamento das elites com o povo brasileiro. "Perdemos a expressão da possibilidade de convivência. Se todos estivessem juntos em Porto Seguro, certamente haveria dificuldades, mas seria um momento simbólico. Faltou o símbolo da comunhão nacional. O evento mostrou a arrogância e prepotência da elite brasileira, que não se comove nem com a clemência pedida pelo povo" (simbolizada pelo índio diante da tropa).

A análise de Marés coincide com a da senadora Marina Silva (PT-AC), que viveu aqueles momentos dramáticos, ao

da República discursava a poucos quilômetros dos acontecimentos:

"Os pés descalços desse povo hoje pisam o terreno firme da democracia e a democracia, quando é autêntica como a nossa, é o caminho para a inclusão social." FHC cancelou a ida à aldeia pataxó em Coroa Vermelha - segundo o general Alberto Cardoso, ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência, para evitar "condições de choque" - mas reconheceu o direito dos índios à demarcação de terras, a qual considerou "uma reparação tardia".

Quanto aos sem-terra, voltou a condenar as ocupações: "Isso não diminui aos meus olhos e aos olhos da nação a autenticidade do drama social vivido por esses trabalhadores."

Baile insensível

"Um baile da Ilha Fiscal piorado. A



criticando autoridades e dando espaço aos protestos populares, última coisa que poderia ter sido imaginada pelos estrategistas das comemorações.

E Marés, o indigenista indignado, ainda sugeriu que tribunais internacionais se pronunciem sobre o conjunto de desrespeito aos direitos humanos praticado pelas autoridades naquele 22 de abril - gota de fel inimaginável.

Assim, além dos protestos, parece que ficará também dessas festas dos 500 anos um certo ar de comédia, como vem comprovando a felicidade que estão exibindo os cartunistas de todos os jornais.

Elite inclemente

"Era um clima de festa e descontraído. De repente, houve um tumulto na

lado de outros parlamentares, religiosos e até magistrados, na repressão policial à caminhada popular em direção a Porto Seguro. Segundo Marina, "infelizmente, ainda há quem acredite que a democracia só comporta os que dizem amém para a casa-grande", referindo-se ao esforço oficial para afastar os movimentos sociais do palco das comemorações oficiais.

"Há muito tempo não via semelhante repressão. O sul da Bahia viveu um estado de sítio de fato", discursou da tribuna da Câmara, no dia 25 de abril, o deputado José Dirceu, presidente do PT e presente às manifestações. Enquanto a repressão assombrava milhares de pessoas, naquele 22 de abril, o presidente

novidade é a reação dos protestos", comentou de sua parte o professor José Murilo de Carvalho, comparando a festa oficial de Porto Seguro com o histórico baile da Ilha Fiscal, aquele que durou três dias para gáudio de nobres e ricos, que não perceberam os estertores do regime monárquico.

"Com Greca é impossível o debate. Ele carnaliza tudo, o que levou a uma situação constrangedora, com a polícia protegendo a elite em Porto Seguro. Do lado de fora, os sem-nada", disse o historiador. "A festa não empolgou os brasileiros. A festa não pegou", reconheceu o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, lamentando que o governo não tivesse promovido grande mobilização

nacional em torno dos 500 anos: "Talvez estivéssemos vivendo este momento com maior emoção."

Disso discordou o responsável pela Comunicação do governo. Andrea Matarazzo disse que "o brasileiro não costuma se entusiasmar com esse tipo de festa cívica".

A realidade e a dramaticidade dos acontecimentos parecem, contudo, apontar um equívoco nessa interpretação: o brasileiro tem vontade de chorar de emoção até quando canta o hino nacional, ama o país com a ingenuidade de uma criança, é capaz de se mobilizar, em bandos de dezenas de milhares, para dar um abraço ecológico numa lagoa.

E não se furta sequer a invadir programação oficial, mesmo enfrentando milhares de soldados, para levar a presença e as preocupações populares, por sentir que a festa não deve ser de bacanas, já que se trata de momento cívico especial, como a data dos 500 anos de Brasil.



Os equívocos da programação, talvez baseados na pressuposição de que o brasileiro não se liga em civismo, fizeram eclodir exatamente esse sentimento: espalhou-se nos ares da pátria um surpreso e ofendido sentimento cívico de que as autoridades transformaram a ocasião histórica num momento de estupenda inabilidade, insensibilidade e agressividade antipopular.

A eletricidade pareceu acumular-se no ar: era como se houvesse um povo gritando para navegar grandes mares, enquanto a Nau Capitânia contempla somente o mar raso do estaleiro.

Proclamação Indígena

Três mil índios, representando mais de 150 tribos, promoveram em Coroa Vermelha, por três dias, um encontro de reflexão - a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Do encontro emanou um documento, em que os índios reclamam das injustiças e do processo espoliativo destes cinco séculos, desde a chegada do colonizador europeu

"Chegamos na aldeia pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos. Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas. Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma

história indigna. Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência. Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular." O documento lista uma série de exigências, envolvendo questões de terras, medidas judiciais, assistência econômica e social, educação e cultura. Leia as exigências e propostas:

"1. Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas; **2.** Revogação do decreto 1.775/96; **3.** Garantia e proteção das terras indígenas; **4.** Devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro; **5.** Ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas; **6.** Desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o rio São Francisco; **7.** Reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios; **8.** Proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados; **9.** Desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena; **10.** Respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria; **11.** Paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados; **12.** Apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas."

O pronunciamento indígena termina, afirmando que "nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro. Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500". A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre. Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000."



Marca autoritária de nossa história:
a repressão contra reivindicações

O que querem? Uma guerra civil?

*Dep. José Dirceu **

Ao contrário do que se noticiou, não é fato que tenhamos concordado em não fazer a manifestação nas Pitangueiras, em Porto Seguro, e, sim, em Coroa Vermelha. É verdade que procurei o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, que me encaminhou ao ex-deputado Marcelo Cordeiro. Com este, procurei construir uma proposta comum - como fizemos na Marcha dos Cem Mil, quando não houve qualquer incidente em Brasília -, de realizarmos a manifestação em Porto Seguro pacificamente.

Dia 22, às 9h, a tropa de choque da Polícia Militar da Bahia reprimiu violentamente a marcha dos manifestantes que saíam do "Quilombo" para encontrar-se com os índios que realizavam uma conferência a poucos quilômetros. Conseguimos reagrupar os manifestantes e, com apoio do Conselho dos Povos Indígenas, saímos em direção a Porto Seguro. Nova-

mente, por volta do meio-dia, a manifestação foi violentamente reprimida.

Quero destacar que a repressão não considerou a presença de crianças, idosos, caciques de tribos, parlamentares - como eu e a senadora Marina Silva - e dos bispos Dom Tomás Balduino e Dom Franco Masserdotti. Apesar da minha longa experiência em manifestações políticas desde os idos da década de 60, passando por toda a ditadura militar, há muito tempo não via semelhante repressão. O sul da Bahia viveu um estado de sítio de fato. O governador César Borges me disse que quem respondia pela segurança do presidente da República e comandava a Polícia Militar da Bahia era o governo federal. Portanto, considero que responde por essa situação o Sr. presidente da República. É verdade que deve responder também o comandante da Polícia Militar, coronel Wellington Muller, que dirigia as operações, e o próprio governador, que comanda a Polícia Militar. Mas não há dúvidas de que o general Alberto Car-

Estive na Bahia como presidente nacional do PT e deputado pelo meu estado, São Paulo. Infelizmente, fui tratado, como todos os cidadãos brasileiros que lá estavam exercendo o direito livre e democrático de manifestação, de uma forma antidemocrática.

Os direitos inerentes ao mandato parlamentar da senadora Marina Silva, deste deputado, de deputados estaduais e outros parlamentares não foram considerados

doso e o presidente Fernando Henrique Cardoso devem explicações ao país. Ressalto o papel do Ministério Público Federal, na pessoa dos procuradores Robério Nunes, Márcio Torres e Paulo Fontes e do Poder Judiciário, na pessoa do juiz Aírton Pinheiro, que fizeram valer a Lei e a Constituição, inclusive liberando os presos.

Quero registrar um fato grave. O governo federal e a Polícia Militar da Bahia conseguiram, através de uma política divisionista e de infiltração, que a tribo pataxó de Coroa Vermelha se transformasse num instrumento contra o conjunto das nações indígenas e dos manifestantes que estavam em Coroa Vermelha. Mentiram para os pataxós de Coroa Vermelha ao dizer que os sem-terra - que nem lá estavam, porque estavam impedidos de sair de Eunápolis - invadiriam suas terras. Mentiram também quando disseram que nós, manifestantes, tínhamos agredido uma índia, que foi vítima da repressão indiscriminada da Polícia Federal às 9 horas.

Provocações

Este fato particular, singular, é sintomático do momento que vivemos no país. Métodos de infiltração e de espionagem foram utilizados: controle de telefones celulares, infiltração nas reuniões e nos locais da conferência indígena e na reunião, no "Quilombo", dos manifestantes que vieram de todo o Brasil. Informações foram manipuladas, como a de que os sem-terra estavam em Coroa Vermelha, em Porto Seguro, quando estavam em Eunápolis. Tudo isso com o objetivo de fazer com que a opinião pública nacional e internacional acreditasse que nós é que praticamos a violência.

Apesar da violenta repressão da Polícia Militar da Bahia, nenhum manifestante reagiu. Pacificamente, recuamos sob o ataque de bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Concentramo-nos novamente e, pacificamente, fomos lutar pela liberdade dos presos. Não conseguimos chegar a Pitangueiras, mas fizemos a marcha.

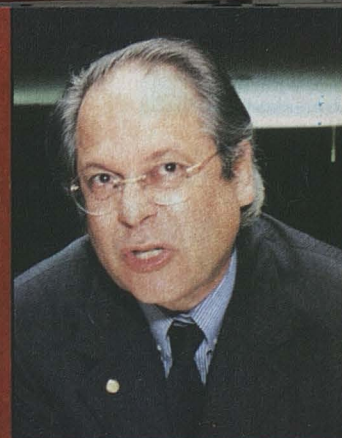
Esse fato é de extrema gravidade, atenta contra a Constituição e a democracia, é um precedente grave. Pergunto: se a esquerda, os partidos políticos e as entidades começarem a responder à Polícia Militar, o que será deste país? Se a CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Central de Movimentos Populares, o PT armarem os manifestantes para reagirem a esse ataque do qual estamos sendo vítimas em várias situações por todo o país? O Brasil marchará para uma situação de guerra civil, como acontece com a Colômbia e, pratica-

Índio brasileiro: indefeso, mas com dignidade



Um momento para a história: índio ajoelhado tenta deter a violência policial

Fotos: AFP



JOSÉ DIRCEU
'Estado de sítio de fato no sul da Bahia'

mente, existe na Bolívia e no Equador. Vamos manter todas as nossas manifestações no caminho pacífico, ordeiro, mas não abrimos mão do direito democrático e legal de nos manifestarmos e de ocuparmos as ruas e as praças do Brasil.

Porto Seguro foi submetido a um estado de sítio de fato, mas na BR-367, que liga Coroa Vermelha a Porto Seguro, os turistas aplaudiam a nossa marcha. Na noite do dia 22 de abril, quando três mil convidados oficiais chegaram à Passarela do Álcool, ocupada por dezenas de milhares de turistas de todo o Brasil, para assistir a um ato oficial, foram todos vaiados de maneira intermitente por milhares de cidadãos brasileiros, que repudiaram as manifestações oficiais que nos custaram dezenas de milhões de reais e não expressaram a pluralidade política e cultural do Brasil.

Estávamos lá, como esquerda e como oposição democrática, para dizermos que o Brasil precisa, sim, se orgulhar do que é enquanto Nação, enquanto povo brasileiro, mas que é preciso dizer que a marca da escravidão

e da colonização está presente, no Brasil, na exclusão social, no desemprego, na violência, no racismo e, principalmente, na dependência externa a que o país está submetido na atual globalização.

Mancha da repressão

Como cidadão, como parlamentar e como presidente do PT, estive, com orgulho, junto aos manifestantes em Coroa Vermelha. Não aceitamos a proposta de fazê-la em Cabralia e não aceitamos também a insinuação de que o Cimi manipulou a conferência indígena. Os índios, através de seus caciques e da assembléia, decidiram não entregar o Manifesto ao presidente e marcharam junto conosco. Essa marcha e a repressão promovida pelo governo federal ficarão registradas na história do Brasil através daquela fotografia simbólica e trágica, a de um índio de joelhos e com as mãos levantadas frente a uma tropa de choque da PM, indefeso, mas com dignidade, como éramos: indefesos, mas com a dignidade de tentarmos fazer a manifestação. Só fomos detidos pela força, mas não reagimos pela força, porque acreditamos na democracia. ■

** O deputado José Dirceu é presidente nacional do PT e representa seu estado, São Paulo, no Congresso Nacional. Este texto baseia-se no pronunciamento do parlamentar, proferido no dia 25 de abril, na Câmara dos Deputados*

Um grupo de parlamentares do PMDB lançou em grande estilo, o Movimento Democrático de Base, defendendo um projeto alternativo para o Brasil

O novo MDB

COM UMA PESQUISA NAS MÃOS mostrando que 80% dos dez milhões de filiados em todo o país exigiam a saída do partido da coligação que dá sustentação ao governo, um grupo de parlamentares do PMDB lançou o Movimento Democrático de Base (MDB). O lançamento foi em grande estilo, com o senador Pedro Simon (RS) dizendo que seu partido tem candidato à presidência da República, que serão resgatadas as bandeiras históricas defendidas por Ulysses Guimarães e pelos peemedebistas "que sempre lutaram contra o arbítrio".

Simon não poupou o presidente Fernando Henrique e a criação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). "O presidente da República saiu do PMDB. Saiu com outros que se consideravam os puros. Nós éramos os impuros. E hoje os puros transformaram o Brasil nisso que está aí, numa geléia geral. Democracia sem o social não é democracia, democracia sem ética não é democracia. E nós continuamos a lutar pela democracia, porque sempre lutamos contra os arbítrios", disse ele no seu breve discurso.

Pedro Simon é um dos quatro senadores que assinam o manifesto do MDB. Além dele há ainda Amir Lando (RO), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que provocou o impeachment do

ex-presidente Fernando Collor; Roberto Requião (PR), relator da CPI dos Precatórios, e Renan Calheiros (AL), que foi um dos cinco ministros da Justiça que circularam nos cinco anos de governo. Nenhum deles é considerado por seus colegas nem pela mídia integrantes do chamado "baixo clero", parlamentares sem expressão política.

Na Câmara, o movimento já conta com 20 deputados, todos ligados a poderosas lideranças estaduais. São eles Rita Camata (ES), Edison Andrino (SC), Gustavo Fruet (PR), Luiz Bittencourt (GO), Osvaldo Reis (TO), Marcos Lima (MG), Cezar Schirmer (RS), Gastão Vieira (MA), Júlio Delgado (MG), Igor Avelino (TO), Hélio Costa (MG), Geovan Freitas (GO), Germano Rigotto (RS), Saraiva Felipe (MG), João Magalhães (MG), Maria Elvira (MG), Marcelo Barbieri (SP), Themístocles Sampaio (PI), Elcione Barbalho (PA) e Zaire Rezende (MG).

Os mineiros são todos do grupo do governador Itamar Franco; Igor Avelino é filho do ex-governador do Tocantins, Antônio Avelino; Elcione Barbalho, ex-esposa do presidente do PMDB, senador Jader Barbalho; Gastão Vieira, ligado ao grupo de Roseana Sarney, de quem já foi secretário; e Rita Camata é a esposa do senador Gérson Camata, ex-governador do Espírito Santo.

Além destes nomes, no dia do lançamento, centenas de prefeitos, deputados estaduais, vereadores e militantes de 18 estados compareceram ao ato. Ao lado do vice-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso e do ex-presidente do partido, Paes de Andrade (CE), e um dos articuladores do MDB, estava também o ex-deputado Israel Pinheiro Filho, integrante do grupo Itamar.

Faltava apenas o governador Itamar Franco. Ele deixou o PMDB recentemente e deu todo apoio ao grupo que se rebelou contra a cúpula do partido.

Rita Camata: problemas graves afetam os direitos e o exercício da cidadania



O MANIFESTO

Na solenidade da criação do bloco, o deputado Zaire Rezende leu o manifesto assinado pelos deputados e senadores e depois aprovado por prefeitos, diretórios municipais e deputados estaduais. O documento contém as propostas de luta do movimento e foi distribuído para os 1.200 participantes.

Segue a íntegra do documento:

"O MDB- Movimento Democrático de Base - reúne companheiros determinados a discutir de forma aberta e democrática o PMDB e contribuir no processo de renovação das práticas do partido. O nosso movimento surge no momento em que o país assiste ao aprofundamento das contradições de seu processo de desenvolvimento.

O Brasil enfrenta um grave quadro de crise social e econômica. Os indicadores colocam o país em situação desconfortável no contexto internacional, revelando as grandes diferenças existentes no tecido social brasileiro. Problemas de graves dimensões podem ser facilmente detectáveis nas áreas básicas da cidadania.

O desemprego é recorde e a concentração de renda desponta entre as mais perversas do planeta. O governo de inspiração neoliberal desnacionalizou a economia, congelou os salários e aprofundou as contradições sociais no país. Nunca as diferenças das regiões foram tão acentuadas, o que abala os princípios federativos e permite um negativo confronto tributário entre os estados, materializando a chamada guerra fiscal. Não bastasse tudo isso, os investimentos sociais foram drasticamente cortados.

Observa-se, também, nos diversos ambientes nacionais, um crescente desencanto com o desenrolar do processo político, cujo curso cada vez mais se distancia das aspirações populares. Os partidos políticos, em geral, vêm perdendo consistência ideológica e assumindo feições fisiológicas e demagógicas. Em consequência, igualam-se em equívocos políticos e acentuam o sentimento

de desesperança da sociedade brasileira.

O PMDB sempre se caracterizou por um perfil político plural e democrático.

A legenda conduziu a luta do povo brasileiro pela redemocratização e transformou-se na principal referência política no país. O PMDB combativo de Ulysses Guimarães construiu sua história com ética e coerência. Foi este PMDB que discordou, que enfrentou e foi a legenda vibrante que conquistou o respeito popular, lotou as praças públicas e levantou a bandeira de liberdade.

O PMDB deve retornar às ruas e às suas origens, sem descaracterizar-se e sem tornar-se coadjuvante de governos dissociados dos interesses da nação.

Neste sentido, o MDB nasce com a proposta de resgatar a história do partido, firmando posição em favor da retomada do desenvolvimento com justiça social e do fortalecimento da cidadania do povo brasileiro.

Declara-se, assim, contra o projeto neoliberal, que liquida o patrimônio nacional, que sufoca os trabalhadores, que não prioriza a agricultura, que pune os empresários nacionais, que persegue os aposentados e empobrece a classe média, comprometendo, desta forma, o futuro do país.

O MDB não tem pretensão de ser uma força política hegemônica. Surge para afirmar, não para enganar, para buscar a verdade, não para mascarar-la; debatendo, sob o signo da renovação, da independência e da responsabilidade, um projeto alternativo para o Brasil."



Zaire Rezende: justiça social e desenvolvimento

Desde a última convenção, em 1997, este grupo vem manifestando desconforto dentro do partido. Aquela convenção foi marcada pela troca de socos e pontapés entre militantes e integrantes dos diretórios estaduais, pela agressão física a Itamar e, principalmente, por manobras políticas lideradas pelo então governador do Rio Grande do Sul, An-

tonio Brito, pelo senador Elizeu Rezende (GO), pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, pelo senador Jader Barbalho e por outros dirigentes de peso político regional. Todos eles defendiam a tese da não apresentação de candidato próprio pelo PMDB, para apoiar Fernando Henrique Cardoso.

Esse fato se traduzirá num distan-

ciamento da linha partidária adotada pela direção. Os "insurretos", expressão usada pelo senador Pedro Simon para denominar o grupo, exigem uma convenção extraordinária e estão decididos a manter um não alinhamento à orientação dos líderes do PMDB no Congresso nas votações de interesse do governo.



Deputados progressistas do PMDB pretendem resgatar a história de compromisso social com o qual a legenda atravessou os duros anos da ditadura militar e afastar-se do processo de descaracterização partidária, que alguns chamam de pefelização, pela progressiva adesão aos interesses do governo, como se fosse cópia do PFL

RESGATE

Um dos principais arquitetos do movimento dentro da Câmara é o deputado Zaire Rezende. Ao explicar as raízes da "insurreição", disse que "desde o começo do governo de FHC o partido está dividido porque a decisão de apoiar o governo não foi aceita pelas bases. Perdemos na Convenção, não conseguimos reverter o quadro e agora criamos o movimento porque não concordamos com a direção. Resolvemos declarar independência."

O deputado mineiro garante que não há nenhuma intenção de se criar um novo partido mas, sim, "resgatar o PMDB, suas bandeiras, reconstruir nosso perfil de centro-esquerda, contra o neoliberalismo, contra a política de privatizações e a perda diária da soberania". Ele criticou a cúpula, que na sua opinião não quer abandonar os cargos mantidos no governo e não pratica a democracia interna. "O partido abandonou completamente os ideais do passado", afirmou. Já o senador Roberto Requião, num forte discurso, denunciou que o PMDB "vive uma crise extraordinária e há sinais de insurreição".

E, citando a aprovação do nome de Teresa Grossi para uma diretoria do Banco Central, como "um insulto ao PMDB", disse ainda que o grupo tem "motivos de sobra para iniciar um movimento insurrecional", porque ela está indiciada pela CPI dos precatórios como uma das responsáveis pelas transações do Banco Fonte-Cidam".

O deputado Zaire Rezende tomou todas as medidas regimentais para permitir a existência legal do grupo, comunicando à Mesa da Câmara a formação do Bloco Parlamentar. Além desta providência, o manifesto do movimento foi lido em plenário. Nem o presidente da Câmara, Michel Temer, que é do PMDB, nem o líder do partido no Senado e presidente do partido, Jader Barbalho, manifestaram restrições.

Barbalho chegou inclusive a contar histórias do tempo em que integrava o grupo dos "autênticos" do extinto MDB, durante os governos militares. A única reação negativa foi a do líder da Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), que quer convencer os rebeldes a renunciar à tomada de posição de não alinhamento. "Geddel

é que mais está incomodado com o Bloco", disse Zaire Rezende.

Parlamentar de confiança da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, o deputado Gastão Vieira foi um dos primeiros inscritos para assinar o manifesto. Sua presença no bloco surpreendeu alguns colegas que chegaram a acreditar no seu rompimento com o grupo Sarney. Gastão defendeu a proposta de resgate do PMDB, dizendo que "o partido perdeu a identidade nas questões nacionais e está trilhando o mesmo caminho do PFL". Sobre sua posição no plano estadual, acrescentou: "Roseana está querendo se libertar e abrir seu próprio caminho."

Derrotado na convenção de 97, o ex-presidente do partido, Paes de Andrade, um dos articuladores do Bloco, disse que a cúpula sempre foi minoritária nas suas tomadas de decisão. "Nós estamos fortalecendo as bases que querem o rompimento imediato com o governo. Este é o PMDB que queremos. Um partido com dez milhões de filiados que quer ter seu candidato, enquanto a cúpula foge do debate e corta qualquer tentativa de se fazer uma convenção, pressionando diretórios." ■

Esteja afinado com o seu tempo

POLÍTICA • CULTURA • ECONOMIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • COMUNICAÇÃO • ENTREVISTAS • INFÂNCIA • SOCIEDADE • MEIO AMBIENTE • EMPRESAS • NEGÓCIOS • LAZER
ESPORTE • ATUALIDADES • LIVROS • CIÊNCIA • ARTE • TRABALHO • JUSTIÇA • DIREITOS HUMANOS • GLOBALIZAÇÃO • HISTÓRIA • MERCOSUL • TURISMO • TECNOLOGIA



*A informação é um instrumento indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar nossas publicações.*

SIM, DESEJO ASSINAR (assinale com um x)

☐ CADERNOS ☐ MERCOSUL ☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

☐ À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)
☐ 2 x R\$ 32,00 ☐ 3 x R\$ 22,00 ☐ 4 x R\$ 17,00

Pagarei da seguinte forma:

☐ Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
☐ Cartão de Crédito: N°
Validade: /

Meu nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP: Profissão:
Empresa: Setor:
Data: / /

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo
correio à Editora Terceiro Milênio.
Se preferir envie por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou faça seu pedido pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



Novo endereço:

Rua Conde de Lages, 44
Gr. 508 a 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP. 20241-080

Tel.: (0xx21) 221-7511

**Ao retornar
de Bagdá,
deputados defendem
o restabelecimento
das relações
comerciais
entre o Brasil
e o Iraque**

O BRASIL PERDE A CADA ANO milhões de dólares, por continuar com as portas fechadas ao comércio com o Iraque, obedecendo à risca o embargo imposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a guerra do Golfo, há quase dez anos. Nem mesmo a decisão das Nações Unidas de liberar a venda de alimentos ao Iraque - que podem ser trocados por petróleo - desbloqueou as exportações brasileiras para aquele país. Este foi o relato apresentado pelo deputado Agnelo Queiróz (PCdoB-DF) no retorno de sua viagem a Bagdá, onde esteve como observador das recentes eleições parlamentares, com seu colega Gonzaga Patriota (PSB-PE).

"A embaixada do Brasil em Bagdá está fechada por causa do embargo, fato que traz enormes prejuízos para a relação do nosso país com o Iraque. Aquele país sempre foi um grande importador de produtos brasileiros e as

A indústria automobilística brasileira poderia ser um dos setores da economia mais beneficiados com o fim do embargo ao Iraque. Segundo Queiróz, grande parte dos táxis que circulam em Bagdá são carros brasileiros

As perdas do embargo



transações econômicas estão completamente interrompidas", contou Agnelo. O parlamentar deseja formar com colegas do Congresso uma comissão para conversar com o ministro das Relações Exteriores, Felipe Lampréia.

O objetivo da conversa seria "a busca de explicações devidas para explicar a atitude do governo brasileiro. (O comércio com o Iraque) é do nosso interesse político, estratégico e econômico, pois é uma balança extremamente favorável ao Brasil", disse o deputado.

De acordo com suas informações, o Brasil exportou, em quatro anos, 188

mil carros, num total de 56 bilhões de dólares, e 133 milhões de dólares foi o que o país ganhou com a exportação de frango. Além disso, "empresas brasileiras construíram 450 quilômetros de rodovias e ferrovias, além de exportar óleo vegetal, café e uma imensidão de outros produtos, porque o Iraque importa tudo que nós exportamos".

Os prejuízos não se limitam à balança comercial brasileira, observou Agnelo Queiróz. "Com a quantidade de carros brasileiros que exportamos, há um enorme mercado para a venda de autopeças. Os táxis que circulam em

Bagdá são brasileiros e já estão rodando sem algumas maçanetas de portas e sem pára-brisas.

Enquanto isso, os pátios de nossas montadoras estão lotados, os empregados estão em férias coletivas e há um desemprego em massa na área automobilística que poderia ser atenuado se não fôssemos mais realistas do que o rei, se não obedecêssemos cegamente às orientações dos Estados Unidos. É incompreensível que o Brasil abra mão de um mercado desses".

Em seu relato, Agnelo informou ainda que "há uma grande simpatia pelo Brasil. Os iraquianos têm preferência pelos produtos brasileiros. Até hoje, os carros que exportamos ainda carregam o selo *made in Brazil*, o que já é uma propaganda do nosso país".

Embargo

Quanto ao embargo imposto pela ONU, as consequências foram "desastrosas", segundo o deputado. Em sete anos por falta de medicamentos, um milhão de crianças morreram. E apesar do bloqueio oficial o governo distribui cesta básica para todas as famílias do país, independente da renda familiar, favorecendo os 24 milhões de habitantes. "Não há pedintes nas ruas e não há as favelas que vemos no mundo ocidental", completou.

Apesar do embargo, "o bloqueio furou", afirmou Agnelo. O parlamentar lembrou que alguns países já vêm negociando, extra-oficialmente, com o governo de Saddam Hussein. "E o Brasil não mantém sequer um encarregado de negócios em Bagdá".

Agnelo está disposto inclusive a convocar os responsáveis por nossa política externa para que expliquem na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, a atitude do governo brasileiro que "prefere ter prejuízo com a balança comercial e ver crescer o desemprego, a romper este bloqueio que não tem mais sentido". (Memélia Moreira) ■

Divulgação / CEDOC



Urânio

BRASIL rompe



As pesquisas empreendidas pela Marinha em busca de seu submarino atômico começam a espraíar tecnologia para outros setores e comprovam o nível de capacitação alcançado pelos cientistas do país

enriquecido

mais uma fronteira

Procópio Mineiro



BRASIL PASSARÁ A PRODUIR, NOS PRÓXIMOS MESES E DE FORMA COMERCIAL, URÂNIO ENRIQUECIDO A 3,5%, ATRAVÉS DAS INDÚSTRIAS NUCLEARES BRASILEIRAS (INB), EMPRESA LIGADA À COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN). A TECNOLOGIA A SER EMPREGADA É FRUTO DAS PESQUISAS DO CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO (CTMSP), CUJO PROJETO CENTRAL É O DESENVOLVIMENTO DE UM REATOR NUCLEAR QUE POSSA EQUIPAR UM SUBMARINO. O DIRETOR DO CTMSP, O CONTRA-ALMIRANTE WILSON JORGE MONTALVÃO, ESPECIALISTA EM ELETRÔNICA, APONTA O ENTENDIMENTO ENTRE A MARINHA E A INB COMO UMA PROVA DO AVANÇO BRASILEIRO NO SETOR. AO ENCERRARMOS ESTA EDIÇÃO, OS ENTENDIMENTOS ESTAVAM QUASE CONCLUÍDOS PARA A ATIVAÇÃO DA FÁBRICA, LOCALIZADA EM RESENDE, NO SUL FLUMINENSE.

SEGUNDO O ALMIRANTE, "OS ENTENDIMENTOS ENCONTRAM-SE PRATICAMENTE CONCLUÍDOS. À MARINHA CABERÁ O FORNECIMENTO DE TECNOLOGIA E DAS ULTRACENTRÍFUGAS PARA A INSTALAÇÃO INDUSTRIAL DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO, QUE SERÁ LOCALIZADA NA INB. ESSAS ULTRACENTRÍFUGAS SERÃO FABRICADAS E INSTALADAS PELA MARINHA. ESSE TIPO DE COOPERAÇÃO ENTRE O SETOR DE PESQUISAS MILITARES E O SETOR CIVIL É COMUM NOS PAÍSES DETENTORES DA TECNOLOGIA NUCLEAR. VALE LEMBRAR, COMO EXEMPLO, A IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DOS ESTADOS UNIDOS NO DESENVOLVIMENTO DE USINAS NUCLEOELÉTRICAS DO TIPO PWR, A PARTIR DA INSTALAÇÃO DE PROPULSÃO NUCLEAR QUE FORA DESENVOLVIDA PARA O SUBMARINO NAUTILUS."



O militar justifica, sem dificuldades, o fato de ter a Marinha se envolvido em pesquisas avançadas no setor nuclear: com seu litoral imenso e desguarnecido, o país pode superar a relativa limitação de suas forças navais com o desenvolvimento de um submarino atômico - uma unidade capaz de alterar inteiramente o peso estratégico das forças de defesa. Segundo ressalta, um único submarino nuclear é capaz de recomendar outros níveis de cautelas ao inimigo.

CAMINHADA SOLITÁRIA

"A necessidade do programa nuclear da Marinha - diz o almirante - advém da impossibilidade de se contar com transferência de tecnologia ou qualquer ajuda externa na obtenção de um submarino de propulsão nuclear, identificado como a opção mais eficiente e econômica para defesa da fronteira marítima brasileira. Devido ao alto valor estratégico do submarino de propulsão nuclear e ao imenso potencial econômico dessa tecnologia, nenhum dos cinco

países (Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e China) que a detêm, dispõe-se a transferi-la. Consequentemente, para a consecu-

ção desse objetivo, a Marinha necessitava capacitar-se tecnologicamente para o desenvolvimento de uma instalação propulsora nuclear a água pressurizada."

Lembra, ainda, que "nos países que projetam e constroem submarinos nucleares os esforços tecnológicos para atingir tal capacitação consistiram em verdadeiros programas de arraste, pois geraram uma série inovadora de materiais e equipamentos que são de grande utilidade em diversos setores da sociedade. Cabe lembrar que o esforço foi o embrião da indústria de centrais nucleoeletricas daqueles países, pois o reator do tipo a água pressurizada (PWR), que é responsável por 2/3 da energia elétrica gerada nuclearmente em todo o mundo, originou-se da propulsão nuclear naval, onde é empregada na totalidade dos navios em operação."

No caso do Brasil, a Marinha teve ainda a necessidade de, inicialmente, capacitar-se no desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear, "tendo tal iniciativa acarretado diversos benefícios para a sociedade", aponta o militar. "Assim é que, atualmente, são projetados e fabricados no Brasil, por empresas nacionais, inúmeros materiais, componentes, equipamentos e sistemas, com alto grau de tecnologia agregado, que anteriormente necessitavam ser importados. A quantidade de itens produzidos e a diversificação de setores da indústria nacional beneficiados por essa utilização permitem demonstrar o êxito



O Brasil possui substanciais reservas de urânio, o que permite ao país adquirir a autonomia energética nuclear

obtido em decorrência do esforço planejado de nacionalização existente no âmbito do programa da Marinha.

Esse efetivo processo de transferência de tecnologia, que cronologicamente ocorreu primeiro em decorrência do esforço realizado no ciclo do combustível, está se repetindo como resultado do desenvolvimento dos equipamentos e sistemas destinados à planta naval de propulsão (reator, turbinas e geradores).

No caso do ciclo do combustível, vale ainda destacar que a capacitação tecnológica alcançada pela Marinha no processo de enriquecimento isotópico de urânio por ultracentrifugação (disponível em poucos países) está em vias de ser transferida para o setor energético nacional, através de contrato firmado com as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pelo fornecimento de combustível para as usinas de Angra."



Almirante Wilson Jorge Montalvão

"A Marinha faz questão de reconhecer que os sucessos alcançados só foram possíveis graças à cooperação das instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais que participam do programa"

Alm. Wilson Jorge Montalvão

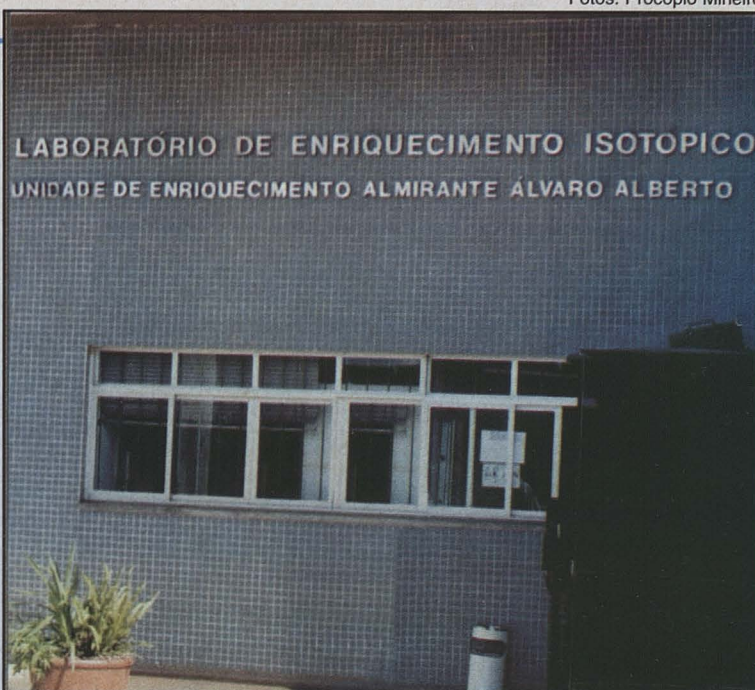
O almirante lembra que o submarino de propulsão nuclear, como instrumento de altíssima eficiência na defesa dos interesses marítimos brasileiros, já produz, em si, uma série de benefícios econômicos e sociais para o país, dada a importância do mar para a vida econômica, social e política do nosso país.

As aplicações dessa tecnologia na indústria (verificação não-destrutiva de qualidade das soldas, avaliação de propriedades físicas, verificação de vazamentos, verificação de desgaste de materiais, estudos hidrológicos, etc.); na medicina (tanto no diagnóstico como no tratamento de doenças); na agricultura (contribuindo para o aumento da produtividade e conservação dos alimentos, e auxiliando no estudo de solos); e na biologia e no meio ambiente (no estudo de plantas, insetos, animais e microorganismos) produzem inestimáveis benefícios econômicos e sociais para o país.

"Vale lembrar a enorme carência no tocante aos radioisótopos utilizados em tratamentos médicos: hoje, apenas cerca de 5% podem ser produzidos no Brasil, sendo os demais importados. Essa situação só poderá ser revertida com a existência no país de outras instalações, além do Ipen, aptas a produzirem esses radioisótopos. Cumpre ressaltar que muitos desses radionuclídeos possuem vida muito curta, obrigando à importação de quantidades muito maiores do que as que seriam necessárias se eles fossem produzidos no Brasil, o que representa um custo econômico muito mais elevado", assinala o almirante Montalvão.

INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA

O militar explica que as dificuldades políticas de maior vulto "deveram-se às pressões internacionais, motivadas pelos países detentores da tecnologia nuclear, que tentam, de várias maneiras,



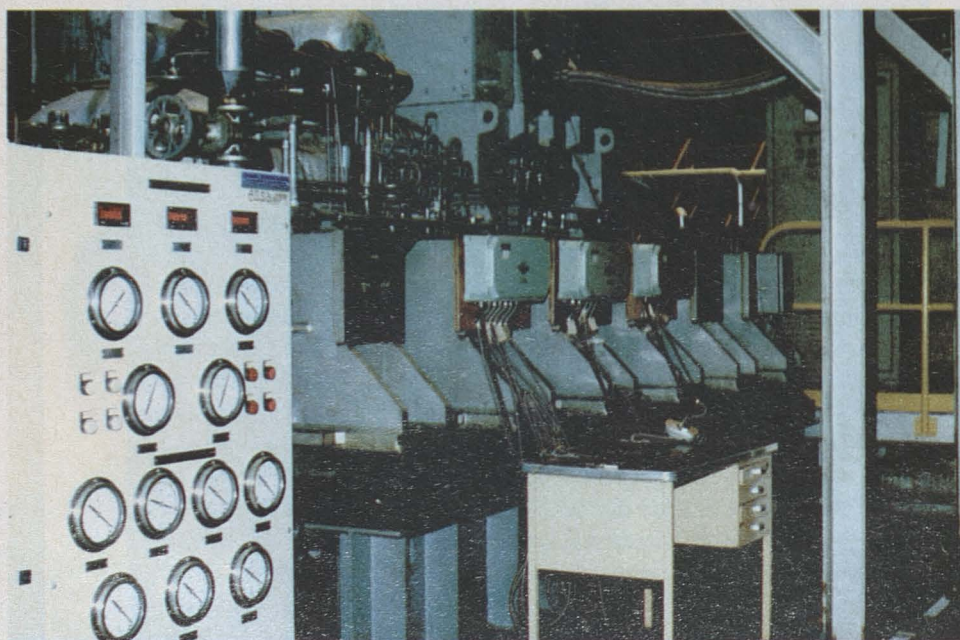
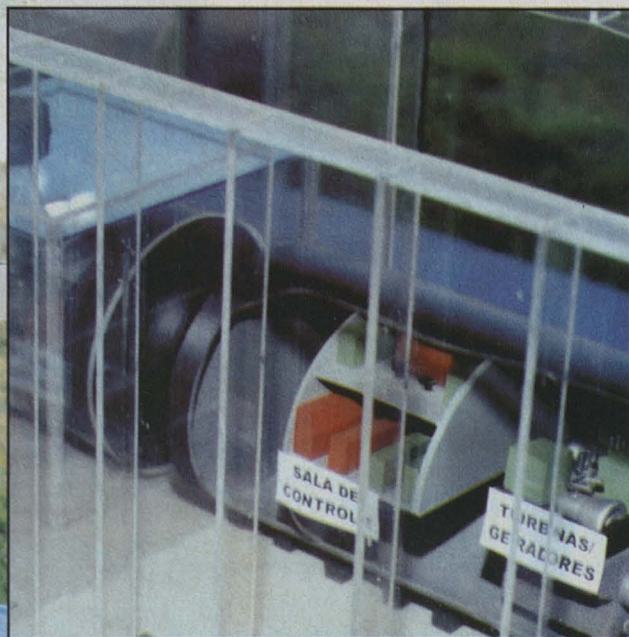
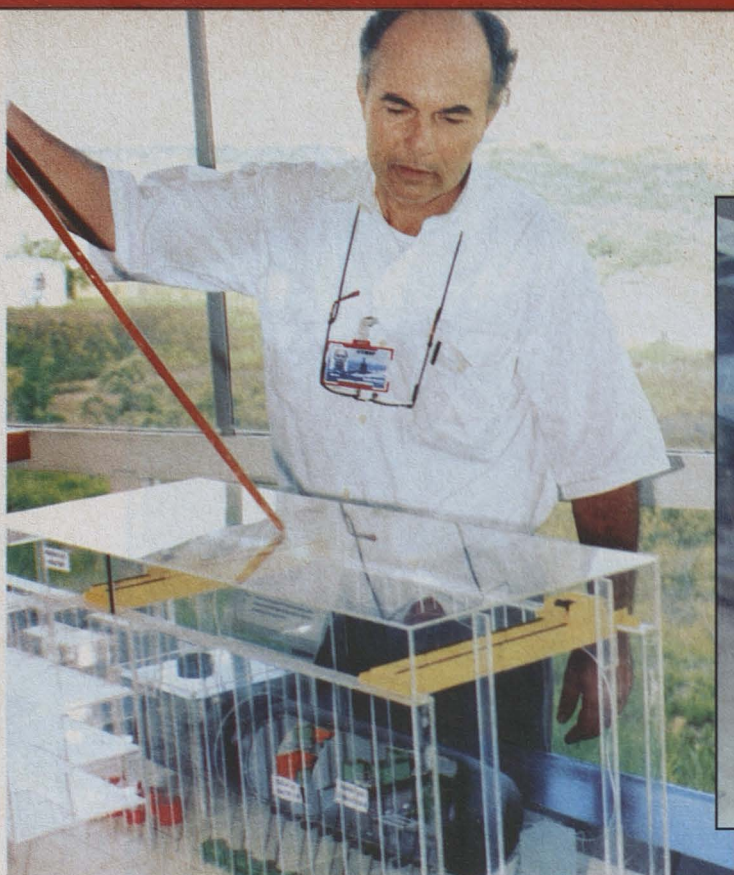
Partindo das pesadas centrífugas importadas de 11 quilos, os cientistas brasileiros criaram uma de fibra de carbono, de apenas 750 gramas, que funciona por levitação magnética e se soma às diversas inovações produzidas no decorrer do programa

Bloqueio tecnológico

O Brasil, um dos países mais desmilitarizados entre os emergentes, foi sempre um entusiasta da desnuclearização. Mas, desde os primórdios da era atômica, considerou uma espécie de dever sagrado dominar a tecnologia e colocá-la a serviço de seu desenvolvimento social e econômico - um impulso científico registrado, aliás, em inúmeras áreas nas quais se capacitou, às vezes de forma surpreendente. O país tem assumido religiosamente todos os compromissos antibomba. Mas parece que ninguém acredita. Assim, a caminhada micromundo nuclear adentro tem sido um desafio assumido com tenacidade e isolamento, pois ninguém ajuda ninguém nessa região da fronteira do conhecimento.

"A tradição pacífica do Brasil - frisa o almirante Montalvão - já deveria ser suficiente para eximi-lo de qualquer suspeita, no que tange à intenção de fabricação de artefatos nucleares. A confirmação da intenção da utilização exclusivamente pacífica da energia nuclear pelo nosso país consta, inclusive, da Constituição Federal de 1988 (artigo 21, item XXIII, alínea a), sendo, portanto, anterior à adesão aos referidos tratados.

A relutância do Brasil em aderir a tais acordos, pelo que consta, deveu-se sempre ao caráter discriminatório dos mesmos, que tendem a impedir o acesso dos países menos desenvolvidos à tecnologia nuclear. Em verdade, a nossa adesão não alterou em quase nada o comportamento dos países detentores de tecnologia nuclear, no que diz respeito às restrições para importação de certos materiais e equipamentos. Pode-se inferir, portanto, que "o temor de uma bomba brasileira" não é a explicação para as dificuldades encontradas até hoje".



Três fases das pesquisas da Marinha: ao alto, o superintendente industrial de Aramar, comandante Germano de Freitas, mostra a maquete do reator de teste que será montado na área apresentada na foto abaixo. O edifício-gigante e seu coração atômico funcionarão como um submarino firmemente ancorado em terra. Assim, quando for aplicado ao submarino de verdade, o reator já estará inteiramente testado e aprovado. Na foto do centro, parte dos equipamentos do Latep - o Laboratório de Teste de Propulsão atualmente em uso e que já serviu para que o Brasil se capacitasse em produção de turbinas de propulsão. Ao desenvolver seu próprio sistema de propulsão nuclear para uso em embarcações, o Brasil dará um salto tecnológico de grande significado, entrando no restrito grupo de países que dominam a ciência de navegar "queimando" átomos: Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China. Para chegar a esse ponto, já se capacitou em produzir o combustível - urânio enriquecido a 3,5% - e aprendeu a construir submarinos. O nuclear terá um irmão mais velho, ainda a óleo, mas com todas as especificações técnicas que vão caracterizar o submersível atômico

Lições de tenacidade

"Certamente existem várias lições extraídas ao longo deste programa. Uma das mais importantes é a crença de que é preciso trabalhar com empenho e determinação para o desenvolvimento tecnológico do país, pois sem tecnologia não há como se alcançar o desenvolvimento econômico e social.

Sintetizando, é preciso continuar sonhando, pois essa é uma característica dos seres vivos.

Ao transformarmos esses sonhos em realidade, estaremos crescendo intelectual e materialmente. Finalizando, devemos ter a obstinação na luta, pois é nosso dever procurar contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Essa idéia pode ser assim expressa:

**Sonhar é viver
Realizar é crescer
Lutar é dever"**

Almirante Wilson Jorge Montalvão

dificultar a capacitação de outros países, principalmente os menos desenvolvidos. Uma das formas de pressão mais comuns consiste no estabelecimento de barreiras à importação de produtos que possam ter alguma aplicação nuclear. No caso do Brasil, impostas inicialmente pela não-adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Atualmente, apesar de o Brasil ter aderido a esse e a outros acordos internacionais de salvaguardas nucleares, elas persistem."

Diante da impossibilidade de alcançar qualquer colaboração externa, a Marinha teve que optar por um programa autônomo de pesquisa e desenvolvimento, enfatizando a integração com a comunidade técnico-científica e empresas nacionais. Deste modo, o programa buscou estreita cooperação com instituições de pesquisas e universidades localizadas no estado de São Paulo, destacando-se o Ipen, a USP, o IPT, o CTA e a Unicamp. Essa cooperação, segundo a Marinha, foi posteriormente ampliada com a participação de outras instituições e universidades de outros estados, tornando-se um aspecto decisivo para a superação das dificuldades técnicas.

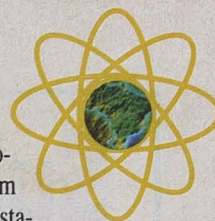
À semelhança do que ocorreu em todos os países que dominam a tecnologia de construção de submarinos nucleares, o programa nuclear naval da

Marinha também prevê o projeto e a implantação de um protótipo em terra de uma instalação nuclear, com o objetivo primordial de assegurar previamente os atributos de segurança e eficiência da instalação embarcada.

"Para que o projeto dessa instalação fosse viável, havia a necessidade adicional de se garantir o fornecimento do seu combustível, sem dependência externa. As primeiras ações da Marinha nesse sentido voltaram-se para o domínio daquela etapa do ciclo do combustível nuclear de maior complexidade tecnológica e com maior valor estratégico, o enriquecimento isotópico de urânio, de cuja tecnologia o Brasil não dispunha.

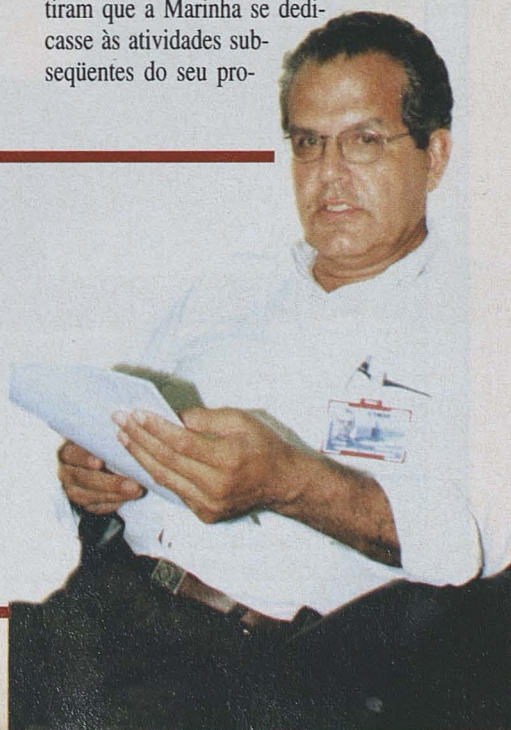
O processo escolhido para alcançar esse objetivo foi a ultracentrifugação gasosa, pois era o mais promissor, além de apresentar melhor desempenho, maior flexibilidade de operação e menor consumo de energia", explica, por sua vez, o comandante Paulo Afonso Barbosa da Silva, engenheiro naval e nuclear e que ciceroneou a reportagem pelas instalações de Aramar.

Os êxitos iniciais alcançados no desenvolvimento desse processo permitiram que a Marinha se dedicasse às atividades subsequentes do seu pro-



"O processo escolhido para alcançar o fornecimento do combustível nuclear sem dependência externa foi a ultracentrifugação gasosa, pois era o mais promissor, além de apresentar melhor desempenho, maior flexibilidade de operação e menor consumo de energia"

Comandante Paulo Afonso Barbosa da Silva



Submarino nuclear, um luxo?

Muita gente pode pensar que construir submarinos nucleares no Brasil é um devaneio militar, comparável a um desejo infantil de se possuir um brinquedo raro. Mas o almirante Montalvão destaca a utilidade prática desse tipo de engenho para as nações marítimas, entre as quais o Brasil é uma das maiores do planeta. Há razões econômicas, políticas e estratégicas.

"Para que fiquem bem entendidas as razões que levaram à decisão de se projetar e construir um submarino de propulsão nuclear no país, cumpre lembrar que diversas atividades realizadas no mar, ou que dele dependem, constituem interesses que devem ser objeto de permanente preocupação nacional. Embora o mar esteja presente, sob diversas formas, no espírito da maioria dos brasileiros, poucos estão atentos à sua real importância para a vida econômica, social e política do país. Através do mar são realizados mais de 95% do comércio exterior brasileiro, o que representa, entre importações e exportações (corrente de comércio), mais de 80 bilhões de dólares americanos." Além disso, frisa que "estando a maioria da população do país concen-

trada junto a sua extensa costa (quase 3/4 da população residem numa faixa litorânea a até 150 km da costa), a navegação de cabotagem deveria constituir-se, naturalmente, na forma mais lógica de expansão da troca de bens internos."

Essas duas atividades marítimas de intercâmbio comercial promovem outros interesses marítimos, tais como o desenvolvimento da Marinha Mercante, a construção naval e o aparelhamento do sistema portuário.

A pesca, que deveria ser muito mais intensa no Brasil, e a maricultura, que é uma atividade mais recente, são exemplos de exploração de recursos marinhos que podem redundar em aumento da oferta de alimentos. As atividades industriais ligadas à pesca geram divisas e garantem o sustento de muitas famílias brasileiras.

Do mar são extraídos hoje cerca de 80% da produção petrolífera nacional, e lá estão as principais áreas petrolíferas a serem exploradas. Com a evolução tecnológica, abrem-se ainda novas perspectivas de aproveitamento econômico de recursos minerais e energéticos da plataforma continental.

O submarino convencional Tamoio (foto) e seus irmãos Timbira, Tapajós e Ticuna já foram construídos no Brasil, cujos engenheiros navais projetarão agora a versão nuclear. O país capacitou-se também em produzir outros barcos de guerra, como fragatas e corvetas



Foto: Marinha brasileira

"A importância do mar para o Brasil possui também uma componente político-estratégica, decorrente: de sua considerável extensão de costa - de 7.408 km; de sua posição geográfica, debruçado sobre o Oceano Atlântico, aberto ao resto do mundo; e de sua política externa, de aproximação com os países da África e da América Latina, o que realça a importância do Atlântico Sul para o Brasil. Sendo o Brasil um país com tantos interesses marítimos, possuindo a quinta maior área territorial do mundo (e a maior área habitável do planeta), dono de uma plataforma continental com tamanha potencialidade de exploração econômica, e que tem o mar como prolongamento natural do seu espaço territorial, não pode prescindir de uma adequada proteção dos seus legítimos interesses marítimos. A responsável constitucional por esse propósito é a Marinha, que necessita dispor de meios, ou seja, de navios", acentua o almirante.

"E de que forma a Marinha poderá inibir ações externas, contrárias aos interesses brasileiros no mar?", pergunta. "Exercendo efetivamente o controle do mar na nossa zona de influência econômica, ou negando (impedindo ou dificultando) a um eventual agressor o uso do mar nessa área."

A primeira alternativa - a de exercer de forma efetiva o controle de toda a área marítima - é considerada muito dispendiosa, devido à extensão de nosso mar e ao número de navios e outros meios que seriam requeridos.

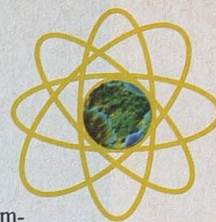
Elevar os riscos do inimigo

"Quando, por limitação de recursos, não se pode exercer o controle do mar, devido a uma situação desfavorável de forças, a alternativa é ter condições de impedir ou dificultar o seu uso pelo eventual agressor, ou seja, a solução é negar-lhe o uso do mar. E o navio mais eficiente para negar o uso do mar a um possível oponente é o submarino de propulsão nuclear. O submarino, por ser um navio que opera submerso, tem como característica fundamental a discrição ou possibilidade de ocultação, a qual, aliada a sua capacidade de atuar isoladamente em áreas marítimas sob controle inimigo, assegura um elevado grau de surpresa tática. Essas características tornam o submarino um privilegiado instrumento de defesa do país militarmente mais fraco e contribui, significativamente, para aumentar o risco do oponente, obrigando-o a imenso esforço para exercer o controle da área de seu interesse", descreve o militar.

Outra vantagem decisiva é que, por independer da atmosfera, o submarino de propulsão nuclear, diferentemente do submarino convencional, pode operar o tempo todo submerso, não comprometendo a sua discrição. "Por esse motivo, é chamado de submarino total ou de verdadeiro submarino, pois tira total partido das oportunidades de surpresa que a ocultação permanente lhe assegura", acentua o comandante do CTMSP.

Podendo operar por longo período de tempo com a mesma carga de combustível do seu reator - os mais modernos têm esse período igual ao período de vida útil do meio -, o submarino nuclear também possui muito maior autonomia que o convencional, sendo capaz de permanecer meses submerso. Por essa razão, também é mais adequado à defesa distante da costa.

"Tais características, associadas a sua capacidade para operar em águas profundas e desenvolver altas velocidades (superiores às dos navios de superfície), de forma discreta, por tempo indeterminado, lhe conferem uma privilegiada mobilidade", destaca o almirante Montalvão. ■



grama: o projeto das instalações-piloto de demonstração industrial do ciclo do combustível; o projeto do protótipo em terra da planta de propulsão nuclear naval; e a procura por um local apropriado para abrigar essas instalações e toda a infra-estrutura necessária.

Dentre os vários locais analisados, o escolhido foi o sítio localizado em Iperó - onde, desde 1986, iniciou-se a implantação do Centro Experimental Aramar, que foi inaugurado no dia 8 de abril de 1988.

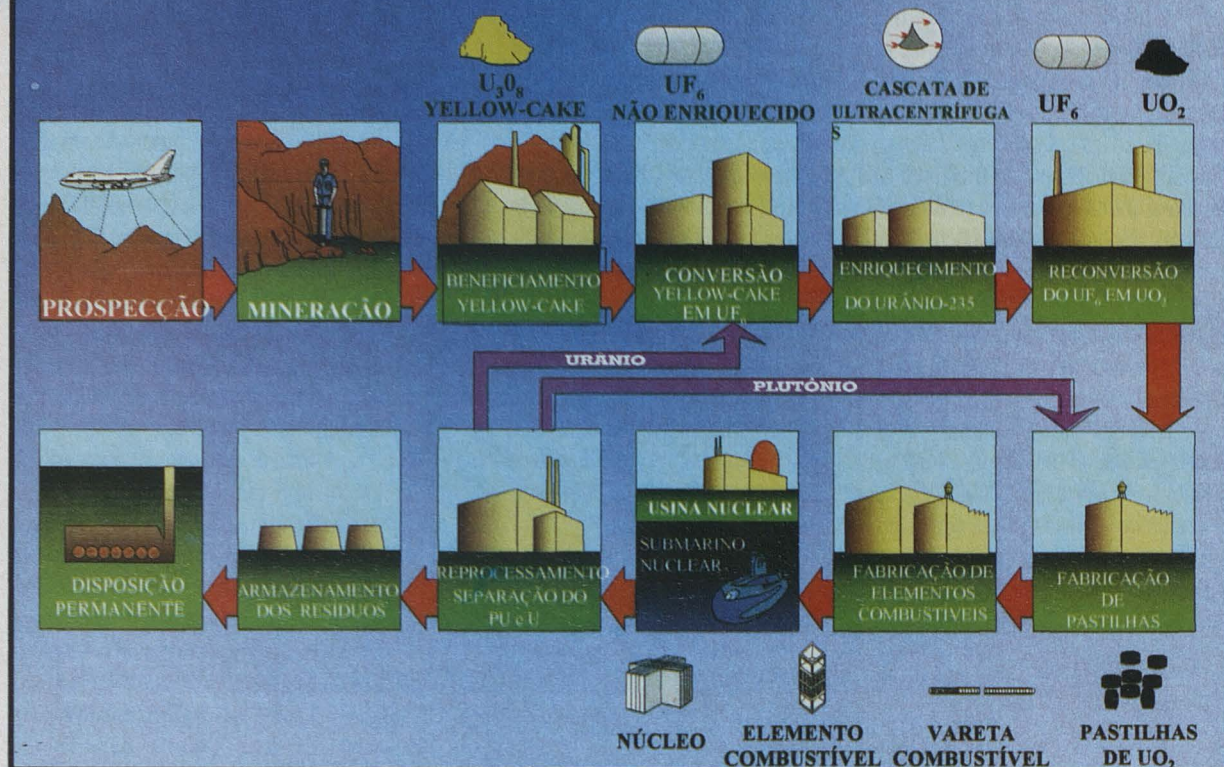
Aramar, segundo o comandante Paulo Afonso, é uma palavra composta das sílabas iniciais de Araçoiaba, nome indígena do local e que significa Casa do Sol - o que, aliás, vai bem com energia nuclear - e a sílaba inicial de Marinha. Assim, Aramar é a Casa do Sol da Marinha.

Na sua Casa do Sol, os técnicos e cientistas da Marinha e das diversas instituições ligadas ao programa tiveram que enfrentar os desafios de um esforço autônomo de pesquisa e desenvolvimento.

"Toda a tecnologia atualmente dominada, em consequência desse programa, foi realizada no Brasil, por brasileiros, adotando soluções e inovações compatíveis e adequadas às nossas necessidades e condições econômicas. O alto grau de inovação dessa tecnologia pode ser avaliado, por exemplo, no desenvolvimento das ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de urânio, que não têm similares no exterior", diz Montalvão.

"Além dos resultados já apontados, é importante lembrar que o programa, ao buscar efetivamente o domínio e a aplicação de avançadas tecnologias que até então não eram disponíveis no país, tem contribuído para o seu desenvolvimento científico e tecnológico, os quais constituem condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil", explica o almirante Montalvão. ■

Ciclo do Combustível Nuclear



Uma história de lutas pela pesquisa nuclear

As primeiras atividades de pesquisa em energia nuclear no Brasil remontam a 1934, e ocorreram nas Escolas de Física e Engenharia de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Eram, em geral, conduzidas por pesquisadores brasileiros que, em cooperação com universidades estrangeiras onde haviam realizado seus estudos, atuavam em pesquisas fundamentais em Física Nuclear, estabelecendo, desse modo, uma base para formação dos primeiros especialistas nacionais no setor.

Aquela fase de troca de informações, que se dava de forma aberta e sem maiores restrições no meio científico internacional, cessou quando, a partir de novembro de 1938, ficaram evidencia-

das as possibilidades do uso da energia liberada pela fissão nuclear para emprego em artefatos bélicos de enorme potência.

Os contatos internacionais foram afetados por aquele período conturbado da história mundial marcado pelo nazismo e fascismo na Europa e pela deflagração da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, tal crise originou a ocorrência de novos experimentos e pesquisas realizados pelos cientistas brasileiros.

A história do aproveitamento da energia nuclear no Brasil tem suas origens em 1945, quando foi assinado um acordo (o primeiro da era nuclear no Brasil) com os Estados Unidos, regularizando a exportação de monazita (mineral de tório) para aquele país.

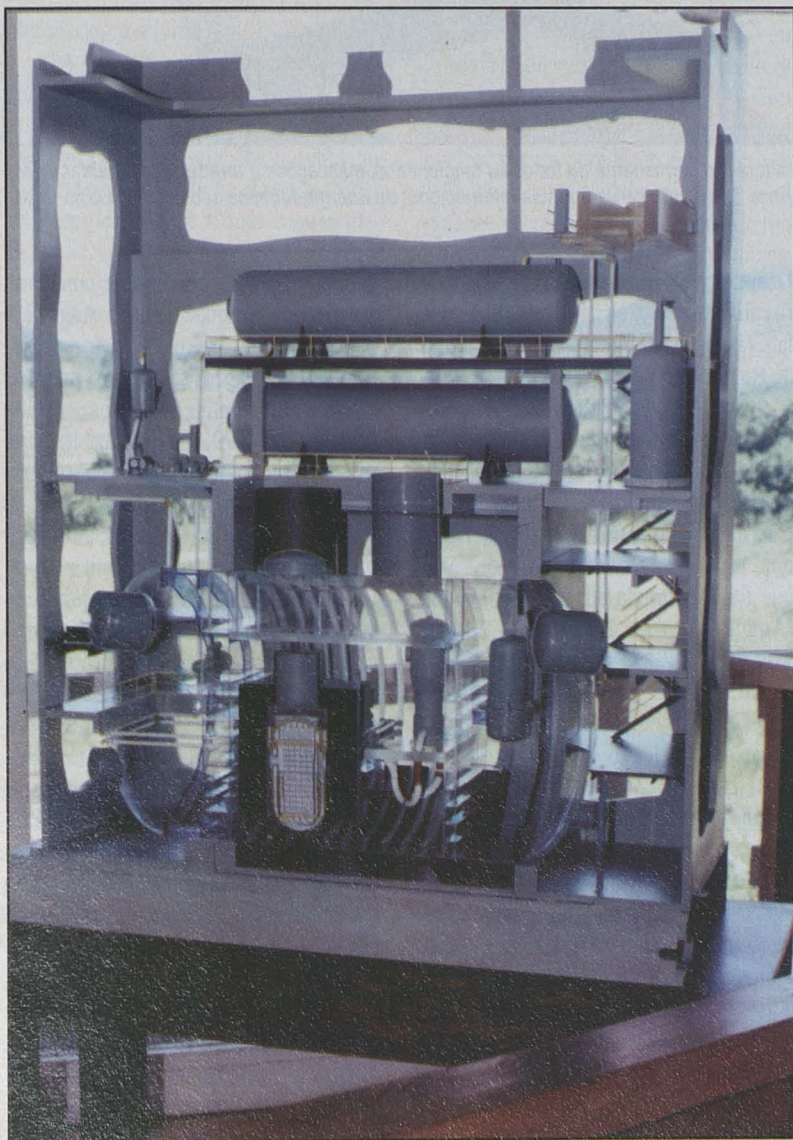
O primeiro esboço da política nuclear brasileira surgiu em 1951, quando foi promulgada a lei nº 1310, que regulava a prospecção e exploração de minerais radioativos e criava o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha entre suas atribuições a adoção de medidas para desenvolver a pesquisa e a industrialização da energia nuclear no Brasil.

Cabe aqui ressaltar a importante participação do almirante Álvaro Alberto, relacionada com esses acontecimentos.

A partir de 1947, quando se aproximava a data de expiração do primeiro triênio do supracitado acordo firmado em 1945 com os Estados Unidos, devido à atuação do almirante Álvaro Alberto

na Comissão de Energia Atômica da ONU (antagônica ao Plano Baruch dos EUA, que visava estabelecer um controle internacional, liderado por aquele país, em todos os países produtores de minerais nucleares e sobre o uso da energia nuclear), o Brasil passou a recusar-se a garantir a exclusividade de exportação outorgada pelo acordo aos EUA. E, ao final de 1948, o Plano Baruch era definitivamente sepultado, devido, sobretudo,

O desenvolvimento do protótipo do reator naval exigirá ainda um certo tempo, dependendo dos recursos que vierem a ser disponibilizados para o programa, que vem trabalhando com orçamentos apertados. As pesquisas em Aramar já comprovaram sua utilidade para o Brasil, como a de permitir que em até 10 anos o país seja auto-suficiente em combustível nuclear para as usinas de Angra 1 e 2



às proposições do almirante Álvaro Alberto, quando as "compensações específicas" (preço remunerador, cotas preferenciais de energia, acesso à tecnologia nuclear e instalação de reatores nucleares), em favor dos países produtores de minerais nucleares.

Convocado para estudar e propor medidas relativas à definição de uma Política Nuclear Brasileira, o almirante Álvaro Alberto, na condição de chefe da

comissão que fora designada pelo presidente da República para aquela finalidade, concorreu decisivamente para a apresentação de um anteprojeto de lei, elaborado a partir de 1948, que resultou na lei nº 1.310 acima citada, que criou o CNPq com o objetivo de sistematizar e apoiar a pesquisa científica no país. Tendo sido convidado para ser o primeiro presidente daquele órgão de fomento à pesquisa, o almirante Álvaro Alberto exerceu o cargo até janeiro de 1955. Em sua gestão, promoveu a criação, na órbita do CNPq, da Comissão Nacional de Energia Atômica.

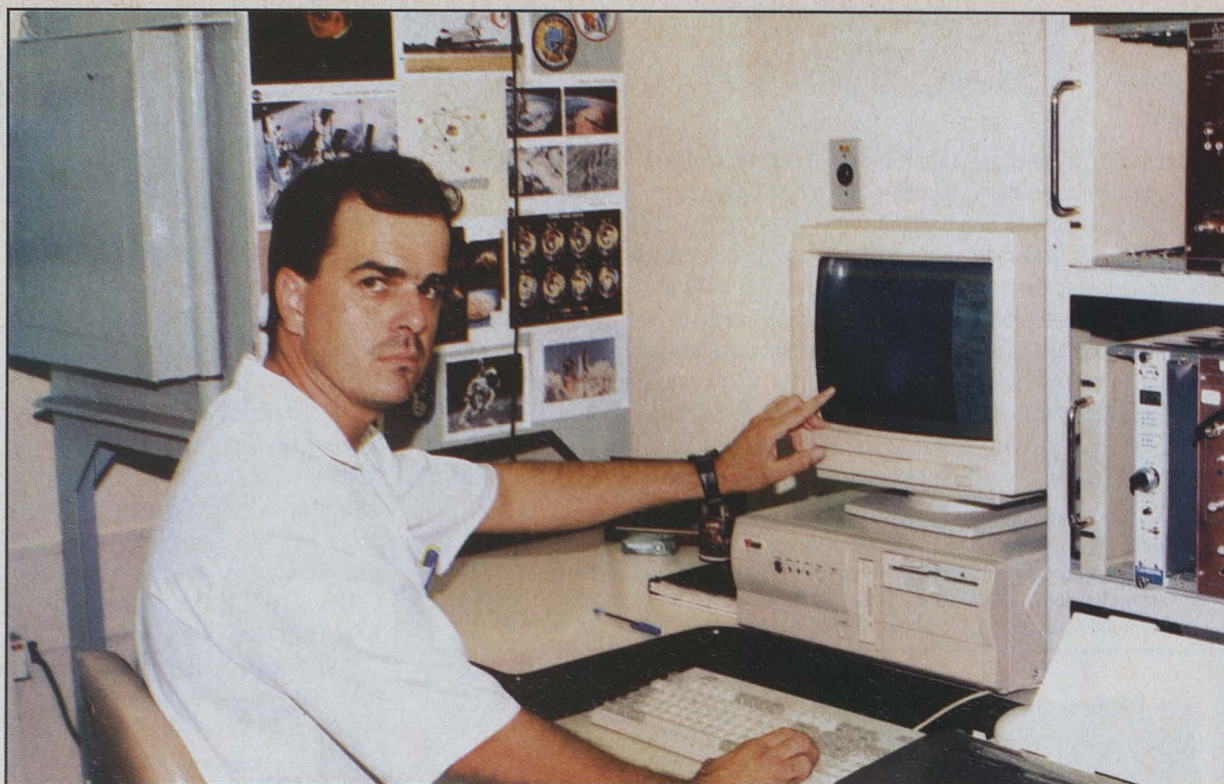
O primeiro instituto de pesquisa nuclear brasileira foi criado em 1955, na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a denominação de Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), sendo atualmente denominado Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN).

Em 1956, como consequência de um convênio firmado entre o CNPq e a Universidade de São Paulo, foi fundado no campus dessa universidade o Instituto de Energia Atômica (IEA), que, a partir do final da década de 70, passou a denominar-se Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). A criação desse instituto visava "desenvolver pesquisas sobre a energia atômica para fins pacíficos, produzir radioisótopos, formar cientistas e técnicos, e estabelecer bases e dados construtivos para protótipos de reatores".

Naquele mesmo ano de 1956, por intermédio do decreto nº 40.110, de 10 de outubro, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), diretamente subordinada à Presidência da República. Seu primeiro presidente foi o almirante Octacílio Cunha.

No final de 1956, após terem ficado retidas por mais de dois anos pelas forças anglo-americanas de ocupação na Alemanha, chegaram ao Brasil os três protótipos de centrífugas para enriquecimento isotópico de urânio (concepção





Uma equipe de químicos e biólogos mantém monitoração permanente de todos os funcionários, instalações e arredores de Aramar, para impedir que haja qualquer contaminação. As normas de segurança da Agência Internacional de Energia Atômica são seguidas com rigor

do pesquisador alemão Wilhem Groth), que haviam sido encomendadas pelo almirante Álvaro Alberto em 1954, quando visitara aquele país.

Durante a gestão do almirante Octacílio Cunha na CNEN, que se caracterizou por agregar a participação dos institutos de pesquisa ao esforço nacional na pesquisa nuclear, foi inaugurado no então denominado Instituto de Energia Atômica, em São Paulo, o primeiro reator nuclear da América Latina: o reator de pesquisa IEA-R1, ativo até os dias atuais na produção de radioisótopos que têm larga aplicação no campo da saúde. Esse reator foi adquirido nos Estados Unidos dentro do programa "Átomos para a Paz".

Ainda na gestão do almirante Octacílio Cunha, foi iniciada a construção, por uma empresa brasileira, do reator Argonauta, posteriormente incorporado ao Instituto de Engenharia Nuclear, que viria a ser criado no Rio de Janeiro, em 1962.

Também no Rio de Janeiro, em 1960 foi inaugurado o Laboratório de

Dosimetria, funcionando como órgão de fiscalização da CNEN. Em 1972, esse laboratório passou a chamar-se Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD).

Em 1966, em Piracicaba, São Paulo, foi criado o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena). Em 1971, foram iniciadas as providências para construção, em Angra dos Reis, de uma usina nucleoeletrica de 626 MWe, que fora comprada dos Estados Unidos (Angra 1).

Em 1972, era criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), sucedida, em 1974, pelas Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), que viria a ser, por sua vez, extinta na reformulação ocorrida na área nuclear, em 1988.

Em 1975, foi assinado o Acordo Nuclear com a Alemanha, através do qual, juntamente com a compra de centrais nucleoeletricas, o Brasil tentou adquirir, sem sucesso, a tecnologia de enriquecimento isotópico de urânio por ultracentrifugação.

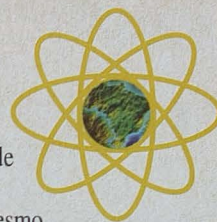
Em 1978, os Estados Unidos sus-

penderam o fornecimento de combustível nuclear enriquecido para Angra 1 e para os reatores brasileiros de pesquisa.

Como reação natural às pressões internacionais então existentes, criou-se no país, em 1979, o Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear. A estratégia desse programa coadunava-se com o interesse da Marinha do Brasil em criar no país uma capacitação técnica nacional que permitisse, no futuro, por decisão exclusivamente brasileira, o pleno exercício da propulsão nuclear.

Em setembro de 1982, três anos após ter iniciado o seu programa nuclear, a Marinha promovia a primeira experiência bem-sucedida, realizada no país, de enriquecimento isotópico de urânio, utilizando um protótipo de ultracentrífuga inteiramente projetado e construído no Brasil, por pesquisadores e engenheiros brasileiros.

Em setembro de 1984, entrava em operação a primeira minicascata para enriquecimento isotópico de urânio, composta de ultracentrífugas 100% nacionais. ■



Medos e preconceitos rondam o átomo

A energia nuclear é vista como risco tão excessivo, que muitos consideram melhor abrir mão dessa opção energética. O almirante Montalvão tratou de esclarecer a importância que essa fonte de energia singular representa para um país como o Brasil, que busca e precisa do desenvolvimento.

"A energia nuclear tem o grande estigma de seu surgimento, quando das explosões sobre Hiroxima e Nagasaki. Em particular, no que diz respeito ao Brasil, a população ficou chocada com o acidente de Goiânia. Como contrapartida, os sucessos e as inovações oriundas do desenvolvimento da energia nuclear são pouco divulgadas. Há pouca informação sobre esse tipo de energia e a característica físico-geográfico do país, que encontrou na exploração de hidroeletricidade um meio de atender suas necessidades energéticas por um longo período contribuiu para essa visão não favorável", explica o militar.

"Riscos e impactos ambientais há em todas as formas de aproveitamento energético dominadas pelo homem. A respeito desse tema, consideramos oportuno transcrever o texto abaixo, extraído da publicação intitulada "Projeção para o Segundo Meio Século de Energia Nuclear", de março de 1996, do International Nuclear Societies Council, que é integrado pela American Nuclear Society (ANS), European Nuclear Society (ENS), Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben) e diversas outras associações constituídas de renomados engenheiros e cientistas nucleares de todas as partes do mundo", diz.

"Ao abordar a questão dos riscos dos diversos sistemas energéticos, veri-

ficamos que os levantamentos dos dados do passado indicam ser o risco da energia nuclear o menor dentre todos os sistemas de geração de energia elétrica, incluindo as fontes de energia renováveis. O risco é representado por índices de casos fatais, imediatos e posteriores, tanto com relação a pessoas envolvidas profissionalmente como a população em geral, por gigawatt-ano de operação de um ciclo de combustível global. O risco máximo imediato resultante da energia nuclear para a população é de cerca de 10% do risco derivado de sistemas de geração de energia a óleo, enquanto que o risco máximo posterior é aproximadamente 3%", diz o texto.

Segundo o chefe do CTMSP, "convém ainda ressaltar que há uma diferença sensível entre os conceitos de risco potencial, ou seja, aquele que existiria caso nenhuma medida de prevenção e proteção fosse adotada, e risco residual, que é aquele que subsiste após terem sido tomadas as ações de segurança requeridas e adotadas. No caso das centrais nucleoeletricas, as medidas de segurança requeridas em relação ao projeto e a operação da instalação tornam o risco residual aceitável."

Ele destaca também que a geração de energia nuclear possui algumas vantagens em relação a outras fontes de energia, como, por exemplo, os combustíveis fósseis. "Além de não queimar oxigênio e de não liberar gases para a atmosfera, a fissão de apenas 500 gramas de urânio produz energia equivalente à queima de 3 milhões de toneladas de carvão - somente nos EUA, a geração nucleoeletrica evita a emissão de 146 milhões de toneladas métricas de CO₂; 5,1 milhões de toneladas de SO₂; e 2,5

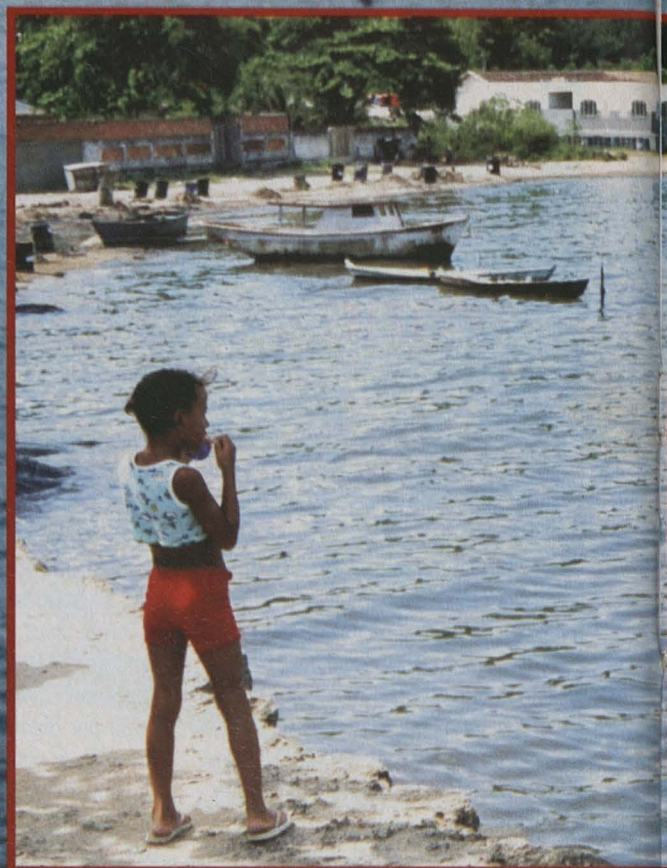
milhões de toneladas de NO_x."

O militar destaca, no mesmo documento, trecho em que se aponta um perigo da energia nuclear para o meio ambiente potencialmente menor que o de outras fontes: "Os custos externos ou custos ambientais exemplificam os benefícios da energia nuclear. O custo externo da energia nuclear é baixo, se comparado ao equivalente no caso do combustível fóssil - que é de aproximadamente 2 cents/KWh - e foi calculado pelo Centro de Estudos sobre a Avaliação da Proteção na Área Nuclear (CEPN) da França em 0,31 cents/KWh e pelo Laboratório Nacional de Oak Ridge (ORNL) dos Estados Unidos em 0,022 cents/KWh. A diferença entre os dois depende da dedução do efeito relativo a 100.000 anos de carbono-14 produzido por reprocessamento de combustível, uma taxa de dedução de 0% no caso do CEPN e 3% no caso do ORNL".

"Cabe ainda lembrar - diz o almirante - que as centrais nucleoeletricas utilizam áreas relativamente pequenas, não requerendo, como no caso da energia hidroeletrica, a inundação de vastas áreas. Quanto à utilização ou não da energia nuclear, convém lembrar que cada país tem as suas necessidades intrínsecas, e é soberano para tomar tal decisão, arcando com as suas implicações e consequências. Vale lembrar que a energia nuclear é responsável por 17% de toda a eletricidade gerada no mundo. E, se alguns países desistiram desta opção energética, em outros o percentual de energia elétrica gerada nuclearmente supera a marca de 75%."

O almirante Wilson Montalvão resalta que, sob este aspecto, o Brasil é privilegiado, pois é dos poucos que pode abastecer-se de forma autônoma: "Com a prospecção de 1/3 de seu território, o Brasil possui a sexta reserva mundial de minério de urânio. Fato relevante, na medida em que não teríamos dependência externa para atender as necessidades de nossas usinas elétricas". ■

Mais do que um espelho d'água atrofiado e contaminado, desde o fundo à superfície, pelo lixo, poluição industrial e pela ocupação desordenada de seu entorno, a baía de Guanabara, com uma bacia de drenagem de cerca de 4,5 mil quilômetros quadrados, envolvendo quase toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, é hoje o retrato, sem retoques, do desastre socioeconômico e da crise institucional que o Brasil vive nos últimos 35 anos



Mergulho social na Guan

Sérgio Meireles

UM QUADRO DE AGONIA DEBILITA A BAÍA receptora de uma carga de 20 metros cúbicos de esgoto por segundo, dos quais apenas 2,7 m³/s são tratados - o restante é *in natura*. Trata-se de volume equivalente a um Maracanã repleto de esgoto por dia, ao qual se somam 1.094 toneladas diárias de lixo e dejetos lançados por 45 rios que cruzam a cidade. Para este quadro, o ex-secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro, médico e deputado Alexandre Cardoso, costuma repetir a receita que considera mais adequada: saneamento integrado. "Enquanto não se der tratamento social a este caso, não serão alcançados grandes resultados", diz o deputado. Para ele, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) está criando uma falsa expectativa de que, após a sua conclusão, a baía voltará a ser um paraíso.



Longe de ser a antiga "água escondida" - como a chamavam os índios tamoios -, a Guanabara sairá da UTI com o programa de despoluição, mas continuará ainda hospitalizada. Só que respirando. "O PDBG é um grande avanço na melhoria da qualidade da água, mas não recuperará a balneabilidade. Quem pensa que, ao final desse programa, poderá mergulhar com segurança naquelas águas está muito enganado", adverte Cardoso.

Se depender de pesquisas científicas, tão cedo esse mergulho não poderá ser dado. Segundo a bióloga Dália dos Prazeres, do Departamento de Bacteriologia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), principal instituição de pesquisa biomédica da América Latina, ali as bactérias nadam livremente. Ao pesquisar vibriões do cólera nas praias da região, a bióloga encontrou cinco espécies causadoras de doenças. "Uma parte dos casos de gastroenterites, infecções de pele, otites, miosites (infecção nos músculos) pode ter sido provocada por vibriões existentes nas praias", assinala em depoimento publicado no livro *Retratos da Baía*, editado pela Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Cientistas do Laboratório de Ecologia Viral da Fiocruz, ao pesquisar os vírus causadores da poliomielite em esgotos da Ilha do Governador, Niterói, Penha e do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, concluíram que os vírus da hepatite A e de diarreias, além de serem frequentadores ativos dos esgotos despejados, revelam que as doenças por eles provocadas são crônicas. Cerca de 60% das internações hospitalares no Brasil são causados por doenças infecto-contagiosas direta ou indiretamente de veiculação hídrica, observa Alexandre Cardoso. Um dos principais focos dessas doenças continua sendo a baía.

Com uma área de 300 quilômetros quadrados, menos da metade do que possuía originalmente há seis mil anos, a baía viu crescerem ao seu redor, excluindo o Aterro do Flamengo, embelezada pelo paisagista Roberto Burle Marx, manchas da degradação social, provocadas pela falta de um programa habitacional e pela ausência da política de transportes públicos voltada para a integração racional da cidade.

Seu espelho d'água, paulatinamente, foi estrangulado por aterros, desrespeitando a Lei nº 1.700, que proíbe a execução de obras (como os aterros) sem autorização do Ministério da Marinha e licença da Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca).

"É um absurdo deixar parte da indústria da construção civil determinar o crescimento de uma cidade", protesta o deputado, acrescentando que "o governo não pode deixar uma região crescer como pista de rolamento".

O resultado da falta de planejamento deixou seqüelas no saneamento do estado do Rio, reveladas por este dado assustador: o tratamento de esgoto de 30% da região da Baixada Fluminense, densamente povoada, é zero. Os municípios de Magé e São Gonçalo são exemplos gritantes dessa situação, acentua.

abara



Agonia da Baía

Trabalho elaborado por uma equipe do Curso de Gestão e Utilização Racional dos Recursos Hídricos, promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Agronomia Superior e pelo Confea, aponta a década de 50, quando foi formatado o modelo de desenvolvimento urbano-industrial do país, como marco do processo de poluição e degradação da baía de Guanabara. Os aterros que se alastraram a partir da implantação da Avenida Brasil, a expansão das indústrias químicas, farmacêuticas e refinarias, entre outras poluidoras, o crescimento populacional acelerado atrelado à ocupação urbana sem planejamento, debilitaram todo o entorno e o ecossistema da baía. Foi o começo da agonia, que mudou bruscamente a qualidade das águas, flora, fauna, balneabilidade das praias, e afetou a pesca na região.

O trabalho, uma das fontes de informações do PDBG, mostra o processo de contaminação da baía através do óleo, metais pesados, substâncias tóxicas e carga orgânica. Sufocada pela febre rodoviária que deu vazão à desova da indústria automobilística, gerando grandes obras essenciais para os deslocamentos mais rápidos dos automóveis na cidade - Aterro do Flamengo, Viaduto da Perimetral, Ponte Rio-Niterói, Estrada Niterói-Manilha, Linha Vermelha - mas nocivas à sua saúde, a baía de Guanabara teve que hospedar à força em seu entorno várias indústrias de petróleo. A construção, em 1961, da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), que abriu caminho para a instalação de outras indústrias petroquímicas na área, é considerada pela equipe ponto de partida da contaminação das águas da baía. A Reduc, que tem investido pesado nos últimos anos para reduzir os lançamentos de óleo, pode hoje dormir um pouco mais tranqüila, mas sem poder apagar as acusações de ter destruído uma área representativa de manguezais. Ela responde por 80% da poluição industrial lançada na baía de Guanabara.

O acúmulo incalculável de dejetos poluentes concentrados em seu fundo ou agregados às águas já deixou em estado terminal um trecho entre a Ilha do Fundão e o continente, separado pelo Canal do Cunha e tornou imprópria para o banho várias praias, entre as quais Ramos, Botafogo, Icaraí, Jurujuba e as da Ilha do Governador e Paqueta. **SM**

A desintegração social

A seu ver, essa desintegração social do entorno da baía é resultado de um grande processo de concentração de renda aliado a decisões de políticas elitistas e excludentes de se investir mais na qualidade de serviços nas zonas mais ricas da cidade. Segundo ele, preocupados com as aspirações das classes média e média alta, governantes constroem túneis, duplicam vias para quem tem carro enquanto o prestador de serviço vai morar nas piores condições de saneamento ambiental. "Quando surgem línguas negras e manchas de esgoto nas praias da Zona Sul há um corre-corre para atacar o problema que ganha destaque na mídia. Mas o que está sendo feito para recuperar a praia de Ramos, imprópria para banho há 30 anos?", indaga o ex-secretário.

Alexandre Cardoso exalta o Programa Integrado de Saneamento, do qual foi o arquiteto principal, implantado no governo Anthony Garotinho, com orçamento de 650 milhões de reais destinados à execução um conjunto expressivo de obras, entre as quais se destacam a construção do emissário da Barra; coleta, tratamento e destinação do esgoto e instalação de pequenas usinas de tratamento de lixo no interior do estado.

A meta do programa é tratar 90% de todo o esgoto do Grande Rio até 2002, tendo como carro-chefe o PDBG, caracterizado pelo maior conjunto de obras de saneamento básico realizado nos últimos 20 anos no estado do Rio de Janeiro. Apesar do atraso na execução do orçamento, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos colocará em

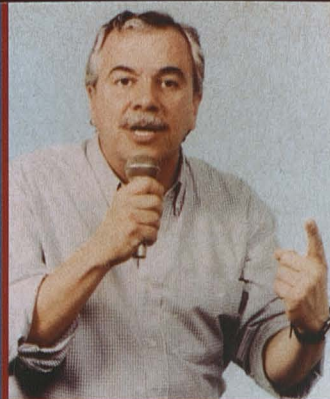
funcionamento mais três importantes estações de tratamento de esgoto - Alegria, prevista para maio, e Sarapuí e Pavuna, em julho. A Estação de São Gonçalo, que chegou a ser inaugurada pelo então governador Marcello Alencar, não pôde operar, porque as redes e os troncos de escoamento não tinham sido instalados.

Um dos pontos altos desse programa é a elaboração de um inquérito para o setor, onde será levantado em todo o estado o destino final do lixo, informação essencial para traçar um esquema de intervenções prioritárias. "O município do Rio produz hoje entre 7 e 8 mil toneladas de lixo por dia com destino final inadequado, e a região da Baixada Fluminense, de 3 a 4 mil toneladas/dia. Parte desse lixo é colocada direta ou indiretamente nas águas da baía", denunciava Cardoso. O inquérito difundirá conceitos de educação ambiental junto aos alunos da rede pública, explica.

O ex-secretário lamenta que o Rio, reconhecido como capital cultural do país, entre no terceiro milênio jogando lixo no entorno do seu principal cartão turístico - a baía de Guanabara. "Se alguém jogar uma ponta de cigarro no

O PDBG conta com US\$ 793 milhões, provenientes de três fontes:
 BID - US\$ 350 milhões;
 Banco do Japão - US\$ 237 milhões;
 e governo fluminense - US\$ 206 milhões.
 A ocupação intensa de seu entorno, inclusive por fábricas e instalações petroquímicas, mantém altos os índices de poluição das águas, situação agravada por acidentes





Alexandre Cardoso acompanhou de perto os problemas da Guanabara como secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro

Centro da cidade, o destino será a baía; se for jogada numa rua qualquer do Méier, o destino será o mesmo", diz. Além das 8 mil t/dia de lixo doméstico lançadas às margens da baía e da vazão diária dos 800 metros cúbicos de chorume e dos detritos jogados diretamente nos rios que formam sua bacia hidrográfica, a baía sofre também com as 7 toneladas de óleo (ou 9 t, de acordo com cálculos de outros especialistas) que chegam diariamente às suas águas.

Desse total, 0,65 t/dia é gerada pela Refinaria Duque de Caxias, que reduziu seus lançamentos em cerca de 54%, através de um investimento de 65 milhões de dólares. O restante desse volume de

óleo despejado fica por conta de 16 terminais marítimos de petróleo, dois portos comerciais, dois mil postos de serviços e 32 estaleiros, que afetam a pesca de subsistência na região.

O ex-secretário reclama da falta de uma política de tratamento de dejetos químicos, lançados na baía sem controle, e adverte para as altas taxas de desemprego, no Rio, que fazem com que as pessoas ingressem no mundo do subemprego em volta da baía, sem qualquer compromisso ambiental, tornando-se, assim, predadores da região.

Algumas áreas em volta da baía têm elevada taxa de densidade populacional, com mais de três mil habitantes por quilômetro quadrado, os quais vivem em precárias condições de moradia, saúde, sem o menor acesso a um sistema de saneamento básico.

Falta de regulamento favorece corrupção

Candidato do PSB à prefeitura do Rio, Alexandre Cardoso não aceita que a recuperação ambiental da baía de Guanabara fique separada de uma questão maior - o saneamento integrado.

Numa das últimas reuniões com representantes do Banco Mundial, de que participou ainda como secretário, no Rio, alertou que "se não for aprovada a lei complementar prevista na Constituição (artigo 23), o saneamento pode se tornar, nos próximos dez anos, o principal foco de corrupção no país". Cardoso sustenta que não se pode investir em saneamento sem um marco regulatório.

A falta de lei complementar, que regule a matéria, permite a alguns municípios definirem legislações próprias, acarretando danos ao setor. Dá exemplo: um município pode criar uma legislação que garanta a cobrança de tarifas apenas para esgotos com tratamento terciário e isso será válido, porque a lei federal não regulou a matéria.

"Como legislar sobre a indefinição? Se não houver lei complementar, vão

"Falta uma política de tratamento de dejetos químicos, lançados fora sem controle"

surgir inúmeras legislações específicas para cada localidade e as empresas públicas ou privadas serão penalizadas, tendo como reflexo direto a má qualidade dos serviços", sustenta. Destaca ainda que, dos 5.507 municípios brasileiros, somente 400 tratam seus esgotos.

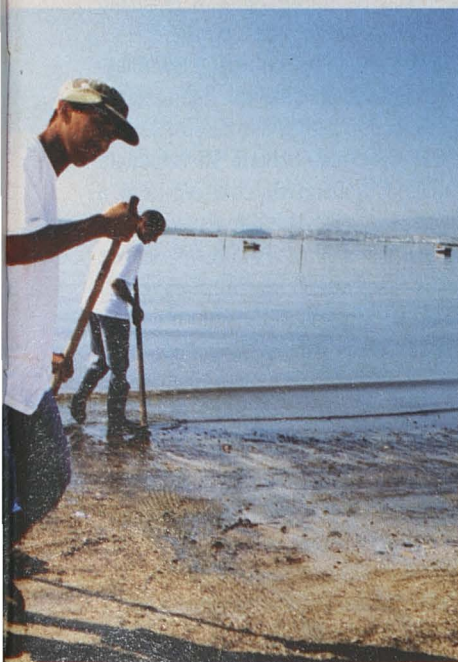
O deputado defende a criação de uma câmara de compensação virtual em saneamento para que, quem tem mais, pague por quem tem menos.

"O BNDES diz que só financia se privatizar. Sou frontamente contra falar em privatização sem regular. Se o governo insistir em privatizar sem regular, o setor irá cometer o maior crime neste país. Caso o setor seja privatizado sem regras, a empresa vai querer vender água só para quem paga. Será o caos", adverte.

O deputado observa que o estado não pode tarifar o esgoto, porque o esgoto é compulsório. "Se você produz esgoto em sua casa, ele tem que ser jogado na rede; a água não é compulsória; como você não tem o esgotômetro e só o hidrômetro, paga-se o esgoto segundo a água comprada, o que não é correto", assinala. E faz outra comparação: "Se eu compro mil litros de água, vou produzir mil litros de esgoto. O metro cúbico da água do Country Club é o mesmo preço da água de um clube popular, o que é uma injustiça."

Cardoso defende uma política de reciclagem da água, aproveitando-se, por exemplo, a água do banho, que vai para os ralos, nas descargas dos vasos sanitários. Cobra, ainda, uma participação mais direta do governo e das universidades na política integrada da questão social do saneamento.

O PDBG, segundo Alexandre Cardoso, deveria se chamar Programa de Qualidade de Vida do Entorno da Baía de Guanabara. ■



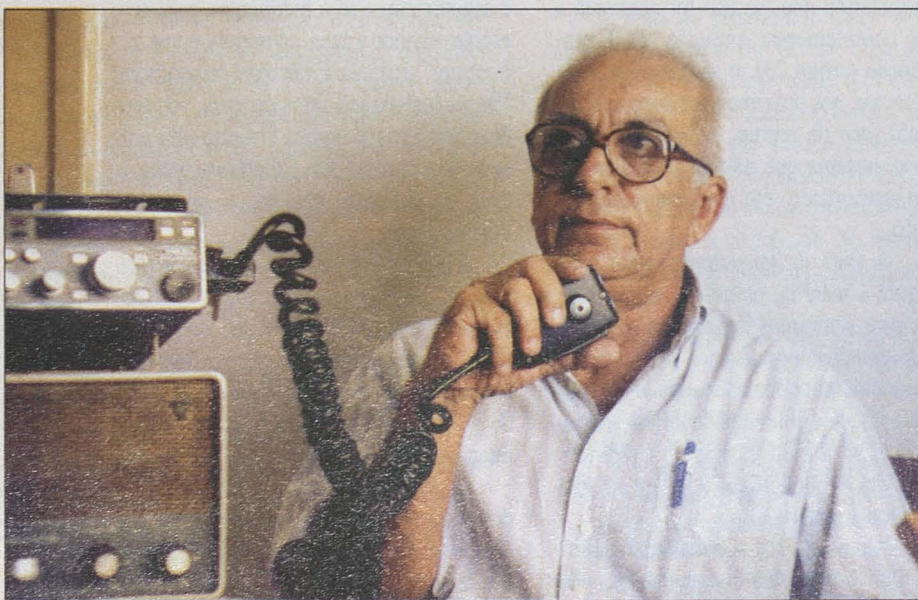
'Hobby' que sobrevive

Radioamadorismo adaptou-se aos novos tempos
e compete com a internet

Paulo Marinho

UMA DAS MAIS ANTIGAS formas de comunicação a distância, o radioamadorismo é capaz de chegar às mais remotas e inexploradas regiões do mundo com equipamentos simples e acessíveis a todas as camadas sociais. Envolta por uma forte carga de romantismo, a atividade, na época dos avanços tecnológicos e da internet, ainda guarda, como principais marcas registradas, a utilidade pública, a improvisação e a superação de dificuldades.

Florisval Tenório é entusiasmado praticante de radioamadorismo desde 1978



Regulamentada no Brasil desde o início dos anos 30, a prática, ao contrário do que poderia supor a vã filosofia de internautas, mantém uma legião de praticantes em todos os continentes e continua despertando o interesse dos mais jovens. Fiel às suas tradições, o radioamadorismo até já praticou um certo tipo de canibalismo tecnológico: acoplou um computador ao velho equipamento e ampliou seu instrumental muito antes de os provedores da internet invadirem o mercado.

Confrontada com os notáveis avanços experimentados pelo setor de telecomunicações nas últimas décadas,

a imagem de um telegrafista emitindo sinais em código Morse parece coisa de um passado distante. A transmissão de mensagens cifradas e através da voz humana pelas ondas do rádio, no entanto, sobrevive à era dos satélites, dos celulares e da internet - reunindo a seu redor milhões de pessoas em todo o mundo.

Remontando ao final do século XIX, a história do radioamadorismo, filho da união do telégrafo com as ondas do rádio, começa em 1890 - quando o cientista Edouard Branly inventou um aparelho (coesor elétrico) capaz de captar ondas eletromagnéticas à distância de algumas dezenas de metros.

Antes que o século XIX terminasse, o coesor elétrico foi ligeiramente aperfeiçoado pelo físico russo Alexander Popov, mas caberia ao estudante italiano Guglielmo Marconi, em 1896, a façanha de aprimorar o invento a ponto de realizar a primeira transmissão de sinais telegráficos sem fio, através do Canal da Mancha, utilizando o código Morse. "De lá para cá, as válvulas amplificaram os sinais e os osciladores de audiofrequência e os receptores foram melhorados. Até que, no início da Segunda Guerra, a descoberta dos semicondutores deu origem aos transistores e estes permitiram as transmissões em UHF e FM", explica o diretor da Liga Brasileira de Radioamadores (Labre), Florisval Tenório.

Responsável pela sobrevivência da telegrafia, técnica que deixou de existir como profissão, o radioamadorismo ainda vai conservar sua importância, notadamente nos países mais pobres, desempenhando um papel importante naquelas nações onde os benefícios da tecnologia demoram a chegar. O diretor da Labre lembra que, de acordo com dados da ONU, cerca de 90% dos serviços de internet são fornecidos a usuários do chamado Primeiro Mundo. "Enquanto isso, nas regiões inexploradas do planeta e nos países mais pobres, muitos deles de dimensões continentais, como o Brasil, a carência de comunicação e a falta de contato das populações com o resto do mundo ainda são responsáveis por situações difíceis."

"Coube a um radioamador localizar os sobreviventes da queda de um avião na região amazônica, nos anos 80, e não raro auxiliamos cidades do interior atin-

gidas por chuvas que destroem as linhas telefônicas", lembra.

O recente conflito na Iugoslávia é outro bom exemplo de como o radioamadorismo ainda tem um papel importante a cumprir. Na era da tecnologia de ponta e das guerras com armamentos sofisticados, as emissoras de ondas curtas de todo o mundo passaram a dedicar suas transmissões ao conflito, revivendo, desta forma, o clima histórico da chamada Guerra Fria. Como os mísseis da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) danificaram os transmissores de rádio e televisão em diversas áreas do país, os radioamadores de todo o mundo criaram uma rede de comunicação a partir da qual foi possível não só conhecer a real extensão das perdas humanas, mas ouvir, também, em espanhol, os poucos comentários internacionais favoráveis ao governo iugoslavo.

'Hobby' e democracia

Considerado por muitos o mais sério passatempo surgido neste século, o radioamadorismo tem ainda a capacidade de aproximar pessoas das mais diversas classes sociais. Segundo o diretor da Labre, cuja sede também é usada para reuniões de conagração nos finais de semana, esta interação acontece principalmente porque os custos do *hobby* não são muito altos. "Existem equipamentos caros, mas, com mil reais; qualquer um pode montar uma estação". Na opinião de Florisval Tenório, nenhuma outra atividade que envolva o manejo de códigos, tecnologia e relações humanas é capaz de reunir, numa mesma comunidade, gente com formação profissional tão diferente como aviadores, taxistas, caminhoneiros, cientistas, garís e estudantes.

Brasileiro é pioneiro

A exemplo do que acontece com a paternidade de outras invenções e descobertas científicas, existe polêmica quando se trata da transmissão da voz humana por meio das ondas eletromagnéticas e luminosas (sistema fotônico-eletrônico). De acordo com a literatura disponível e jornais da época, coube a um brasileiro, o padre Roberto Landell de Moura, utilizar os circuitos inéditos que, na prática, marcaram o início da radiodifusão no mundo.

Em sua edição de 3 de junho de 1900, o *Jornal do Commercio* publicava que, "no domingo próximo passado, no alto de Santana, cidade de São Paulo, o padre Landell de Moura fez uma experiência particular com vários aparelhos de sua invenção, no intuito de demonstrar algumas leis por ele descobertas no estudo da propagação do som, da luz e da eletricidade através do espaço (...) as quais foram coroadas de êxito. Assistiram a esta prova, entre outras pessoas, o Sr. P.C.P. Lupton, representante do governo britânico e sua famí-



Padre Roberto Landell de Moura

lia". A radiodifusão, no entanto, só viria a ser consagrada após a invenção, em 1906, da válvula triodo por De Forest - que substituiu a bobina de Ruhmkorff utilizada pelo brasileiro no período entre 1901/1904.

O padre, cientista e inventor Landell de Moura desenvolveu seus estudos e experiências a partir de 1893 e patenteou suas invenções no Brasil (1901) e nos Estados Unidos (1904). Sua contribuição é tão importante quanto a do cientista italiano Marconi que, de acordo com suas patentes e biografia oficial, foi o primeiro a transmitir somente sinais em telegrafia (código Morse), utilizando o rádio, em 1895. Pioneiro mundial na transmissão da voz via equipamento sem fio, Roberto Landell de Moura morreu em 1928 e sua história é parecida com a de outro brasileiro ilustre, Santos Dumont, que trabalhou em Paris com todos os recursos necessários e, ainda assim, levou muito tempo para ser reconhecido como pai da aviação.

Colégio Militar reativa clube

A tese de que o radioamadorismo tem seus dias contados com o surgimento da internet não passa pela cabeça de um grupo de alunos do tradicional Colégio Militar do Rio de Janeiro.

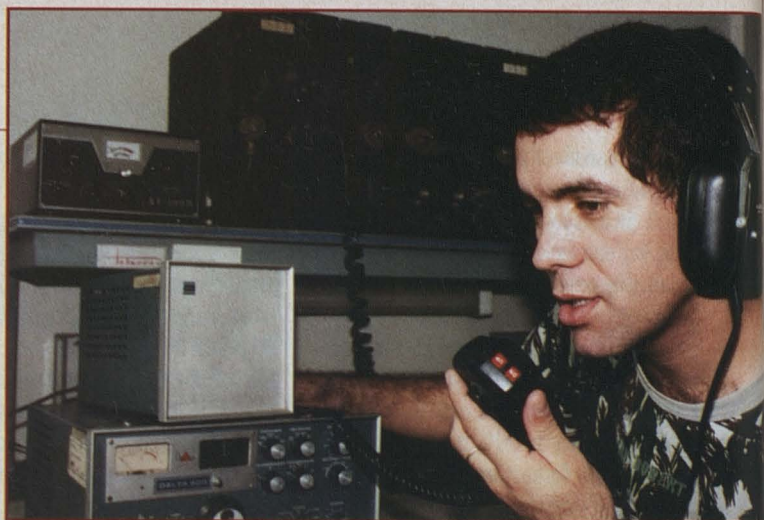
Dezoito estudantes frequentaram as aulas ministradas pela Labre, prestaram exame e se habilitaram operar os equipamentos no nível básico (Delta). "A estação estava desativada desde 1995, mas agora já temos pessoal preparado para atuar e integrar a diretoria, exigência imposta pelo estatuto do Clube", comemora o capitão José Roberto Silveira, da Companhia de Comunicações.

O Clube PY1 CMR funciona em duas salas da entidade. Reunido em dezembro último com alunos integrados ao projeto, o capitão José Roberto anunciou que neste ano a intenção é trocar as torres de transmissão e aumentar o raio de ação do Clube. Ampliar horizontes, aliás, parece ter sido a motivação dos estudantes, como Elaine Regina de Abreu Moreira, Gersiane Hosang, ambas de 16 anos, e Paulo Quaresma Fernandes

(17 anos). "Comecei um pouco por curiosidade e descobri que é fantástico conversar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo", disse Elaine Regina.

Gersiane Hosang, de 16 anos, também foi seduzida pelo grau de dificuldade contido nos quase 200 códigos que o radioamador tem de dominar: "É emocionante poder falar com tanta gente e levar os instrumentos consigo para onde você quiser."

Já Paulo Quaresma Fernandes se diz fascinado: "No radioamadorismo você encontra mais calor humano porque ouve a voz da pessoa com quem está falando e, além disso, a atividade está muito mais ligada à prestação de serviços de utilidade pública do que a internet."



O capitão José Roberto Silveira, da Companhia de Comunicações (foto acima), e seus alunos (foto abaixo), Paulo Quaresma Fernandes, Gersiane Hosang e Elaine Regina de Abreu Moreira, ao fundo



A tecnologia desenvolvida pela internet influenciou o radioamadorismo: há mais de dez anos se pratica o chamado Rádio Pacote, que consiste em acoplar ao rádio um microcomputador com impressora. "O recurso funciona como uma rede mundial sem os custos do provedor e sem necessidade de linha telefônica; permite inclusive a transmissão de mensagens que o destinatário recebe mesmo se não estiver em casa, como se fosse um e-mail", explica o especialista.

Nada supera a interação proporcionada pelo radioamadorismo. "Chegamos a reunir até 15 pessoas de todas as regiões do país em animadas conversas e, ao contrário da internet, ouvimos a voz dos companheiros, com o seu sotaque diferente, e até sentimos o calor humano de cada um", argumenta.

Ele destaca ainda que o hobby desperta no indivíduo o desejo de aprender outra língua, conhecer geografia e história, melhorar a dicção, aprender eletrônica, fazer uma antena e uma infinidade de outras coisas. ■

Postal Norte-Sul



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$99,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00

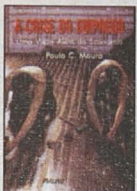


HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$29,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$59,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEO-LIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAANHOL PARA BRASILEIROS

Juán Kattán-Ibarra

Curso para entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 42,00



BRIZOLISMO

João Trajano Sento - Sé

A leitura deste livro é indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 páginas.

Ed. FGV - Cód. 85.225.028-62 R\$ 29,00



ESCRavidÃO Ou MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece, o motivo pelo qual, lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$22,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas).

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$39,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 R\$29,90



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 págs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Vozes - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00

**BENEDITA****Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin**

A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 págs.

Editora Mauad

Cód. 020013

R\$22,00

**SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS**Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras

Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.

Ed. Vozes

Cód. 85-326-2089-2

R\$19,00

**VENCER É POSSÍVEL**

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

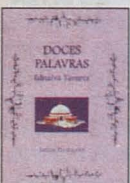
Nelson Mandela

Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.

Editora Revan

Cód. 0148

R\$19,00

**DOCES PALAVRAS****Ednalva Tavares**

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)

Janine Produções

Cód. 0001

R\$5,00

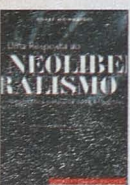
**A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE****M. Daniel Sloan & Michael „M.D.“**

O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico. A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.

Editora Qualitymark

Cód. 0188

R\$ 26,00

**UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO**

Argumentos para uma nova esquerda

Hilary Wainwright

Combina uma discussão sobre idéias políticas neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimento sociais e partidos. 152 páginas.

Jorge Zahar

Cód. Z 0486

R\$19,00

**A ÁGUIA E A GALINHA**
Uma metáfora da condição humana**Leonardo Boff**

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85-326-1845-6

R\$16,00

**GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS**

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o *downsizing* das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.

Editora Campus

Cód. 20412-1

R\$39,00

**O DESPERTAR DA ÁGUIA****Leonardo Boff**

O livro continua o anterior *A Águia e a Galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.

Editora Vozes

Cód. 5-326-1977-0

R\$12,00

**A INVENÇÃO DO MAR****Gerardo Melo Mourão**

O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.

Editora Record

Cód. 050229

R\$ 28,00

**"FICAR COM"**

Um novo código entre jovens

Jaqueline Chaves

A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.

Editora Revan

Cód. 0069

R\$ 11,50

**UMA HISTÓRIA DO BRASIL****Thomas E. Skidmore**

Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem a tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 páginas.

Ed. Paz e Terra

Cód. 20488

R\$ 32,00

**SABER CUIDAR****Leonardo Boff**

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ética do cuidado funda nova ética, compreensiva a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85-326-2162-7

R\$ 16,00

**A FRONTEIRA DE CRISTAL****Carlos Fuentes**

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos impensados entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 págs.

Editora Rocco

Cód. 85.325.0967-3

R\$25,00

**IUGOSLÁVIA**

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.

Novos Ideais

Cód. 85.87414-01-1

\$14,00

**DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS****Luiz L. Gomes e Donald E. Collins**

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.

Editora Pioneira

Cód. 113-38

R\$ 36,00

**DOMINAÇÃO PELA FOME**

Economia política do abastecimento

Miranda Neto

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.

Forense Universitária

Cód. 00124

R\$ 9,90

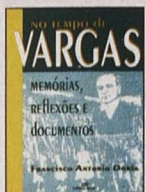
**NOTÍCIAS DO PLANALTO****Mário Sérgio Conti**

O livro retrata os construtores dos impérios de comunicação e suas empresas. Com realizações surpreendentes, narra a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da imprensa. (80 fotos cor e pb) 720 páginas.

Cia. das Letras

Cód. C 1182

R\$ 35,00



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos

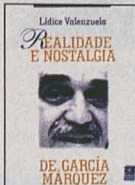
Francisco Antonio Doria

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século.

170 páginas.

Editora Revan
Cód. 0075

R\$14,00



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lidice Valenzuela

A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel, a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

Oficina do Autor
Cód. CA 107

R\$ 18,00



CONSTRUINDO O FUTURO

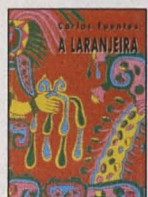
O impacto global do novo paradigma

Paulo C. Moura

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 páginas.

Editora Mauad
Cód. 010001

R\$29,00



A LARANJEIRA

Carlos Fuentes

Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranja* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

Editora Rocco

Cód. 85.325.0772-7

R\$23,00



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. Mostra também a fal-

ta de política educacional voltada para elas. 356 págs.

Editora Pallas
Cód. 2210

R\$ 26,00



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson

O livro mostrar que a cultura tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85.326.2247-X

R\$ 32,00



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

Editora Revan

Cód. 0084

R\$ 10,30



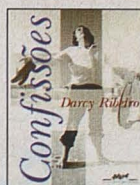
O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura
Manuel Castells

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

Editora Paz e Terra
Cód. 20.495

R\$42,00



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

Editora Cia das Letras
Cód. C 0890

R\$36,00



O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Estudos foucautianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85.326.1317-9

R\$29,00



BINÔMIO-Edição Histórica

Direção: José Maria Rabêlo

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas.

Barlavento e Armazém de Idéias
Cód. BA 7013

R\$34,00



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil

Celso Furtado

Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de

Celso Furtado. 117 páginas.

Editora Paz e Terra

Cód. 10.533

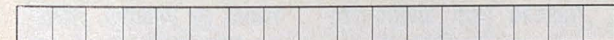
R\$15,50

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$

Cartão Nº Validade até /



ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

CADERNOS 218

Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo máximo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 507 / 510 - Lapa

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080

Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br

Internet: http://www.etm.com.br

Álvaro Queiroz

A 'esfinge' era uma 'bolha'

Oscilações do índice Nasdaq abalam teorias sobre uma nova economia

Quem estiver acompanhando o comportamento dos papéis das empresas que receberam a denominação de empresas de tecnologia na bolsa eletrônica Nasdaq e os mais variados palpites dos economistas sobre a chamada "nova economia" norte-americana não fará grandes esforços para associá-la à conhecida fábula "Os cegos e o elefante". Diante de um paquiderme, reuniram-se vários cegos com o objetivo de defini-lo de acordo com a imagem que o tato lhes sugeria: o primeiro pôs as mãos em uma das orelhas e concluiu que o animal era um abano; o segundo abraçou uma das pernas e entendeu que se tratava do tronco de uma árvore; o terceiro apalpou a tromba e logo afirmou que era uma cobra. Os demais também fizeram as suas comparações e enveredaram por uma discussão interminável. Resultado, não chegaram a um denominador comum.



Para Mundell, a prosperidade atual dos EUA tem origem na economia de oferta

Para o economista canadense Robert Mundell, um dos pais do euro (moeda comum dos países reunidos na União Européia - EU), "as medidas preconizadas pelo que se conhece sob a denominação de Escola de Chicago e aplicadas pelo governo de Ronald Rea-

gan têm propiciado um longo período de prosperidade e de crescimento. A América lhe deve uma expansão excepcional durante 18 anos, somente interrompida, brevemente, por nove meses de recessão, em 1990 (*Revista Capital*, edição n°. 101 - fevereiro de 2000).

Paul Krugman, o conhecido guru dos neoliberais, por sua vez, sentenciou: "Não há mistério sobre o notável desempenho dos Estados Unidos: o microchip."

Mais adiante, Krugman abandonou o determinismo tecnológico para se concentrar no determinismo ideológico. Roberto Campos, nas pegadas de Krugman, e numa linha igualmente ideológica, atribuiu a atual fase de prosperidade do ciclo econômico dos EUA às virtudes da sociedade norte-americana. Na próxima edição, levaremos aos nossos leitores as minúcias das "descobertas" de Mundell e Krugman, principalmente.

O mercado entrou em pânico

N a primeira semana de abril, a queda de 13,6% do Índice Nasdaq (Bolsa Eletrônica) gerou enorme pânico no mercado financeiro de Nova Iorque durante algumas horas até o fechamento das operações, quando a queda reduziu-se a 1,77%. Os aplicadores ficaram desorientados, trocando ações representativas das chamadas empresas tecnológicas (nova economia - empresas de computado-

res, biotecnologia, internet, etc.) por papéis mais seguros da chamada "velha economia", à qual pertencem as empresas tradicionais do setor industrial (petróleo, automóveis e outros bens de consumo duráveis), cotados na Bolsa de Nova Iorque (Índice Dow Jones).

No auge do pânico, portadores de papéis cotados, tanto na Bolsa Eletrônica (Nasdaq), quanto na Bolsa tradicional (Dow

Jones), cuidaram de vendê-los, a fim de entrarem na corrida por títulos da dívida do Tesouro americano. Cessado o corre-corre, nas mais diferentes direções, o Índice Dow Jones fechou em baixa de 0,51%, depois de uma queda de mais de 4%.

Desde o começo de março deste ano que o Nasdaq vem apontando para a instabilidade dos papéis das empresas tecnológicas.

Especialistas em mercado de ações advertiram que a supervalorização dessas ações era incompatível com a discutível solidez e com os lucros das respectivas empresas, desconhecidos em muitos casos. Muitas delas não ofereciam perspectivas de crescimento.

O analista-chefe da Merrill Lynch, baseado em previsões do seu Departamento de Internet, advertiu: "Setenta e cinco por cento das empresas que atuam hoje na chamada

Exuberância irracional

Para os economistas norte-americanos mais em evidência e para os da América Latina que preferiram a subserviência intelectual e supostamente técnica a uma reflexão à luz da realidade, a denominada "nova economia" havia empurrado a "velha" para o lugar que a explosão do desenvolvimento tecnológico lhe reservara. De fato, esses economistas se portavam como se vissem uma "esfinge", absolutamente indecifrável, mas com todas as características de uma "bolha" que logo estouraria. Bastaria que os analistas econômicos dispensassem tratamento adequado ao comportamento dos investidores, à euforia dominante na Bolsa Eletrônica,

Bolsa Eletrônica (Nasdaq)

Variação em %

10/4	-5,81
11/4	-3,04
12/4	-7,06
13/4	-2,46
14/4	-9,67

"nova economia" deixarão de existir, porque não há espaço para tantas ações e tantas empresas na internet".

Entre elas, opinou o diretor-chefe de Pesquisa da First Call, Chuck Hill, figuram muitas que nunca mereceram estar no mercado; outras que serão compradas no final da farra e até mesmo as fraudulentas". Ou seja, havia de tudo na Bolsa Eletrônica.

O certo é que os papéis das empresas da "nova economia" foram irracional e absurdamente supervalorizados, por obra e graça da especulação desenfreada e não porque as empresas que representavam que fossem sólidas e propiciassem altos lucros e dividendos.

Na medida em que se difundiam as informações corretas sobre a realidade da "nova economia", a

ao relatório dos assessores do Presidente Clinton, às advertências do presidente do Reserva Federal, Alan Greenspan, e à linha das medidas do próprio FED.

As informações estavam disponíveis e antecipavam o que demorou um pouco, mas acabou acontecendo. A "bolha" murchou - em menos de 20 dias -, desmistificando o caráter esfingético que lhe atribuíram os economistas que não se arriscavam a uma análise a partir das informações dos profissionais do mercado.

Além das medidas adotadas pelo Governo norte-americano para reduzir a euforia na Bolsa Eletrônica, teve papel destacado o manuseio das taxas de juros, que adquiriram tendência de alta e assim se manteriam, segundo Greenspan, mesmo depois de ter atingido os 6%. Essa propensão e o ensaio de redução da oferta de crédito para a compra de ações - negociadas na Bolsa Nasdaq, evidentemente -, funcionaram como uma ducha fria e acabaram por influir no consumo de bens, exacerbado pelos lucros fáceis das aplicações em papéis das empresas da "nova economia", conhecidas, também, como "empresas tecnológicas".

"bolha" ia murchando. Sucederam-se novas quedas significativas, que certamente haverão de influir no comportamento das principais variáveis macroeconômicas.

Com a redução do efeito riqueza, depois de contabilizados os prejuízos, espera-se uma redução do consumo e dos investimentos, um desaquecimento da economia em níveis ainda não previstos.

PARA CONFERIR... DEPOIS

FINANCIANDO DESEMPREGO

✓ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continua financiando a instalação de montadoras de automóveis no Brasil. Faz pouco tempo, a Ford obteve quase 1 bilhão de dólares para se instalar na Bahia. Agora, o BNDES libera 150 milhões dos 400 milhões de dólares que a Peugeot Citröen solicitara para equipamentos destinados à sua fábrica no Rio de Janeiro. De onde virão tais equipamentos? Da própria França, da Espanha e da Itália. Apenas uma parte inexpressiva virá do Paraná. Tudo isso para gerar 600 empregos diretos, que não compensarão o desemprego nas unidades fornecedoras de capital brasileiro.

RENDA EM QUEDA

✓ Elevou-se de 17,7%, em fevereiro, para 18,4% em março último, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. São agora 1,647 milhão de desempregados, ou 72 mil a mais do que no mês de fevereiro. Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação Seade/Dieese. Os técnicos da entidade antecipam que o desemprego tende a aumentar em abril, para estabilizar-se em maio. A renda mensal do trabalhador também caiu (1,7%), passando de 849,00 reais para 834,00 reais. Tal queda se agravou, porque a inflação do ano passado não se incorporou aos salários.

CRESCIMENTO INDUSTRIAL

✓ Os economistas sabem distinguir crescimento de recuperação cíclica, por isso duvidam de suposta retomada do crescimento industrial. É indiscutível a ausência de fatores de um cenário de aumento da produção industrial e de aquecimento da demanda de bens. Continua a compressão da massa salarial, as taxas de juros ainda inibem investimentos na produção e consumo, as exportações não se reaqueceram. O que se observou nos últimos anos foi queda de mais de 20% na produção industrial, da qual o setor ainda não se recuperou. Recuperações, só cíclicas, induzidas por influências sazonais ou aumentos da produção e de vendas em espasmos, ao sabor de eventos como Natal, carnaval, Dia das Mães. Crescimento mesmo só quando houver necessidade de novos investimentos e uso pleno da capacidade ociosa gerada pela recessão.

A competição enfraquece o Mercosul

Confronto de parceiros precisa dar lugar a solidariedade

As dificuldades atuais do Mercosul não se circunscrevem nas divergências de políticas cambiais, principalmente entre Brasil e Argentina. Novos passos adiante a partir de uma união aduaneira ainda incompleta vão se revelando difíceis e até mesmo impossíveis, se Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai não reformularem a concepção doutrinária da integração, fundamentada até agora na competição, para adotarem a cooperação e a solidariedade como princípios norteadores no bloco sub-regional.

A competição é desagregadora, não leva em conta a identificação nem a consolidação dos interesses comuns dos parceiros. Eles deveriam se sobrepor às imposições de forças exógenas, como, por exemplo, desregulamentação financeira, abertura irrestrita da economia, livre movimentação de capitais, fragiliza-

ção dos Estados-Nação, privatização, tratamento igualitário para as empresas transnacionais em relação às de capitais nacionais, etc.

Essas imposições são responsáveis pela perda de dinamismo das economias em desenvolvimento submetidas ao modelo neoliberal. Infelizmente, o Mercosul nasceu contaminado, não apenas do ponto de vista da doutrina ecocômica, mas também pelas práticas neoliberais. No seu espaço geoeconômico operam agentes geradores de obstáculos à integração que procuram ampliar as facilidades capazes de lhes propiciar um tipo de integração voltado para os seus próprios interesses.

No segmento automotivo, por exemplo, Brasil e Argentina têm desperdiçado tempo precioso para contemplar pretensões que conspiram contra a existência de uma indústria automobilística do bloco,

dotada de capacidade para competir, seja no mercado intra-regional, seja nos mercados fora do bloco.

Sem grandes empresas, ou transnacionais de capitais originários dos próprios países da região, o Mercosul tenderia a ser conduzido pelas transnacionais e pelos governos que lhes dão proteção além de suas fronteiras geopolíticas. Essa tendência está sendo fortalecida pelo processo de substituição de importações.

Se esse processo continuar, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e demais países sul-americanos que vierem a participar da parceria acabariam por repassar ao Mercosul, ou ao organismo que resultar da ampliação desse bloco, os vícios da dependência externa contraídos pelas economias nacionais.

Ou o Mercosul concebe uma institucionalidade norteada pelos princípios da cooperação, da colaboração e da solidariedade e capaz de proteger o seu gigantesco espaço geoeconômico, ou estará ameaçado de capitulação diante das poderosas empresas globalizadas.

Os difíceis superávits comerciais

Resultados até meados de abril apontam para déficit em 2000

De um saldo positivo de 26 milhões de dólares até o final do primeiro trimestre de 2000, o balanço comercial do Brasil passou a um déficit acumulado de 88 milhões de dólares no período de janeiro até à segunda semana de abril.

Na versão do Ministério do Desenvolvimento, a culpa pelo saldo modesto no primeiro trimestre foi da alta dos preços do petróleo no mercado internacional. No caso do déficit na primeira quinzena de abril, a responsabilidade, de acordo com o Ministério, foi da greve na Receita Federal, que teria reduzido os embarques de mercadorias destinadas ao exterior.

Mesmo assim, o governo continua otimista quanto à confirmação da previsão de um superávit de 5 bilhões de dólares até dezembro. A meta dificilmente será alcançada, a menos que o governo, às custas de esforços hercúleos, consiga um excedente de exportações sobre importações de 600 milhões

de dólares por mês, em média, nos próximos nove meses. Recorde-se de que, no ano passado, o governo teve de rever cerca de quatro vezes os prognósticos para o comércio externo, a partir da hipótese de um superávit de 11 bilhões de dólares. Em dezembro de 1999, para frustração dos otimistas, o saldo positivo não foi além de 1,3 bilhão de dólares.

O panorama que se desenha para os próximos nove meses, na hipótese de um saldo comercial positivo, mas muito modesto, é de apelo a novos recursos externos para o governo fechar o balanço de pagamentos, uma vez que o balanço em conta corrente deverá ser igual ou superior ao registrado em 1999: déficit de 25 bilhões a 30 bilhões de dólares. Importações superiores às exportações, taxas de juros ainda em patamares que desestimulam o consumo e os investimentos, sinalizando para os capitais voláteis, o real ainda sobrevalorizado, com a taxa de câmbio ainda no papel de instrumento de política monetária, tudo isso revela que estamos de volta ao primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com uma diferença: novas desvalorizações do real não estão muito distantes.

O novo salário-mínimo

O governo usa, atualmente, dois índices de inflação para finalidades diferentes. O da meta inflacionária (IPCA -8,5% em 1999) e o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (20% em 1999). O primeiro serve de base para reajustes de salários e o segundo, para reajuste das tarifas de serviços públicos. Considerado o IGP do período entre maio do ano passado - quando o salário mínimo passou a ser de 136 reais - e março último, a inflação girou em torno de 14%. Com isso, o salário-mínimo real sofreu uma corrosão de

19 reais, reduzindo-se a 117 reais.

Para restabelecer o poder de compra do mínimo em maio do ano passado, o governo teria de repor a inflação de 14% e acrescentar os 11% que pretende aplicar aos 136 reais. O novo mínimo real, dessa forma, a partir de 1º de maio, seria de 136 reais + 19 reais (reposição de 14%) + 17 reais (11%) = 172 reais. Mas o presidente resolveu aplicar somente os 11% e reajustar o mínimo de 136 reais para 151 reais (136 + 15 reais), sem repor sequer a

inflação que tomara como meta.

Uma vez reposta a inflação de 8,5%, o novo mínimo seria o somatório de 136 reais, 12 reais (reposição) e 16 reais (11%) = 164 reais. A prevalecer a vontade do presidente, o salário-mínimo será de 136 reais - 19 reais (corrosão inflacionária de 14% entre maio de 1999 e março de 2000) = 117 reais + 15 reais (11% aplicados aos 136 reais) = 132 reais.

Conclusão: o salário-mínimo real de maio de 99 (136 reais) foi reduzido em 4 reais em março/abril de 2000.

Indicadores Brasil 2000

Balanco Comercial 2000

MÊS	SALDO (US\$ MILHÕES)
JANEIRO	- 94
FEVEREIRO	+78*
MARÇO	+42

*Dados do Secex

Inflação - 2000 (em %)

MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19
MARÇO	0,23	0,18

Taxas de Juros %

BRASIL	18,05
EUA	6,00
INGLATERRA	6,00
BANCO CENTRAL EUROPEU	3,25
FRANÇA	5,37
ALEMANHA	5,26
JAPÃO	0,01

Investimentos Externos (Diretos) 2000

MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	2,053

Reservas Cambiais - 2000

MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	+38
FEVEREIRO	+37
MARÇO	+27

* Em US\$ bilhões

Principais Países Industrializados (1999) - OCDE

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.880	1.152	8.000	3.950	485	980
INFLAÇÃO	+1,3%	+1,6%	+1,8%	+2,5%	-1,5%	+2,7%	+2%
DESEMPREGO	+11,5%	+10,7%	+4,5%	+4,4%	+4,4%	+17,3%	+11,8%
PROD. INDUST.	+3,4%	+1,3%	+1,5%	+4,3%	+5,9%	+0,2%	+1,1%
SALDO COMERCIAL*	+16,5	+54,3	-33	-275	+91,2	-25,8	+12,2

Previsões para 2000

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+2,9%	+2,7%	+2,7%	+3,4%	-0,3%	+3,6%	+2,3%
INFLAÇÃO	+1,0%	+1,2%	+2,3%	+2,1%	+0,1%	+2,1%	+1,9%
DESEMPREGO	+9,9%	+9,8%	+4,2%	+4,6%	+5,1%	+15%	+11%

FMI e Bird

Manifestantes e ONGs roubam a cena

A reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), realizada em abril em Washington, foi marcada pelos protestos que transformaram a capital norte-americana numa verdadeira praça de guerra. Cerca de 10 mil ativistas estiveram na cidade, um número menor que em Seattle, quando 30 mil manifestantes ocuparam as ruas, no final do ano passado, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, para protestar contra a globalização e a política neoliberal impostas pelo FMI e o Bird.

Mas os protestos de Washington não causaram menos estardalhaço. Surpreendida pelo vigor dos manifestantes, a polícia norte-americana efetuou prisões em massa e desmantelou as passeatas com golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogênio. Ao todo foram mais de 900 ativistas presos e dezenas de feridos, inclusive jornalistas que cobriam os protestos. Com as ruas bloqueadas e a desordem estabelecida, várias reuniões de ministros de Estado

com diretores do FMI e do Bird tiveram de ser canceladas.

Na maioria dos casos, os representantes estrangeiros não quiseram comentar os problemas de organização do evento, mas os diretores do FMI e do Bird lamentaram a pouca produtividade do encontro. "Temos uma agenda importante para discutir, incluindo o perdão da dívida dos países pobres", resmungou Stanley Fischer, diretor-geral interino do FMI.

Já os manifestantes, apesar de não terem conseguido impedir o encontro, cantaram vitória. Eles pertencem a inúmeras entidades com os mais variados objetivos. Havia desde anarquistas e sindicalistas bolivianos, protestando contra o aumento da tarifa de água na Bolívia, a pequenas organizações que alertam para o problema da Aids na África. A falta de unidade e comando pode ser ter sido o ponto fraco dos protestos, mas as manifestações deram muita dor de cabeça para a polícia, para os organizadores do encontro e os banqueiros internacionais.

Iugoslávia

Mais tensão

A tensão entre Sérvia e Montenegro, os dois países que formam a Iugoslávia, põe em xeque o futuro da federação iugoslava, que nos últimos nove anos perdeu quatro Estados-membros (Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina) e sofre ainda uma intervenção internacional em Kosovo.

Sérvios e montenegrinos partilham a mesma religião cristã-ortodoxa e têm um tronco histórico comum. Porém, as relações entre Sérvia (7,5 milhões de habitantes) e Montenegro (650 mil), começaram a se deteriorar em 1998, quando Milo Djukanovic, um político reformista e pró-Occidente, derrotou nas eleições presidenciais Momir Bulatovic, partidário de Milosevic.

Milosevic nunca reconheceu esses resultados e designou para o cargo de primeiro-ministro Bulatovic, candidato derrotado por Djukanovic. Imediatamente, o exército federal, subordinado a Milosevic, começou a concentrar tropas no norte de Montenegro. A situação piorou em março, quando a Sérvia impôs barreiras alfandegárias na fronteira para impedir o envio de alimentos ao território vizinho.

A segunda divisão do exército federal, estacionada em Montenegro, formou um batalhão especial com oficiais leais a Milosevic. O primeiro-ministro montenegrino, Filip Vujanovic, qualificou o batalhão de "unidade paramilitar", nos mesmos moldes dos grupos criados no passado pelo exército e pela polícia sérvia responsáveis pelas atrocidades das guerras do início dos anos 90.

O comandante das forças europeias da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), general Wesley Clark, afirmou que Milosevic planeja uma ação contra Montenegro, o que foi negado pelo chefe do Estado Maior do Exército Iugoslavo, general Nebojsa Pavkovic.



A derrota da esquerda na eleição para os governos regionais da Itália forçou o primeiro-ministro Massimo D'Alema a entregar o cargo. Seu substituto é Giuliano Amato (foto), comunista, que formará o 58º governo do pós-guerra. O desafio principal de Amato é frear o avanço da direita, personificada pelo empresário da comunicação Silvio Berlusconi

Senegal

Ex-ditador julgado

Um tribunal do Senegal começou a escutar as vítimas de Hissen Habré, ex-ditador do Chade, acusado de crimes contra a humanidade. Uma investigação foi aberta pelas autoridades senegalesas assim que organizações humanitárias apresentaram um pedido de prisão de Habré, atualmente residente no Senegal.

Habré governou o Chade entre 1982 e 1990, até ser derrotado pelo atual presidente, Idriss Deby, que instalou uma Comissão da Verdade, que apontou o ex-ditador como responsável por mais de 4 mil assassinatos e 200 mil casos de tortura. O pedido de prisão foi uma iniciativa da Associação de Vítimas de Crimes Políticos e Repressão no Chade, e tem recebido o apoio de diversas organizações humanitárias internacionais.

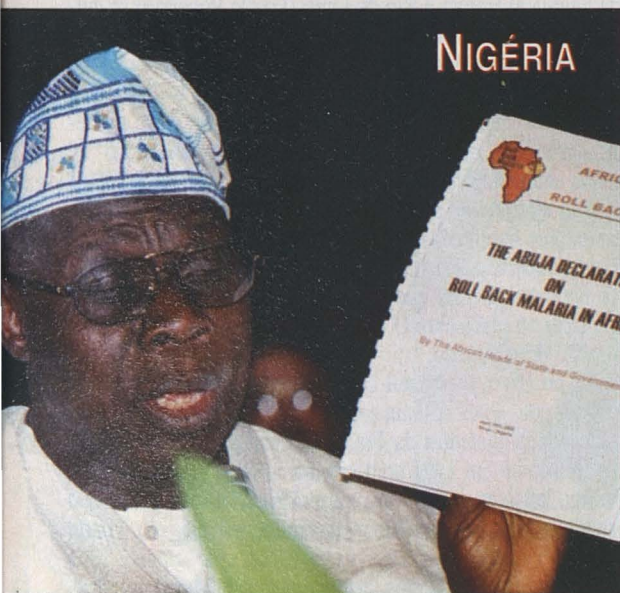
As vítimas que já prestaram depoimento deram detalhes sobre 97 assassinatos políticos, 142 casos de tortura e 100 desaparecimentos, sempre com envolvimento da polícia secreta de



Os advogados Boukounta Diallo (esq.) e Sidiki Kaba (dir.), encaminham o processo contra o ex-presidente Habré, acompanhados de Reed Brody, da Humans Right Watch (segundo à esq.) e de William Bourdon, da Federação Internacional de Direitos Humanos (centro)

Habré. O governo do Chade apóia a iniciativa de julgar Habré. O Parlamento do Chade votou a criação de um tribunal superior que será autorizado a julgar

o ex-ditador por "traição". Mas organizações humanitárias lembram que também existe perseguição política no atual governo de Deby.



NIGÉRIA

O presidente nigeriano Olusegun Obasanjo, anfitrião da reunião de cúpula dos países africanos para o combate à malária, mostra uma cópia da Declaração de Abuja, que traça um plano de cortar pela metade as mais de um milhão de mortes causadas pela doença no continente

Sudão

160 mil refugiados

Segundo Osman Ja'afar, diretor no Sudão da Meia Lua Vermelha (o equivalente da Cruz Vermelha, nos países islâmicos), a guerra no estado de Kassala, leste do país, já obrigou 160 mil pessoas a buscar refúgio em outras regiões. Ja'afar anunciou que os refugiados foram alojados em 18 acampamentos, em condições muito precárias.

O diretor da Meia Lua Vermelha lamentou que as agências humanitárias para as quais pediu socorro ainda tivessem respondido aos seus apelos. A guerra entre o governo sudanês e os partidos políticos colocados na ilegalidade e agrupados na Aliança para a Democracia Nacional (ADN) começou no final de março.

A ADN é integrada pelos partidos políticos do norte do Sudão, alguns dos quais entraram na clandestinidade quando o general Mohamed Al Bashir tomou o poder, em 30 de junho de 1989. Contingentes do Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS), que tem suas bases no sul, se uniram às forças da ADN que lutam no leste do país. A ADN e o EPLS estão em guerra com o governo de Al Bashir, ao qual acusam de violar os direitos humanos e criar acidentes diplomáticos com os países vizinhos. Na guerra sudanesa, até os alimentos são utilizados como arma de guerra, em violação dos direitos humanos fundamentais.

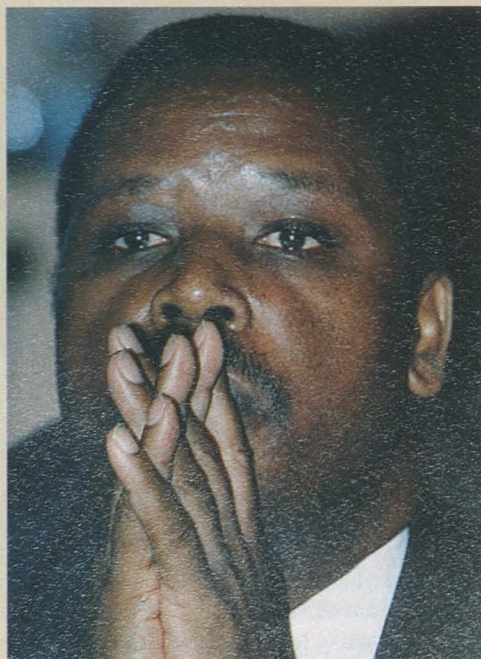
Burundi

Anistia para a paz

A possibilidade de uma anistia para os autores de atrocidades durante a guerra civil no Burundi foi duramente criticada por organizações de direitos humanos. Na última rodada de negociações de paz sobre o Burundi, realizada em fevereiro, em Arusha, na Tanzânia, com mediação do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, os negociadores chegaram a mencionar a hipótese da anistia para desobstruir o processo de paz.

A guerra civil no Burundi começou em 1993, pouco depois do recém-eleito presidente Melchior Ndadaye, da etnia hutu, ser assassinado, provavelmente por soldados tutsis. O assassinato levou o país ao caos. Hutus e tutsis começaram um massacre mútuo que continuou até que o atual presidente, Pierre Buyoya, um tutsi, tomou o poder por um golpe militar, em 1996.

Pelo menos 100 mil pessoas já morreram numa guerra civil de notáveis semelhanças com a que atravessa a vizinha Ruanda, onde, em 1994, um milhão de tutsis foram massacrados por extremistas hutus em apenas 100 dias. O Tribunal Penal Internacional para Ruanda foi estabelecido em 1994, em Arusha (Tanzânia), para punir os autores do genocídio. Os hutus são mais de 80% da população dos dois países e uma eleição democrática seguramente deixaria Ruanda e Burundi nas mãos dos hutus.



Pierre Buyoya, presidente do Burundi: hegemonia tutsi num país de maioria hutu

Uganda

Fanatismo gera tragédia

A polícia de Uganda que investiga a morte de centenas de membros de uma seita religiosa, acredita que a tragédia pode ter sido motivada por um golpe financeiro. Oficiais da polícia afirmaram que esse é o motivo mais provável para a morte dos fiéis da seita Restauração dos Dez Mandamentos de Deus. Alguns dias antes de morrer, os fiéis foram instruídos pelos líderes da seita, um ex-sacerdote católico e uma antiga prostituta, a vender todos os seus bens e pagar todas as suas dívidas. O dinheiro arrecadado foi entregue aos líderes e a polícia ainda não descobriu o que foi feito com ele.

Uma testemunha disse ter visto os líderes da seita deixarem o templo antes da explosão que causou a morte dos fiéis. A informação reforça a suspeita de que as mortes foram parte de uma fraude para tirar dinheiro das vítimas. A princípio, a polícia achou que se tratasse de um ritual de suicídio coletivo, mas essa hipótese perdeu força com as descobertas de cadáveres com sinais de violência enterrados em diversas covas coletivas.

Saara Ocidental

Independência ameaçada

Marrocos e a independentista Frente Popular para a Libertação da Saguia al Hamra e Rio do Ouro (Frente Polisário) se culpam mutuamente pela falta de um acordo que permita a realização do plebiscito que deverá decidir o futuro do Saara Ocidental. Tal como aconteceu no caso de Timor Leste, o povo do Saara será chamado a se pronunciar sobre seu futuro, podendo optar entre a independência, defendida pela Frente Polisário, ou a anexação ao Marrocos, que ocupa ilegalmente a ex-colônia espanhola desde 1976.

O governo marroquino acusa a Frente Polisário de querer limitar a lista de eleitores habilitados a participar da consulta popular, enquanto os independentistas sustentam que o Marrocos quer incluir no cadastro de eleitores pessoas que não nasceram no Saara, para assegurar-se a vitória no plebiscito. O impasse acabou adiando mais uma vez a realização do referendo.

A guerra no Saara Ocidental começou em 1976, depois que a Espanha abandonou a sua colônia e o Marrocos a anexou. A guerra, que opôs 15 mil combatentes da Frente Polisário contra o exército marroquino, terminou em 1991 com um cessar-fogo negociado pela ONU, que logo lançou um plano para a realização do plebiscito que decidiria se o território, rico em minerais, seria independente ou parte do Marrocos.

Observadores independentes sustentam que o Marrocos, apesar de apoiar formalmente o referendo, não deseja sua realização. A monarquia marroquina investiu milhões de dólares no território para reforçar sua influência na região e não sabe que dificilmente o resultado da consulta popular lhe será favorável. Por isso, no máximo, se diz disposta a aceitar uma certa autonomia administrativa para o Saara. Mas a Frente Polisário não aceita essa alternativa.

Zimbábue

Guerra aos fazendeiros brancos

O presidente Robert Mugabe vive um momento conturbado à frente do Zimbábue. Ele aprovou uma lei que responsabiliza a Grã-Bretanha, antiga metrópole colonial, de ter promovido a ocupação de terras pelos brancos no século XIX, durante a colonização e a obriga a pagar indenizações por isso. Desta forma, a administração de Mugabe se eximiu de indenizar os colonos brancos, a maioria de cidadania britânica, e acabou dando um incentivo às invasões de fazendas, comandadas por negros sem terras e veteranos da guerra pela independência.

Centenas de fazendas foram invadidas e muitos fazendeiros brancos foram atacados e encarcerados. Doze pessoas, entre opositores, fazendeiros e seus empregados, foram mortas desde que começaram as invasões de propriedades de latifundiários brancos, nos últimos meses. Os brancos são

menos de um por cento da população do país, mas detêm mais da metade das terras cultiváveis. Enquanto isso, um milhão de famílias negras permanecem em terras estéreis depois de terem sido expulsas de suas propriedades.

O governo inglês criticou Mugabe e ameaça expulsar o Zimbábue da Comunidade Britânica. Porém, o ministro do Exterior britânico, Robin Cook, informou que o seu governo já reservou 57 milhões de dólares para ajudar o processo de transferência da terra para a população pobre do Zimbábue. Mas condicionou a liberação do dinheiro ao fim da violência.

Nesse cenário, a oposição ganha terreno. A reforma agrária só privilegiou, até o momento, um pequeno grupo de seguidores políticos do partido situacionista, o Zanu-PF, que perde espaço para o Movimento por Mudanças Democráticas, dirigido pelo sindi-



Robert Mugabe: desgastado pela crise

calista Morgan Tsvangirai. Porém, o que mais tem desgastado o governo é a grave crise econômica. Quase metade da população está desempregada, a inflação chegou a 60% e há racionamento de gasolina.

Em meio à crise, Mugabe dissolveu o Parlamento e não marcou novas eleições, como manda a Constituição, adiando a votação para este mês de maio, buscando ganhar tempo para recuperar a sua base de apoio popular.

Tunísia

Morre o 'combatente supremo'

O ex-presidente tunisiano Habib Bourguiba morreu no dia 7 de abril, aos 96 anos, em Monastir, sua cidade natal. Bourguiba, chamado de "combatente supremo" por sua luta pela independência da Tunísia, dirigiu o país por três décadas, abandonando o cargo em 1987 por "incapacidade física".

Formado em Direito e Ciências Políticas em Paris, tornou-se um político preocupado com a soberania da Tunísia. Após várias prisões e anos no exílio, voltou ao país, em 1955, quando o governo francês decretou a autonomia tunisiana. Com a proclamação da independência, no ano seguinte, foi



Habib Bourguiba: morte aos 96 anos

nomeado primeiro-ministro e, em 1957, presidente. Após várias reeleições, em 1975, foi designado presidente vitalício pela Assembléia Nacional.

África

Alerta para a fome

A Organização das Nações Unidas (ONU) teme uma crise humanitária de "grandes proporções" no leste da África, onde a fome ameaça quase 12,5 milhões de pessoas. O Programa Mundial de Alimentos (PMA), um organismo da ONU com sede em Roma, estimou que milhões de pessoas em sete países africanos (Etiópia, Quênia, Somália, Eritreia, Uganda, Djibuti e Sudão) estão ameaçados por uma grande onda de fome, devido principalmente a uma seca prolongada.

Segundo a ONU, a crise de escassez de alimentos poderia chegar também à Tanzânia. "Essas populações precisarão de ajuda alimentar para sua sobrevivência", disse Carolyn Mcaskie, coordenadora suplente de Ajuda de Emergência do fórum mundial.

A crise alimentar foi exacerbada pelos conflitos e pela insegurança reinantes na região. Etiópia e Eritreia estão em guerra desde junho de 1998, enquanto o Sudão padece de um intenso conflito civil desde meados dos anos 80.

Líbano

Governo aceita capacetes azuis

No final de abril, o governo do Líbano concordou, pela primeira vez, com o envio de uma força internacional de paz à zona de segurança do sul do país, ocupada por Israel desde 1978. Desta forma, com a perspectiva da retirada das tropas israelenses até o dia 7 de julho, cumprindo uma promessa do

primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, não se produzirá um vácuo de poder, perspectiva que despertava o temor de surgimento de novos conflitos armados na região.

O presidente Bill Clinton tinha tentado convencer o governo de Barak a levar adiante de forma paralela as negociações de paz com o Líbano e com a Síria. Mas essa possibilidade poderia dificultar o acordo, já que a negociação com a Síria está estagnada pela recusa de Israel em devolver o Golã. Outro problema é a ameaça feita por Antoine Lahd, comandante do exército do Sul do Líbano (SLA), aliado de Israel, de manter a atividade militar do grupo na região fronteiriça com Israel, mesmo depois da retirada das tropas de Tel Aviv. Por essa razão, o Líbano acabou aceitando a presença dos capacetes azuis da ONU, de forma temporária, no território que será desocupado por Israel.

Soldado israelense começa a desmontar a cerca que demarcava o território libanês ocupado desde 1982. A região poderá ser ocupada por forças da ONU antes de passar para as mãos do exército libanês



Israel

Parceria militar

Uma negociação envolvendo a transferência de tecnologia militar entre os governos de Israel e da China está causando muita dor de cabeça para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

William Cohen, secretário norte-americano de Defesa, visitou Tel Aviv, em Israel, para tentar pôr fim à venda de radares e armamentos israelenses para o governo chinês.

Mas a administração do primeiro-ministro Ehud Barak já deu diversas indicações que o país tem "vital interesse" em manter relações comerciais estreitas com a China devido à sua condição de superpotência emergente e a seus estreitos vínculos com o Irã e outros países árabes.

Os Estados Unidos, por outro lado, se opõem veementemente à transferência de tecnologia militar avançada, alegando que isso poderia afetar a correlação de forças entre inimigos históricos: China e Taiwan, tradicional aliada de Washington.

Irã

Presos de guerra iraquianos são libertados

Rádio Teerã anunciou que o Irã libertou 500 prisioneiros de guerra iraquianos e promete para breve a libertação de outros 1.500. Segundo a emissora, os prisioneiros de guerra foram entregues a funcionários iraquianos na presença do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no posto fronteiriço de Khosrawi, oeste do Irã. Os iranianos haviam anunciado a libertação unilateral de 2.000 prisioneiros de guerra iraquianos e apelaram para que seus vizinhos adotassem as mesmas medidas.

Teerã também desmentiu as acusações do presidente iraquiano Saddam Hussein, que denunciou supostos maus-tratos recebidos pelos prisioneiros de guerra de seu país, afirmando que se tratava de acusações infundadas.

O governo do Irã declarou que milhares de prisioneiros de guerra iranianos ainda estão detidos no Iraque. Em contrapartida, Bagdá afirma que ainda existem pelo menos 13 mil prisioneiros de guerra iraquianos no Irã. O governo de Teerã afirma que 30 mil soldados iranianos ainda estão desapa-

recidos e que poderiam estar vivos.

A guerra entre os dois países terminou em agosto de 1988, mas para muita gente a batalha ainda não terminou. Em janeiro, dezenas de corpos de soldados iranianos desaparecidos foram encontrados no sudoeste do país. Até o momento, o Iraque devolveu 40 mil corpos de soldados iranianos.

Ao todo foram oito anos de uma guerra devastadora. Apesar do cessar-fogo, os dois Estados vizinhos ainda não normalizaram suas relações.

Turquia

Fim da era Demirel



Demirel

O Parlamento turco rejeitou um projeto de reforma constitucional apresentado pelo governo para permitir a reeleição do presidente Suleyman Demirel, cujo mandato termina dia 16 de maio. Demirel domina o cenário político turco há quatro décadas, oscilando entre períodos no poder e o afastamento por golpes militares.

A intenção do governo era encurtar o mandato presidencial de sete para cinco anos e permitir a reeleição. Desta forma, Demirel poderia ser eleito para um novo mandato de cinco anos. "Não vou cuidar das plantas do jardim. Encontrarei algo melhor para fazer", declarou o presidente. Os fundamentalistas islâmicos do Partido da Virtude (FP), de oposição a Demirel, foram os grandes vitoriosos na votação. Demirel procurou diminuir a sua influência impondo fortes medidas para frear o fundamentalismo islâmico na Turquia, mas foi em vão.



Bandeiras do Vietnã se juntam às velhas bandeiras do Partido Comunista nas ruas de Ho Chi Min, a capital vietnamita, para comemorar os 25 anos da tomada de Saigon (rebatizada de Cidade Ho Chi Min) pelo Vietnã do Norte, em 30 de abril de 1975. A data marcou o fim da Guerra do Vietnã e a maior derrota militar da história dos Estados Unidos

Paquistão

Sharif condenado a prisão perpétua

O ex-primeiro-ministro paquistanês Nawaz Sharif, deposto em outubro por um golpe de Estado, foi condenado a prisão perpétua por um tribunal antiterrorista de Karachi, considerado culpado pelos crimes de pirataria aérea e terrorismo. O juiz Rehmetullah Jaffri absolveu Sharif das acusações de seqüestro e tentativa de assassinato e recusou o pedido de pena de morte feito pela procuradoria.

Sharif foi julgado por tentar evitar que um avião de passageiros da linha aérea PIA aterrisasse em Karachi, dia 12 de outubro de 1999. Isso porque o avião trazia a bordo o general Pervez Musharraf, que regressava do Sri Lanka. Nessa data, Musharraf tomou o poder, prendendo Sharif. Algumas horas antes, o

ex-primeiro-ministro tinha ordenado a deposição do general do cargo de chefe das Forças Armadas. Mas o exército ocupou o aeroporto, possibilitando a aterrissagem do avião que trazia o general, e deu início ao golpe.

O ex primeiro-ministro se defendeu argumentando que só tentava impedir um golpe de Estado iminente e explicou que ordenou a destituição de Musharraf porque este tinha começado a interferir na política do Estado. "Vamos apelar do veredito", declarou Haleem Siddiqi, membro da Liga Muçulmana do Paquistão, liderada por Sharif. O antigo premiê é acusado ainda de corrupção, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e outros delitos, aos quais Musharraf atribui o caos atual da economia paquistanesa

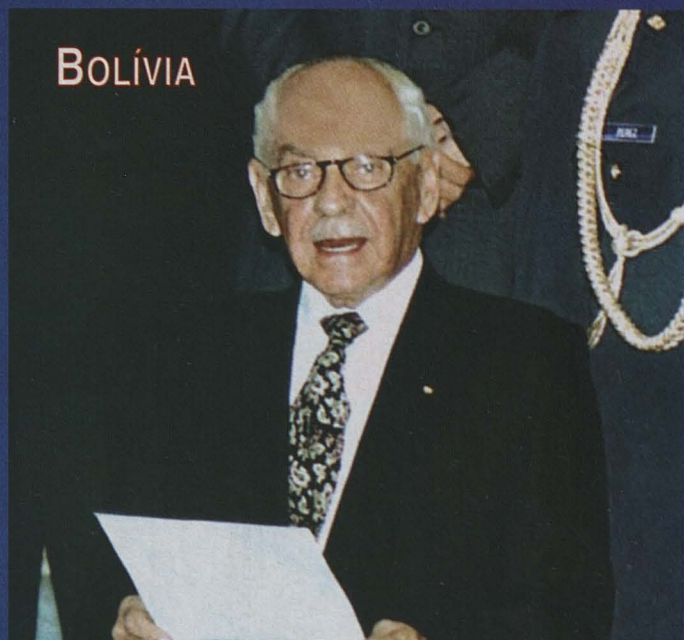
China

Laços com Brasil

Os ministros da Cultura Francisco Weffort, do Brasil, e Sun Jiazheng, da China, comemoraram o 25º aniversário das relações entre ambos países reiterando os propósitos que constam na ata firmada em julho de 1999 pelos respectivos ministros da cultura. Os dois ministros retomaram a proposta de intercâmbios de vídeos, documentários e filmes, e debaterão o comércio eletrônico de bens culturais. Será proposto à China o intercâmbio de artistas de circo e acrobatas, por meio da Funarte.

Já estão confirmadas a apresentação no Brasil de um espetáculo teatral chinês, ainda este ano, e a participação de um conjunto musical brasileiro no Festival de Xangai, em setembro.

BOLÍVIA



Seis mortos e quase uma centena de feridos foi o saldo das manifestações que varreram a Bolívia no mês de abril. Vivendo uma das piores crises econômicas da história, os bolivianos ganharam as ruas para protestar contra a política do presidente Hugo Bánzer (foto), que decretou estado de sítio. O tiro acabou saindo pela culatra e, apesar da repressão, os manifestantes continuaram nas ruas e acabaram impingindo uma grave derrota ao presidente, obrigado-o a suspender o estado de sítio e a atender várias reivindicações de sindicatos e outras organizações populares. Desgastado e isolado - o governo perdeu até o apoio dos empresários - o general da reserva Hugo Bánzer viu também crescer o descontentamento nos quartéis. Seus ex-colegas de farda não escondem a frustração com os rumos da sua administração. E mais uma vez a Bolívia vive o pesadelo da possibilidade de um golpe de Estado

Colômbia

Negociado cessar-fogo

Representantes do governo colombiano e do maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), anunciaram que estão negociando pela primeira vez um cessar-fogo. As duas partes vêm tentando chegar a um acordo de paz desde janeiro do ano passado, mas os guerrilheiros, que contam com um efetivo de 17 mil rebeldes, têm se recusado a decretar um cessar-fogo, afirmando que não vão fazer concessões durante as conversações de paz. O novo anúncio, embora não signifique a paz a curto prazo, assinala uma mudança de posição das Farc.

O grupo rebelde tinha dito que o

cessar-fogo só seria possível depois que 80% da agenda de paz fossem cumpridos. Representantes do governo e das Farc começaram uma negociação que poderá pôr fim a 36 anos de guerra civil no país.

A mudança de atitude das Farc coincidiu com o anúncio de que o segundo maior grupo guerrilheiro do país, o Exército de

Chile

Ex-general preso

O juiz Juan Guzmán, que investiga os 81 processos apresentados no Chile contra o ex-ditador Augusto Pinochet, ordenou a prisão do general da reserva Carlos Forestier, ex-vice-comandante do exército. Forestier, acusado pelo seqüestro de 10 prisioneiros políticos, em 1973, se tornou assim o oficial de maior patente, no Chile, a ser submetido a processo por delitos contra os direitos humanos.

O alto oficial desempenhava o cargo de intendente, principal autoridade governamental, da província de Tarapacá, quando a direção do Partido Socialista foi presa em Iquique, norte do país. Os dirigentes, assim como outros militantes da esquerda detidos após o golpe de 11 de setembro de 1973, foram levados para o campo de prisioneiros de Pisagua, uma localidade próxima de Iquique, onde desapareceram. Provavelmente foram fuzilados.

A tipificação do delito de seqüestro qualificado permite driblar a lei de anistia, de 1978, pela qual Forestier poderia ser absolvido se o caso fosse qualificado judicialmente como homicídio. A prisão do ex-general aconteceu no marco da tensão gerada no Chile diante da iminência do veredito da Corte de Apelações, que deverá determinar se suspende ou não a imunidade parlamentar do ex-ditador Pinochet, ainda senador vitalício. Se Pinochet perder na Justiça, também poderá ser processado pelos crimes ocorridos em Iquique.



Manuel Marulanda (dir.) líder da Farc, conversa com Victor Ricardo, comissário para a paz do governo de Andrés Pastrana

Libertação Nacional (ELN) promoveria uma trégua unilateral.

Peru

Tensão no segundo turno

Pouco mais de 17 mil votos separaram o presidente Alberto Fujimori de seu terceiro mandato consecutivo e livraram o Peru de uma crise política interna e problemas internacionais devido às diversas denúncias de fraude eleitoral. Tudo porque Fujimori aparecia, segundo os principais institutos independentes de pesquisa, bem atrás do opositorista Alejandro Toledo, numa campanha marcada pelas denúncias de fraude e manipulação do eleitorado.

Quando foram abertas as urnas, a surpresa. Toledo, que segundo algumas pesquisas ganharia no primeiro turno, acabou com 40,31% dos votos, uma votação muito baixo do esperado, contra 49,84% dos votos dados a Fujimori.

A oposição denunciou que o resultado respondia a uma bem montada fraude eleitoral tendente a assegurar a Fujimori o novo mandato e obteve o apoio da comunidade internacional na exigência de transparência na apuração dos votos. Mesmo antes do resultado oficial ser divulgado, os Estados Unidos passaram a ameaçar o Peru com sanções econômicas caso as fraudes eleitorais fossem comprovadas.

"Se recebermos provas convincentes de fraude, Fujimori terá muita dificuldade para restabelecer a credibilidade diante da comunidade internacional", afirmou James Rubin, porta-voz do Departamento de Estado norte-americano.

Toledo - que ganhou o apoio de seis dos sete candidatos derrotados no primeiro turno, que obtiveram quase 10% dos votos - desafiou o presidente Fujimori para um debate sobre planos de governo e anunciou que se for eleito vai retirar da Constituição a cláusula que permite a reeleição e dará aos militares direito a voto. Somente o partido religioso, Frepap, que obteve 0,72% dos votos, não debandou para as fileiras de Toledo. Mas o resultado do segundo turno é incerto. "É bom lembrar que política não é aritmética", ressaltou Raúl Serrano, analista internacional. "As alianças políticas não significam transferência direta de votos", disse o especialista.

Alejandro Toledo, líder da oposição peruana, polarizou a disputa com Fujimori e obteve 40,31% dos votos. A oposição denunciou que o resultado respondia a uma fraude eleitoral tendente a assegurar a Fujimori um novo mandato



México

Empate na campanha

O aumento da temperatura política na campanha pelas eleições de julho, no México, coincidiu com ataques do narcotráfico e o aparecimento de dois novos grupos guerrilheiros, fato que despertou suspeitas entre opositores. Eles acusam o governo de querer espalhar o medo. Enquanto os candidatos à Presidência trocam acusações e fazem promessas - uma delas a de acabar com a violência -, um fiscal e dois agentes especiais que investigavam um grupo de narcotraficantes foram encontrados mortos com sinais de terem sido executados.

Ao mesmo tempo, guerrilheiros mascarados do Exército Villista Revolucionário do Povo (EVRP) e das Forças Revolucionárias Armadas do Povo (Farp), grupos dos quais não haviam antecedentes, se apresentaram em diversos pontos do país. Ambas organizações emitiram comunicados anunciando que lutam contra o governo, a fome e a repressão. Os dois novos grupos armados se juntam a outros 12 que se calcula existem no México, entre eles o Exército Zapatista de Libertação Nacional, o mais conhecido dentro e fora do país.

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder desde 1929, teme perder as eleições presidenciais diante do avanço do candidato do PAN, que representa a direita do país. Por isso, estaria forjando a aparição das guerrilhas, "para induzir o voto do medo", segundo a senadora Elena Alvarez, do Partido Ação Nacional (PAN). O governo nega as acusações.

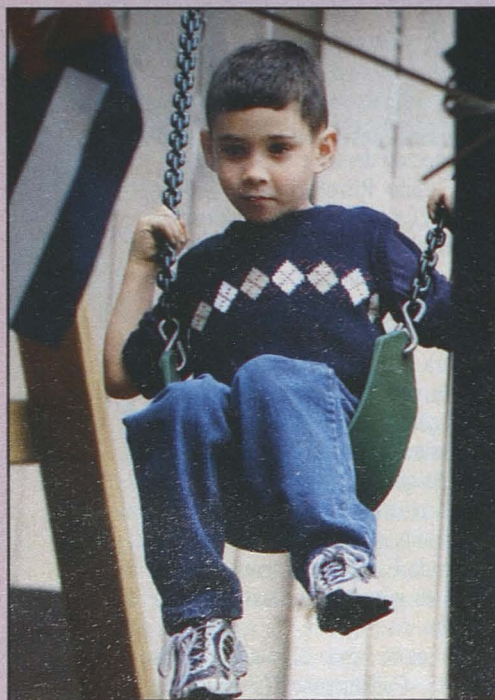
As pesquisas indicam um empate entre que o candidato presidencial do PRI, Francisco Labastida, um ex-secretário de Estado, e Vicente Fox, do PAN, um ex-governador e ex-diretor da Coca-Cola.

Bem atrás, está o candidato das esquerdas, Cuauhtémoc Cárdenas, do PRD. Desde o final do ano passado, grupos de narcotraficantes executaram vários policiais e supostos informantes. O México fornece a maioria da cocaína que se consome nos Estados Unidos.

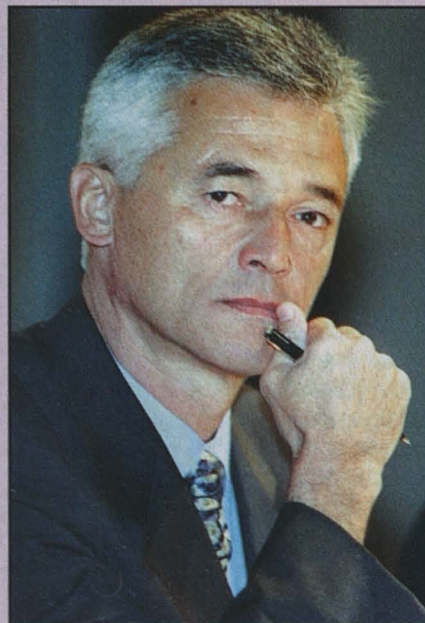
Gente



Adelaida Guevara, filha do revolucionário argentino-cubano Chê Guevara, visitou a Europa, em março, para explicar os nefastos efeitos na saúde pública cubana causados pelo embargo econômico imposto pelos EUA

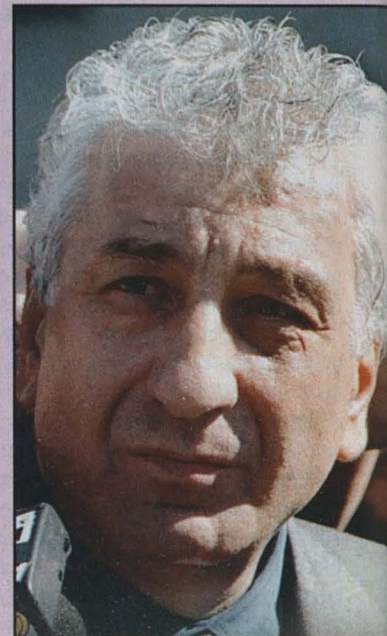


Pivô de uma grave crise diplomática entre EUA e Cuba, o menino cubano Elián Gonzalez foi entregue ao pai, em Washington, após um resgate com lances de filme de ação da casa de seus parentes, em Miami. Elián aguarda o julgamento que definirá se a sua guarda ficará com a família da mãe, que mora nos Estados Unidos, ou a pai, que vive em Cuba e viajou aos Estados Unidos só para encontrá-lo



O brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas e responsável pela Administração Transitória no Timor Leste, está buscando apoio para reconstruir o território. A ex-colônia portuguesa foi completamente destruída pelas milícias pró-indonésias durante os conflitos que se seguiram ao plebiscito que determinou a independência da ilha (ver entrevista de Xanana Gusmão, nesta mesma edição)

O sírio Monser Al Kassar está sendo investigado pela Justiça argentina por contrabando de armas para a Croácia. Nas declarações perante a Justiça, Al Kassar, que 'ganhou' a cidadania argentina por ordem do ex-presidente Carlos Menem, envolveu altas figuras da administração peronista na venda ilegal de armas



O italiano Lello Perugia, que esteve preso no campo de concentração de Auschwitz, mostra seu número de identificação tatuado no braço esquerdo durante um concerto musical na Praça dos Apóstolos, em Roma, em celebração dos 55 anos da libertação da Itália do regime fascista. Perugia foi a inspiração do escritor italiano Primo Levi, que foi seu companheiro na prisão, para escrever o livro A trégua, transformado em filme, do mesmo nome, pelo diretor italiano Francesco Rossi, em 1997

G-77 reivindica maior cooperação sul-sul

Reunindo representantes de 122 dos 133 países membros, a cúpula de Havana do Grupo dos 77 exige uma relação mais justa com os países industrializados

A reunião do G-77, realizada em abril, em Cuba, começou com discursos inflamados contra a globalização e a miséria dos países pobres e terminou sinalizando no sentido de um diálogo com o mundo industrializado. No final da conferência de cúpula, da qual participaram representantes de 122 países da Ásia, África e América Latina, foi feito um apelo para que as relações econômicas entre as nações sejam mais justas.

O tom do documento final foi mais ameno que o da reunião de abertura da conferência, que teve a presença de 42 chefes de Estado e de governo e dezenas

de chanceleres e altos funcionários de países-membros e de organismos internacionais. No discurso de abertura, o presidente de Cuba, Fidel Castro, criticou o Fundo Monetário Internacional, afirmando que deveria desaparecer e ser substituído por uma entidade que oferecesse estabilidade para a economia mundial. Na prática, o encontro serviu para uma maior aproximação entre os países em desenvolvimento. O tema da cooperação Sul-Sul foi um dos pontos altos da reunião. "Ela vai influenciar inclusive nossas relações com os países mais ricos", comentou Olusegun Obasanjo, presidente da Nigéria, país que ocupa a presidência do G-77.

G-77

Fundado em outubro de 1967, o G-77 tem esse nome graças à aliança dos 77 países em desenvolvimento que estiveram presentes na primeira reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra. De lá para cá, o grupo cresceu, atingindo o número atual de 133 membros. Se o crescimento significou uma maior abrangência na representatividade das nações excluídas, acabou gerando interesses conflitantes dentro do grupo.

A maior dificuldade do G-77 é conciliar os objetivos de países que têm políticas internas e externas diferentes. O maior temor dos principais dirigentes políticos é que essas discrepâncias reduzam o campo de ação e os objetivos citados na declaração final.

Integração

Como exemplo concreto dessa cooperação foi citado o exemplo do pacto assinado por Venezuela e México, para fornecer petróleo com desconto para os países da América Central e o Caribe. O presidente venezuelano Hugo Chávez, citou o pacto entre ambos países para pedir aos demais representantes do mundo em desenvolvimento que sigam o mesmo caminho, promovendo e dando prioridade ao comércio entre si.

O G-77 tenta encontrar mecanismos de pressão para conseguir um tratamento mais justo para os países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). A cooperação

entre países ricos e pobres e a globalização foram outros assuntos que inflamaram os discursos de diferentes líderes. O mais contundente foi Chávez, que criticou a forma como está sendo conduzido o fenômeno da mundialização da economia. "A globalização neoliberal quer nos varrer como poeira da história", disparou.

O grupo pediu ainda, na presença do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que a ONU tenha um papel mais ativo no desenvolvimento econômico e na transferência de tecnologia aos países pobres. Annan respondeu com um apelo para que o grupo mantenha a mesma unidade demonstrada em Havana durante a realização em Nova Iorque da Assembléia Geral da ONU, em setembro, quando esses assuntos voltarão a ser discutidos. "A voz do Sul não deve ser somente alta e clara, mas também consistente e construtiva para que torne viável qualquer demanda ao Norte industrializado", afirmou Annan.

O discurso contemporizador do secretário-geral da ONU só endureceu ao falar da dívida externa dos países pobres. "Os mais ricos deveriam apagar de seus livros as dívidas oficiais das nações mais pobres e endividadas", declarou. A questão do perdão da dívida encontrou respaldo em vários líderes como Olusegun Obasanjo e Thabo Mbeki, presidente da África do Sul. Castro, por sua vez, foi mais longe. "Mais uma vez devo repetir o que digo desde 1985. A dívida já foi paga", afirmou o dirigente cubano.

Além de expor as preocupações das nações mais pobres do planeta, o texto da declaração final qualifica especialmente de "crítica" a situação econômica da África e alerta para a possibilidade de uma piora considerável se não houver uma reversão do quadro atual que, entre outros problemas, apresenta um forte endividamento externo. O texto também reitera a preocupação do G-77 com a vulnerabilidade dos pequenos estados em desenvolvimento, "particularmente devido à falta de acesso aos mercados e à ausência de um tratamento especial e diferenciado". ■

EXCLUSIVO

Construindo os alicerces de uma **nova nação**

Beatriz Bissio

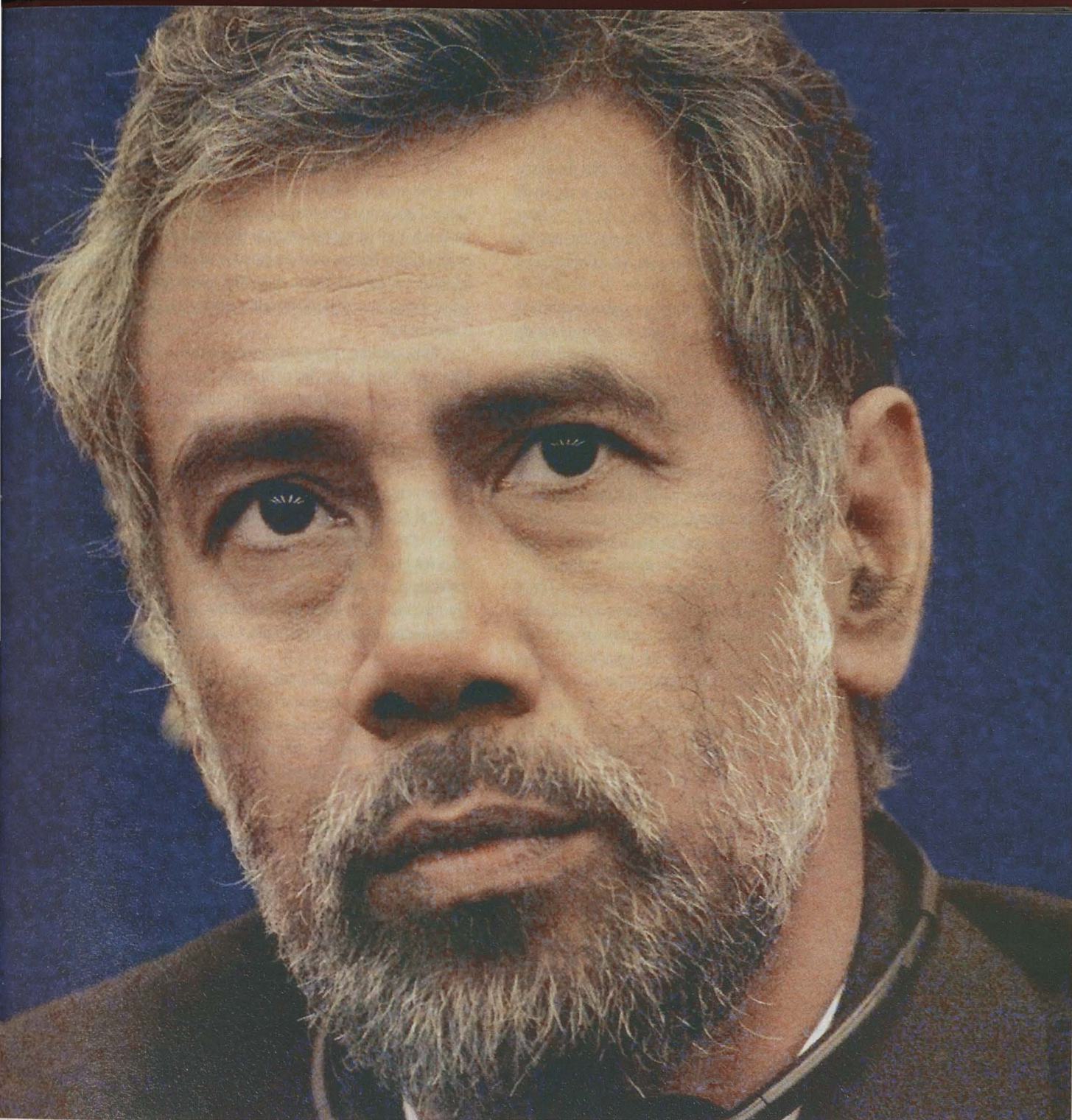
Com a infra-estrutura de seu país praticamente destruída após a política de "terra arrasada" aplicada pelas milícias pró-Indonésia após o plebiscito, o presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense percorre o mundo em busca de apoio para construir, literalmente do zero, um Estado independente. Do Brasil, ele espera de professores a tecnologia, com a alavanca da língua comum de ambas as nações

ELE JÁ FOI COMPARADO A NELSON MANDELA. Seu carisma, o papel que desempenhou junto a seu povo, liderando-o sem claudicações nos piores momentos da luta contra a ocupação estrangeira, a expectativa que o seu nome concita quando se fala do futuro da nação o credenciam para estar à altura dessa comparação.

Mas possivelmente o que mais aproxima Xanana Gusmão do grande dirigente sul-africano é a sua capacidade de não guardar mágoas nem rancores para com os seus algozes. E também o fato de ter saído da prisão, em 1999, convertido em referência internacional e personagem-chave das negociações mediadas pelas Nações Unidas para a transição em Timor Leste, que culminaram após tortuoso caminho, na realização do plebiscito em 30 de agosto do ano passado, quando 78,5% dos eleitores votaram a favor da independência.

Na recente visita ao Brasil, a primeira na América Latina (daqui seguiu para a Argentina) sua simpatia, simplicidade e carisma conquistaram todos os seus interlocutores e sem dúvida contribuíram muito para criar um ambiente favorável para a ampliação da cooperação brasileira com Timor Leste. Cauteloso e bom diplomata, Xanana disse em Brasília que não veio pedir dinheiro, "pois levamos em consideração a situação econômica do Brasil". O que os timorenses mais esperam do governo e da sociedade brasileira é, disse, "ajuda num campo crucial, o da educação".

XANANA



GUSMÃO

Manter a identidade cultural do seu povo é uma das prioridades de Xanana, e para isso espera contar com a ajuda da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). "O português é a nossa identidade histórica, que ironicamente nos foi concedida pela presença colonial", assinalou, lembrando que é a língua que diferencia Timor Leste das outras 30 mil ilhas da região próxima à Austrália. O líder timorense também afirmou que o português será a língua oficial do novo Estado, apesar de ele ser utilizado atualmente por apenas 10% dos 600 mil timorenses. Por ter estado proibido o seu uso durante os 25 anos da ocupação indonésia, os habitantes da ilha preferem falar o tetum, um dialeto usado durante todo o período colonial para a comunicação informal.

Durante a permanência em Brasília de Xanana Gusmão, o governo anunciou que a experiência da Alfabetização Solidária, conduzida pela Comunidade Solidária, será levada a Timor Leste, assim como um programa semelhante ao Telecurso Segundo Grau, para o treinamento de professores.

Um outro pedido concreto de Xanana foi o envio a Timor Leste de um batalhão de engenharia, para judar na reconstrução da infra-estrutura. A resposta brasileira ainda não foi dada, mas o governo se comprometeu a enviar uma missão para fazer um levantamento das necessidades mais urgentes do país. O presidente Fernando Henrique também anunciou a abertura de um escritório de representação, a ser chefiado pelo ministro Kywal de Oliveira, que será o embrião da futura embaixada em Dili.

Quando perguntado qual será o seu futuro político, já que tem sido apontado como o candidato natural à presidência de Timor Leste independente, Xanana responde: "Eu soube liderar o povo no momento em que tinha que resistir ao inimigo, porém outros líderes mais preparados devem assumir o comando nesta conjuntura difícil, que exige uma capacidade que não sei se tenho, ou seja, a de dirigir a economia, um desafio novo e assustador."

Mas, mesmo sem ambição de ocupar a chefia do futuro Estado de Timor Loro Sae (Timor do Sol Nascente), tudo indica que será mesmo Xanana quem conduzirá o povo maubere nos primeiros anos de sua vida independente, assim como o líder sul-africano foi a figura fundamental da etapa posterior à queda do regime de minoria branca na África do Sul. Mais um paralelo entre a vida de ambos.

Em Brasília, após uma jornada extenuante durante a qual se reuniu com o presidente e vice-presidente da República, visitou a Câmara de Deputados e o Senado e ainda recebeu dirigentes sindicais e religiosos, antes de viajar para São Paulo, Xanana Gusmão falou com **cadernos do terceiro mundo** sobre os novos desafios que a sua pátria enfrenta. Confira as suas respostas.

✓ Durante a recente conferência de doadores, realizada em Tóquio, representantes das nações mais desenvolvidas do mundo se comprometeram a conceder assistência a Timor Leste no valor de 500 milhões de dólares. É uma cifra considerável, mas falta saber se o compromisso será honra-

O legado de Xanana

Xanana Gusmão, atualmente com 53 anos, entrou ainda adolescente para a Frente Timorense de Libertação Nacional (Fretilin), e em pouco tempo chegou a ser um dos 60 membros do seu Comitê Central. Depois de ter estudado em um seminário, onde foi colega do futuro bispo de Dili, Dom Carlos Ximenes Belo - Prêmio Nobel da Paz de 1996 junto com o jornalista e diplomata timorense

José Ramos Horta -, Xanana abandonou os estudos religiosos, casou e teve dois filhos.

Com o assassinato de Francisco Xavier do Amaral e posteriormente de Nicolau dos Reis Lobato, coube a ele assumir o comando da resistência no início dos anos 80, num momento em que o movimento independentista estava praticamente desmantelado pela brutal repressão indonésia e, em consequência, era muito

difícil também o trabalho na frente externa.

Sob a liderança de Xanana Gusmão, a Fretilin mudou a sua estratégia, passando a dar mais ênfase à atuação no terreno político. Em decorrência dessa nova posição, os independentistas se aproximaram da União Democrática do Timor (UDT), que tinha sido fundada nos anos 70 pela administração colonial. Esse processo culminou com a criação em 1988 da uma coligação entre ambas as organizações, a Convergência Nacionalista, que foi decisiva pa-

ra fazer com que Portugal, metrópole colonial, adotasse uma diplomacia ativa de condenação da ocupação militar indonésia e em favor da realização de um plebiscito na ilha para definir o seu futuro. Nesse mesmo ano, a Comissão Européia e o Parlamento Europeu adotaram a tese da autodeterminação do povo maubere.

Quando foi detido em novembro de 1992, Xanana Gusmão já tinha conquistado o seu maior feito: unificar as forças que resistiam à ocupação militar da Indonésia.

do. Como o senhor ve a questão da ajuda internacional nesta etapa de reconstrução de seu país, destruído pela fúria das milícias pró-Indonésia após o plebiscito?

Xanana - Na atual conjuntura, a ajuda prometida é grande. Mas esses recursos estão ligados ao papel que a comunidade mundial, através das Nações Unidas, concedeu à Untaet (a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, criada em outubro passado e chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo).

A Untaet tem um mandato ambicioso: deve capacitar os recursos humanos não só para esta fase de transição, mas também e sobretudo para a independência, para assumir o governo e a gestão do novo país. Além disso, a preparação dos timorenses para essas responsabilidades não pode avançar sem os recursos prometidos em Tóquio.

✓ Por isso o senhor decidiu visitar pessoalmente vários países europeus?

Xanana - Sim. Foi por isso que acabamos de fazer um périplo pelos países escandinavos, onde sabíamos que iríamos encontrar uma resposta muito positiva. E contamos com o apoio do governo português - e em particular do primeiro-ministro Antonio Guterres - para arranjar um encontro com as maiores autoridades da União Européia. Também nesse caso a resposta foi excepcional, na medida em que somas concretas foram prometidas para um rápido desembolso.

✓ O dinheiro solicitado será usado com que fim?

Xanana - Pedimos esse dinheiro não para nós, mas para a Untaet. A administração provisória da ONU necessita cumprir a sua missão. A soma pedida foi elevada porque não teria sentido recrutar timorenses para serem funcionários públicos sem ter como lhes oferecer um lugar onde trabalhar. Com essa ajuda, a Untaet primeiro tem que reabilitar a infra-estrutura do país, acondicionar os edifícios públicos, que foram destruídos, tanto na capital, Dili, quanto nos distritos. Só depois a Administração Transitória poderá começar a impulsionar algumas atividades. Estamos recomeçando quase do zero.

✓ Em princípio, o mandato da Untaet vai até janeiro de 2001. Seria suficiente esse período para concretizar os desafios da etapa de transição?

Xanana - Tudo vai depender da capacidade da Untaet de começar a dar resposta às suas responsabilidades. Sem conhecimentos para gerenciar a nossa economia nós não teremos condições de sair adiante como país independente. Por isso é que os timorenses mais preparados estão aos poucos sendo incorporados na Untaet, para começar a trabalhar no governo de transição. Inicialmente eles ficariam em Dili e depois também seriam alocados nos distritos, onde já existe um administrador.

Mas isso não é suficiente para preparar os quadros que

vamos necessitar quando formos independentes. Por isso procuramos desenvolver as relações bilaterais com vários países do mundo (o Brasil, entre eles) para incentivar a formação de quadros nas áreas de maior necessidade. Só assim teremos o número de quadros necessários para assumir a contento todos os desafios de administrar um país independente.

✓ Os timorenses que vão ser aproveitados na Untaet seriam residentes de Timor ou viriam do exterior?

Xanana - Seriam cidadãos residentes em Timor. Nós definimos que vamos dar preferência aos timorenses de dentro, antes de chamarmos os timorenses do exterior. Só quando no país não existirem pessoas qualificadas, contrataremos cidadãos que estão atualmente no exterior. Isto porque quem mora no exterior já está trabalhando, tem a vida já organizada.

✓ E em termos políticos, como está sendo levada adiante a preparação para o estabelecimento do Estado independente? Vocês pretendem criar, a partir do Conselho Nacional da Resistência Timorense, um partido político?

Xanana - Em termos políticos o CNRT é um guarda-chuva que reúne vários partidos políticos e várias organizações sociais. Entre os dias 20 e 30 de agosto vamos ter um Congresso Nacional, o primeiro e o último, para discutir problemas como a futura lei de partidos políticos, o sistema eleitoral, o sistema de governo. Vamos também formar uma comissão para estudar o conteúdo da nova Constituição e a mesma comissão deverá definir um calendário para o processo político.

Simultaneamente - antes, durante e depois do Congresso Nacional -, iremos realizar várias atividades, como workshops, seminários e conferências sobre democracia, direitos humanos, sistemas e instituições democráticas, formas de governo, atribuições do Estado.

✓ Depois de quase dez anos preso, como o senhor encontrou o seu povo? Acha que avançou na sua capacidade de governar a si próprio?

Xanana - Os quadros políticos que preparamos durante 74, 75, 76 e 77 foram todos massacrados pelas tropas indonésias entre 1978 e 79. Nessa fase perdemos todos os quadros, os superiores e também os de base. A partir de então, cresceu uma nova geração e a nossa preocupação principal em relação a essa juventude foi orientá-la para se formar no campo técnico e profissional, sem muita ênfase na sua formação política. Por isso, temos agora milhares de quadros formados em diversas áreas, mas carentes de preparação política.

A capacitação desses quadros para assumir as responsabilidades políticas de um Estado independente é a nossa prioridade atual nesse terreno. Com eles iremos discutir qual será o sistema de governo - parlamentarista ou presidencialista - a ser adotado quando o país se tornar independente.

✓ As iniciativas de recrutamento de quadros por parte da Untaet estão sendo discutidas entre o CNRT e a administração da ONU?

Xanana - Claro. Sobre todos os assuntos eu falo com o Sérgio Vieira de Melo, que deve preparar o país para a independência.¹

✓ Técnicos do Banco Mundial afirmam que 80% da população de Timor Leste estão desempregados. Considera correta essa cifra?

Xanana - É. Em Timor Leste não há emprego. As pessoas perderam todas as possibilidades de começar uma vida nova. Durante a ocupação indonésia havia cerca de 30 mil funcionários públicos em Timor Leste. Como 80% dos prédios da capital foram destruídos, não temos como recontratá-los. Foi acordado que admitiríamos apenas 7 mil na nova administração. Mas, se considerarmos os antigos funcionários, temos mais de 20 mil pessoas que vão ficar de fora.

✓ Ou seja, dos antigos funcionários, mais de 20 mil não teriam como ser aproveitados?

Xanana - Isso mesmo. E não estamos contando os qua-

dros da resistência que sacrificaram suas carreiras, seus estudos, na luta independentista, que não são poucos. Nem os jovens recém-graduados (formados em Timor Leste e na Indonésia), nem aqueles que, sem ter se graduado, estão hoje em idade de trabalhar.

✓ Quem são esses 20 mil ex-funcionários que vão ficar sem emprego?

Xanana - Constituem uma espécie de elite da sociedade. A destruição posterior ao plebiscito foi tanta que agora ninguém possui em Timor Leste condições para começar uma nova vida.

✓ Nem mesmo os empresários ou microempresários?

Xanana - Só existem poucos comerciantes que com muita dificuldade estão refazendo as suas vidas. Esta faixa social, que é a que compra, a que consome, atualmente não tem dinheiro. Nesta fase de reconstrução poderemos absorver na construção civil milhares de trabalhadores. Mas só aqueles que não têm maior qualificação, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, condutores, maquinistas. Portanto, o problema do desemprego subsiste e origina problemas sociais e econômi-

Reconhecimento

A ocupação de Timor Leste pelas tropas indonésias ocorreu em dezembro de 1975. Mas as notícias da ocupação custaram a ser divulgadas porque Timor Leste era um território isolado no Pacífico, sem maior peso diplomático, e

porque havia uma cumplicidade da grande imprensa e de muitos governos influentes do mundo com o regime ditatorial do general Suharto, em função - quase sem exceção - de interesses econômicos.

Na América Latina foi cadernos do terceiro mundo uma das primeiras (senão a primeira) publicação a falar da invasão, denunciando o genocídio que se seguiu e, depois, anos a fio, abrindo as suas páginas para divulgar as atividades da Resistência, dentro e fora do território de Timor Leste.

Roque Rodrigues, um dos colaboradores mais próximos de Xanana Gusmão e atualmente o seu

chefe de gabinete, em Dili, passou 25 anos de exílio em Portugal e na África, onde foi representante do Conselho Nacional da Resistência de Timor Leste em

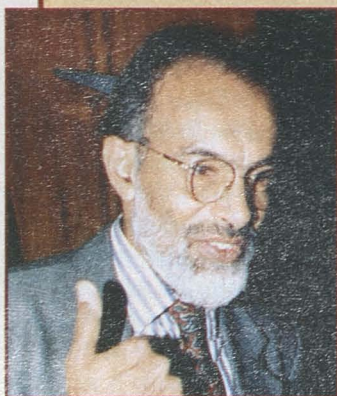
Angola. Ele conheceu a equipe editorial de cadernos do terceiro mundo nos primeiros anos de sua atuação no exterior, tendo inclusive visitado a nossa redação quando a sede da revista estava no México.

Ao nos apresentar a Xanana Gusmão em Brasília, ele lembrou os estreitos laços que nos unem à Resistência Timorense e o papel desempenhado pela

revista ao longo desses anos, informando aos leitores latino-americanos sobre a situação em Timor Leste e acolhendo nas suas páginas os dirigentes mauberes. Xanana disse estar a par desse trabalho e nos deu a honra e a alegria de uma conversa no hotel em que estava hospedado, cujo conteúdo partilhamos nesta edição com os nossos leitores. (B.B.)



Beatriz Bissio e Xanana Gusmão, em Brasília



Roque Rodrigues

cos. E, futuramente, se não conseguirmos dar respostas adequadas, poderão surgir problemas políticos.

✓ **Quer dizer que atualmente a economia de Timor está paralisada?**

Xanana - Falta um mercado consumidor, emprego e o que consumir. Nós estamos tentando criar incentivos para a produção agrícola. Mas a nossa produção é mais para o consumo interno. Se esta faixa social, a classe média, que é a faixa consumidora, não tem emprego e não tem dinheiro, o agricultor se desmotiva, acreditando estar produzindo demais.

✓ **Com tantos desafios, quais seriam as prioridades das autoridades da transição?**

Xanana - Nesta fase de transição, a prioridade é a agricultura. Queremos acabar com a dependência alimentar para março de 2001. Acreditamos que será possível. Timor Leste ainda depende de ajuda externa nesse terreno porque com a devastação que se seguiu ao plebiscito a população perdeu tudo.

Os tratores foram levados ou foram destruídos e também picaretas e até pás. Os búfalos - nós utilizamos muitos búfalos para a produção agrícola - foram todos mortos.

Com essa situação, se perdeu a oportunidade da semeadura. Em outubro do ano passado, tradicionalmente o período de plantio, a população teve que fugir para as montanhas para não morrer, causando um terrível desequilíbrio na produção. Se as hortas tivessem sido preparadas, poderíamos ter semeado milho, batata, feijão, mandioca, que são os principais produtos agrícolas de Timor. (Uns 60% dos nossos agricultores se dedicam à agricultura de subsistência e os restantes 40% cultivam arroz.) Mas como a semeadura chegou tarde, a colheita deve cair para apenas uns 5 a 10% do que era no passado. O mesmo aconteceu com o arroz.

✓ **Com esse cenário, como conseguir a autossuficiência alimentar até 2001?**

Xanana - Com um milhão de dólares que recebemos do antigo governo de Macau, nós compramos cinco tratores grandes, médios e 200 motocultivadoras. Com a ajuda do governo da Suécia e da Noruega compramos mais equipamento. A China, após a minha visita, nos concedeu uma ajuda de seis milhões de dólares, dos quais três foram utilizados na compra de utensílios agrícolas e outros três investidos na pesca. Desta forma, durante todo este ano vamos reorganizar a produção, fazendo com que as regiões mais assistidas ajudem as regiões mais afetadas. Estamos nos organizando para assistirmos uns aos outros.

A próxima produção anual, a partir de outubro, quando caem as primeiras chuvas, será de milho, batata, feijão, mandioca, abóbora, hotaliças, etc. E, em janeiro, começa a produ-

ção de arroz. Portanto, a partir daí, temos a certeza de que poderemos acabar com a dependência de ajuda alimentar, que é uma das nossas prioridades.

✓ **Além da alimentar toda a população, quais são as outras prioridades?**

Xanana - A outra prioridade é atrair investimento estrangeiro. Vamos abrir as portas de Timor para investimentos estrangeiros porque só assim poderemos resolver o problema do desemprego e diminuir os nossos problemas sociais e econômicos.

✓ **Como o senhor vê as relações atuais com a Indonésia?**

Xanana - Nosso princípio é ter as melhores relações com o novo governo da Indonésia. Aliás, todos sabem que os vizinhos não se escolhem. É por isso que a nossa política é a de cooperar no terreno econômico, político, social e cultural. Da parte do governo de Jacarta temos já recebido uma resposta muito positiva, embora haja ainda certa relutância de alguns grupos, sobretudo militares, em aceitar o início de uma nova fase.

Por outro lado, tenho insistido em que não apoiemos a imposição de sanções econômicas à Indonésia. Como os timorenses, o povo indonésio também sofreu com a dominação.

✓ **Os rumores de que as milícias pró-Indonésia - que ainda estão do lado do Timor Ocidental - poderão voltar a atacar subsistem. O que o senhor acha?**

Xanana - O risco de invasão ainda é real. Há, de fato, invasões constantes que só param quando os organismos internacionais pressionam o governo indonésio. Por isso, entramos num processo de negociações muito complicado. Mas nós não desistiremos de tentar perseguir um resultado positivo através do diálogo.

É necessário lembrar que os mais de 120 mil timorenses refugiados em Timor Oeste vivem muito mal. Eles fugiram da violência que se seguiu ao plebiscito e ainda não têm condições de voltar. Mas não existe nenhuma animosidade em Timor Leste contra eles, nem mesmo para com aqueles que trabalharam para os indonésios. Em princípio todos eles querem voltar. ■

¹Em entrevista à imprensa européia, Sérgio Vieira de Mello declarou que o que tem conseguido realizar desde que assumiu como responsável pela transição em Timor Leste "é muito pouco, ou melhor, poucas coisas visíveis. Mas o importante é o trabalho de criação das novas bases da nova sociedade". Ele afirmou ainda que as suas primeiras iniciativas concretas, na sua condição de mais alta autoridade no território, foram - após ter encontrado 54 advogados timorenses - nomear 12 deles em janeiro para cargos de procuradores e juizes. Outros doze serão nomeados em breve. "O problema é que eles nunca na sua vida viram um tribunal", afirmou o brasileiro

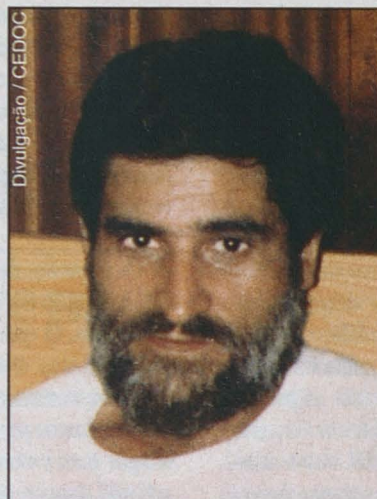
“A minha raça é a humana”

O consagrado escritor angolano Pepetela lança **A gloriosa família: o tempo dos flamengos**, seu quarto romance publicado no Brasil, e reivindica a importância das línguas nacionais na formação cultural de seu povo

Nestor Cozzetti

DEPOIS DE MAYOMBE, AS AVENTURAS DE NGUNGA E YAKA, todos romances do escritor angolano Artur Pestana - ou Pepetela, seu pseudônimo em língua kimbundo, com o qual se tornou mundialmente conhecido - ligados à história de Angola. *A gloriosa família, o tempo dos flamengos* (lançado em novembro do ano passado pela editora Nova Fronteira) traz uma temática mais próxima do Brasil. A começar pela epígrafe de um dos seus capítulos, o veredicto do padre português Antonio Vieira: "Porque sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros", tratando da invasão e breve permanência colonizadora da Holanda, fato comum a ambos países, sob a visão implacável do sacerdote português. Sem escravos não poderiam existir os países cujas economias dependiam do trabalho deles.

Baltazar Van Dum, o personagem central do livro, é um holandês (ou flamengo) aportuguesado pela convivência com os colonos lusitanos locais e uma mulher africana, cheio de filhos legítimos e ilegítimos. *O tempo dos flamengos* nos mostra que, no Brasil como em Angola, naquela época, "melhorar o



Pepetela: 'A literatura angolana não se esgota na língua portuguesa'

modo de vida dos habitantes era esbanjamento inútil".

Artur Pestana nasceu na província litorânea de Benguela, em Angola, em 1941, filho de uma família colonial portuguesa, mas com pais também nascidos em território africano. Depois de concluir em Angola os estudos secundários, o escritor partiu para Lisboa, em 1958. Lá frequentou o Instituto Superior Técnico até 1960, quando ingressou no curso de engenharia.

Em poucos meses abandonou a engenharia para frequentar o curso de Letras, mesmo assim apenas durante um

ano, pois, ainda em 1961, Pepetela fez a opção política que mudou o rumo de sua vida e marcou toda sua obra. Ele tornou-se militante do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), em 1963, e um de seus guerrilheiros, nos anos 70. Após a independência, segue carreira docente na faculdade de arquitetura, em Luanda, dando aulas de sociologia.

Pepetela se tornou um profundo conhecedor da história angolana, tanto da que lia nos livros quanto daquela diretamente vivenciada por ele, a qual transporta para suas obras. Recebeu, em Portugal, o prêmio Camões, em 1997, um dos principais prêmios da literatura portuguesa.

Ao ser indagado sobre o que achava da famosa frase "a minha pátria é minha língua", de Fernando Pessoa, o romancista responde: "Há escritores angolanos que escrevem em inglês, há escritores angolanos que escrevem em kimbundo. Não são escritores angolanos? A literatura angolana não se esgota na língua portuguesa. Por outro lado, só considerar literatura angolana aquela escrita em português é uma forma de exclusão e de opressão sobre as outras formas de cultura.

É importante ter uma língua que cubra todo o território nacional, favorecendo a unidade territorial, mas ela não é a única arma de um povo. A pátria é muito mais do que uma língua. Eu falo kimbundo e umbundo. Qual delas é a minha pátria? E a maior parte dos angolanos é bilíngüe ou trilingüe."

Sobre sua identificação social e racial, já que é um escritor branco que retrata a África negra, Pepetela afirma: "Ser angolano é uma questão de vivência. Tudo influi na formação do caráter do ser humano: o que a pessoa viveu, onde nasceu, como cresceu, como foi educado, quais foram os seus sonhos, quais seus anseios, qual foi a sua ação. Isso é que conta no homem. Quando me perguntam qual é minha raça, eu digo: humana. Só tenho uma: sou homem, e acabou." ■

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

